



UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
CENTRO DE FORMAÇÃO INTERDISCIPLINAR
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIEDADE, AMBIENTE E
QUALIDADE DE VIDA

MARIA DA LUZ FARIAS

ASSOCIATIVISMO COMO ESTRATÉGIA DE GOVERNANÇA PARA O
DESENVOLVIMENTO LOCAL:
O CASO DA COMUNIDADE JAMARAQUÁ, FLORESTA NACIONAL DO
TAPAJÓS, BRASIL

SANTARÉM-PA
2021

MARIA DA LUZ FARIAS

**ASSOCIATIVISMO COMO ESTRATÉGIA DE GOVERNANÇA PARA O
DESENVOLVIMENTO LOCAL:
O CASO DA COMUNIDADE JAMARAQUÁ, FLORESTA NACIONAL DO
TAPAJÓS, BRASIL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Ambiente e Qualidade de Vida (PPGSAQ), da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), para a obtenção do grau de Mestra em Sociedade, Ambiente e Qualidade de Vida.

Linha de Pesquisa: Políticas Públicas, Diversidade e Desenvolvimento Amazônico.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Helionora da Silva Alves

Coorientador: Prof. Dr. Thiago Almeida Vieira

**SANTARÉM-PA
2021**

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
Sistema Integrado de Bibliotecas – SIBI/UFOPA

- F224a Farias, Maria da Luz
Associativismo como estratégia de governança para o desenvolvimento local: o caso da comunidade Jamaraquá, Floresta Nacional do Tapajós. / Maria da Luz Farias. – Santarém, 2021.
131 p. : il.
Inclui bibliografias.
- Orientadora: Helionora da Silva Alves
Coorientador: Thiago Almeida Vieira
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Oeste do Pará, Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós Graduação e Inovação Tecnológica, Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Ambiente e Qualidade de Vida.
1. Unidade de conservação. 2. Organização rural. 3. Uso sustentável. I. Alves, Helionora da Silva, *orient.* II. Vieira, Thiago Almeida, *coorient.* III. Título.

CDD: 23 ed. 338.47918115

Bibliotecária - Documentalista: Renata Ferreira – CRB/2 1440



UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA
CENTRO DE FORMAÇÃO INTERDISCIPLINAR
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIEDADE, AMBIENTE E QUALIDADE DE VIDA

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

No decimo nono dia do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e um, às quinze horas, por meio remoto na seguinte sala digital: <https://meet.google.com/ffn-tbzw-foy?pli=1&authuser=0>, instalou-se a banca examinadora de dissertação de mestrado da discente Maria da Luz Farias. A banca examinadora foi composta pelos professores: Dra. Lyvia Julienne Sousa Rêgo, UFSB, Examinadora Externa a Instituição, Dr. Sebastião Rodrigues da Silva Junior, UFPA, Examinador Externo a Instituição, Dr. Rubens Elias da Silva, UFOPA, Examinador Interno, Dr. Thiago Almeida Vieira, UFOPA, Co-orientador e Dra. Helionora da Silva Alves, orientadora da discente. Deu-se início a abertura dos trabalhos por parte da professora, Helionora da Silva Alves, presidente da banca, que, após apresentar os membros da banca examinadora e esclarecer a tramitação da defesa, solicitou a discente que iniciasse a apresentação da dissertação, intitulada "Associativismo como Estratégia de Governança para o Desenvolvimento Local: o caso da comunidade Jamaraquá, Floresta Nacional do Tapajós, Brasil", marcando um tempo de quarenta minutos para a apresentação. Concluída a exposição, a professora, Helionora da Silva Alves, passou a palavra aos examinadores para arguir a discente. Terminadas as arguições, a presidente da banca solicitou aos presentes que se retirassem da sala, para a realização do julgamento do trabalho, concluindo a Banca Examinadora por sua APROVAÇÃO, conforme as normas vigentes na Universidade Federal do Oeste do Pará. A versão final da dissertação deverá ser entregue ao programa, no prazo máximo de sessenta dias, contendo as modificações sugeridas pela banca examinadora. Conforme o Artigo 57 do Regimento Interno do Programa, a discente não terá o título se não cumprir as exigências acima.



Profa. Dra. Helionora da Silva Alves
Presidente



Prof. Dr. Thiago Almeida Vieira
Co-orientador



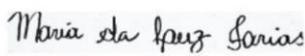
Profa. Dra. Lyvia Julienne Sousa Rêgo
Membro Externo – UFSB



Prof. Dr. Sebastião Rodrigues da Silva Junior
Membro Externo - UFPA



Prof. Dr. Rubens Elias da Silva
Membro Interno



Maria da Luz Farias
Discente

AGRADECIMENTOS

Após vivenciar longo período de aprendizagens, desafios e superação é hora de agradecer pessoas especiais que grandemente me apoiaram no decorrer desse Mestrado. Inicialmente agradeço a Deus, por ter me dado forças para superar momentos tristes e desafiadores e permitir mais uma importante conquista em minha vida.

Ao meu querido saudoso esposo, Esdras Silva de Araújo (in memoria), uma das pessoas que me incentivou incondicionalmente a fazer esse curso e me apoiou em todos os momentos até a sua partida para o plano espiritual, creio que está feliz por eu ter concluído esse curso, eterna gratidão!

Agradeço com todo amor aos meus filhos, Salatiel Farias Araújo, Richard Willams A. Leite e a minha filha Raquel Suelen R. Leite, com quem sempre partilho meus sonhos e ficam na torcida por meu sucesso. A minha mãe Raimunda Farias, mulher aguerrida, mesmo sem estudos assumiu a criação de três filhos e fez o seu melhor, hoje com as limitações de saúde, sempre ouço dela essa frase “minha filha é muito estudiosa”, isso para mim é uma injeção de ânimo.

Aos meus queridos irmãos, Lucinete e Erisoni Farias, minha cunhada Cleidiane, meus sobrinhos (as): Luciana, Eliaquim, Emelly e Everson e meus netos (as): Gustavo, Otávio, Estéfane, Davi e Manuely e as minhas noras, os quais mesmo morando distante me apoiaram e deram forças para eu alcançar mais esta realização pessoal e profissional.

A minha orientadora Prof^a. Dr^a. Helionora da Silva Alves, por escolher meu projeto no processo seletivo do Programa Sociedade Ambiente e Qualidade de Vida (PPGSAQ) e ao longo de curso por prestar as devidas orientações, sempre acreditando na importância da minha pesquisa e no meu potencial.

Ao meu coorientador, Prof. Dr. Thiago Almeida Vieira, por quem tenho apreço e admiração pela intelectualidade e a gentileza no trato com as pessoas, o qual pacientemente trouxe ricas contribuições a minha pesquisa.

A colega mestranda Sabrina Santos pela ajuda na pesquisa de campo, durante aplicação de questionários.

A minha amiga, Adria de Oliveira, que esteve presente durante toda minha trajetória, dando-me apoio, orientações, elogios e críticas importantes ao crescimento de minha pesquisa e dissertação. Estendo também minha gratidão à turma do Condomínio Oliveira pela gentileza, receptividade e carinho quando por vezes me acolheram para estudar, nesse ambiente de paz e harmonia, onde nossas amigas tornaram-se super especiais.

A minha amiga Wandicleia Lopes, que me trouxe alento em momentos triste e me incentivou a continuar na busca pelo conhecimento, manifesto também minha gratidão a sua filha Carolina e esposo Francivaldo pela carinhosa acolhida.

Aos amigos Moisés Santos e Marcelo Araújo pelas conversas, risos e apoio na formação de minha dissertação.

As amigas (os) da minha turma de Mestrado, em especial Andrea Araújo, Anne Gabriella, Railon Marinho, Luziene Santos e Ana Lúcia Maia, com quem tive mais integração e troca de ideias, desabafos, choro, risos e me incentivaram a continuar em momentos de fragilidades em minha vida.

Ao programa PPGSAQ e todos os professores (as) que nos proporcionaram conhecimentos por meios de suas disciplinas. Ao professor Itamar Paulino coordenador do Programa e as secretarias Estelina Bento e Joiciele Aquino, por toda contribuição prestada no decorrer do curso.

A Conservação Internacional – CI Brasil, que me acolheu enquanto colaboradora e me deu total apoio e incentivo na realização do curso e suporte para enfrentar as dificuldades que surgiram nesse processo, gratidão que expresso em nome dos (as) colegas Karoline Marques, Josinei Garcia e de toda equipe Tapajós,

Ao meu amigo Cesar Haag, pelas palavras de incentivo para eu continuar no curso e críticas que contribuíram para melhoria de meu projeto de qualificação. Agradeço ainda as minhas amigas de vida comunitária e política, em especial a Edna Reis, Socorro Pena que estão presente em minhas lutas e conquistas cotidianamente.

A diretoria da ASMORJA por permitir esse estudo e pelo total apoio nos trabalhos de campo e também aos associados (as) que nos receberam em seus lares e responderam aos questionamentos da nossa pesquisa.

Deixo aqui registrada minha gratidão a Khaleesi Melissandre Farias, minha querida cadela, que por longos dias e noites me fez companhia enquanto eu estudava, com seu olhar de amor, por vezes me dava à pata e eu a entendia dizer “prossiga, você consegue!”.

Por fim, gratidão a todos que direta e indiretamente somaram para que eu pudesse concluir esse Mestrado e realizar mais um grande sonho de minha vida. Gratidão!

RESUMO

Este trabalho teve como objetivo analisar o papel da Associação de Moradores Produtores Extrativistas Rurais de Jamaraquá – ASMORJA, e suas estratégias de governança para o desenvolvimento local na Floresta Nacional do Tapajós, a partir de abordagem qualitativa e quantitativa, buscou-se entender as experiências sobre governança comunitária da organização social estudada em um contexto sócio ambiental. Utilizou-se como método de investigação o Estudo de caso, a coleta de dados foi realizada por meio da realização de entrevista coletiva com a coordenação da associação e entrevistas semiestruturadas com os (as) associados (as), as questões foram pautadas a fim de caracterizar aspectos sociais, econômicos e culturais dos associados da ASMORJA à luz da governança ambiental. Os dados foram agrupados e sistematizados com suporte do software Excel for Windows 2010®, para fins de análise estatística. Utilizou-se da Análise Textual Discursiva – ATD, para realizar a análise dos dados coletados. Como resultados destaca-se a constatação de que o associativismo contribuiu com o desenvolvimento local sustentável na comunidade a partir de parcerias da ASMORJA com organizações públicas, privadas e do terceiro setor, para efetivo cumprimento das normas de uso da Unidade de Conservação e protagonismo do Turismo de Base Comunitária, principal fonte de renda de associados (as), além da coletividade nas ações comunitárias. Percebe-se, entretanto, que há necessidade de um planejamento estratégico, investimentos em qualificação da gestão para aquisição de projetos, fortalecimento de ações que ascendam a participação da juventude e público feminino, e estratégias para inibir efetivamente a degradação ambiental em atrativos turísticos.

Palavras-Chave: Unidade de conservação. Organização rural. Uso sustentável. Amazônia.

ABSTRACT

This study aimed to analyze the role of the Association of Residents of Rural Extractivist Producers in Jaramaquá - ASMORJA and its governance strategies for local development in Tapajos National Forest, using a qualitative and quantitative approach, seeking to understand the organization's community governance experiences studied in a socio-environmental context. The case study was used as a research method in the field research, with a collective interview to the association's coordination and application of semi-structured questionnaires with the members, containing open and closed questions, in order to characterize the social, economic and cultural aspects of the associated members of ASMORJA in the light of environmental governance. The data were grouped and systematized with the support of the Excel for Windows 2010® program, for the purposes of statistical analysis. The Discursive Textual Analysis – DTA, was used to analyze the collected data. As a result, the realization that associativism potentiated the sustainable local development in the community is highlighted, based on ASMORJA's partnerships with public, private and third sector organizations, for the effective fulfillment of the Conservation Unit use rules and the role of community-based tourism, the main source of income for members, in addition to the collectivity in community actions. It is noticed, however, that there is a need for strategic planning, investments in management qualification for the acquisition of projects, strengthening of actions that increase the participation of youth and women, and strategies to effectively inhibit environmental degradation in tourist attractions.

Keywords: Conservation unit. Rural organization. Sustainable use. Amazonia.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Organograma da gestão da FLONA do Tapajós.....	32
Figura 2 - Mapa das comunidades no interior da FLONA do Tapajós, Pará, Brasil.....	37
Figura 3 - Mapa de localização da comunidade de Jamaraquá, FLONA do Tapajós, Brasil...57	
Figura 4 - Mapa conceitual.....	62
Figura 5- Planta Jamacaru.....	64
Figura 6 - Praia na comunidade Jamaraquá.....	66
Figura 7 - Barracão comunitário.....	69
Figura 8 - Extração de látex da seringueira.....	71
Figura 9 - Mantas confeccionadas de látex.....	72
Figura 10 – Escola Municipal de Jamaraquá.....	79
Figura 11 – Moradia tipo alvenaria sem revestimento; (2) Moradia tipo madeira	79
Figura 12 – Moradia construída por meio do Programa Nacional de Habitação Rural.....	80
Figura 13 – Grupo de Turista saindo da comunidade Jamaraquá para trilha; (2) Trilha do Igarapé da Terra Preta.....	84
Figura 14 - Floresta alagada (Igapó).....	85
Figura 15 – (1) Artesanatos de sementes e látex (biojoias); (2) Sandálias de látex	86
Figura 16 - Estrutura de casa de farinha desmontada e sem uso atualmente.....	88
Figura 17 - Pescador da comunidade, sócio da ASMORJA.....	89
Figura 18 - Sede da ASMORJA.....	91

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Faixa etária dos associados da ASMORJA.....	74
Gráfico 2 – Escolaridade dos membros da família.....	77
Gráfico 3 – Como se dá a atuação de associados (as) da ASMORJA.....	99

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Municípios abrangidos pela Floresta Nacional do Tapajós, Pará, Brasil	32
Tabela 2 - Quantidade de área e volume de madeira por manejo florestal comunitário na COOMFLONA.....	35
Tabela 3 - Comunidades, população, municípios e coordenadas geográficas da FLONA Tapajós.....	38
Tabela 4 – Estado civil e gênero dos associados	75
Tabela 5 – Condições de moradia por predominância de material e forma de aquisição município.....	80
Tabela 6 - Fonte de renda principal e complementar informado pelos participantes da pesquisa.....	82

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Processo político institucional de construção e consolidação da política brasileira de proteção da natureza.....	23
Quadro 2 - Categorias das UCs de Uso Sustentável.....	25
Quadro 3 - Tipos de governança.....	50
Quadro 4 – Ocupação da ocupação espacial da comunidade de Jamaraquá, Floresta Nacional do Tapajós, Pará, Brasil.....	64
Quadro 5 – Associações comunitárias e intercomunitárias da FLONA Tapajós, Pará, Brasil.....	66
Quadro 6 – Escolaridade por sexo dos associados da ASMORJA.....	77
Quadro 7 - Principais atividades coletivas da associação, segundo a percepção dos entrevistados.....	97
Quadro 8 - Recortes das percepções sobre os conflitos existentes na ASMORJA.....	102

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACAMPPRIGRC	Associação Comunitária Agrícola dos Mini e Pequenos Produtores Rurais do Igarapé do Godinho
ACOMTEP	Associação Comunitária dos Moradores Tradicionais e Extrativistas do Pini
AITA	Associação Intercomunitária dos Pescadores, Trabalhadores Rurais e Seringueiros da Margem Direita do Rio Tapajós
AMABELA	Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Município de Belterra
AMPROCEP	Associação de Moradores e Produtores Rurais e Extrativistas da Comunidade de Piquiatuba – Tapajós
APRUSANTA	Associação de Pequenos Produtores rurais de São Jorge, Santa Clara e Nossa Senhora de Nazaré
ASCATIJÓS	Associação de Moradores, Produtores Rurais e Extrativistas de Tauari
ASCED	Associação de Moradores Produtores Rurais e Extrativistas de São Domingos
ASCOMART	Associação Comunitária Maguari rio Tapajós
ASCOMTN	Associação Comunitária de Moradores Tradicionais de Nazaré
ASCOPRATA	Associação Comunitária de Pequenos Produtores da Comunidade de Prainha Tapajós
ASMIPRUT	Associação Intercomunitária de Mini e Pequenos Produtores Rurais e Extrativistas da Margem Direita do rio Tapajós
ASMOJA	Associação de Moradores do Jaguarari
ASMOP	Associação Comunitária dos Moradores Agroextrativistas de Pedreira
ASMORJA	Associação de Moradores Produtores Extrativistas Rurais de Jamaraquá
ATD	Análise Textual Discursiva
CDB	Convenção sobre a Diversidade Biológica
CONAMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente
COOMFLONA	Cooperativa Mista da FLONA do tapajós
ETEP	Espaços Territoriais Especialmente Protegidos
EUA	Estados Unidos da América
FBCN	Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza
FLONA	Tapajós – Floresta Nacional do Tapajós
FNMA	Fundo Nacional do Meio Ambiente

IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBDF	Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ITERPA	Instituto de Terras do Pará
ONU	Organização das Nações Unidas
PIB	Produto Interno Bruto
PIN	Projeto de Integração Nacional
PNAP	Plano Estratégico Nacional de Área Protegida
PNHR	Programa Nacional de Habitação Rural
PNMA	Política Nacional de Meio Ambiente
PNUMA	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
PPPT	Políticas de Povos e Populações Tradicionais
PRONABIO	Programa Nacional da Diversidade Biológica
PSA	Projeto Saúde e Alegria
SEMA	Secretaria de Meio Ambiente
SISBIO	Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade
SISNAMA	Sistema Nacional de Meio Ambiente
SNUC	Sistema Nacional de Unidade de Conservação
TCLE	Termo de Consentimento Livre Esclarecido
TBC	Turismo de Base Comunitária
UC	Unidade de Conservação
UICN	União Internacional para Proteção da Natureza
UNESCO	Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura
UNB	Universidade Nacional de Brasília
WWF	World Wildlife Fund

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	17
2 UNIDADE DE CONSERVAÇÃO E O ASSOCIATIVISMO COMO ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL PARA A GOVERNANÇA AMBIENTAL.....	20
2.1 Unidades de Conservação de Uso Sustentável.....	20
2.2 Unidade de Conservação FLONA Tapajós: criação e gestão.....	30
2.2.1 Populações tradicionais da FLONA Tapajós.....	37
2.3 Desenvolvimento Local.....	40
2.4 Associativismo: conceitos e teorias.....	42
2.4.1 Associativismo como alternativa para o desenvolvimento local.....	44
2.4.2 Associativismo em Unidade de Conservação.....	47
2.5 Governança.....	48
2.5.1 Governança e suas implicações na promoção do associativismo.....	48
2.5.2 Governança em Unidade de Conservação.....	53
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	56
3.1 Contextualização do Local de Pesquisa.....	56
3.2 Caminhos da Pesquisa.....	58
3.3 Sujeitos Participantes da Pesquisa.....	60
3.4 Procedimentos Éticos.....	61
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	63
4.1 Caracterização Socioeconômica da Comunidade Jamaraquá.....	63
4.1.1 Comunidade de Jamaraquá.....	63
4.1.2 Governança na comunidade de Jamaraquá.....	66
4.2 ASMORJA e seus Associados: perfil socioeconômico.....	73
4.3 Principais Atividades Econômicas dos Associados (as) da ASMORJA.....	83
4.3.1 Turismo de base comunitária.....	83
4.3.2 Extrativismo e artesanato.....	85
4.3.3 Agricultura.....	87
4.3.4 Pesca artesanal.....	88
4.3.5 Uso da fauna e flora.....	90
4.4 Aspectos Socioeconômicos e Culturais da ASMORJAA à Luz da Governança Ambiental.....	91

4.4.1 Parcerias da ASMORJA.....	92
4.4.2 Motivação para participação dos sócios da ASMORJA.....	95
4.4.3 Conflitos na associação.....	101
4.4.4 Aspectos ambientais.....	104
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	108
6 REFERÊNCIAS.....	111
APÊNDICE A - ROTEIRO ENTREVISTA DIRETORIA ASMORJA.....	124
APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO APLICADO AOS ASSOCIADOS	124
APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO (TCLE).....	129
ANEXO A - PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP.....	132
ANEXO B – AUTORIZAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO.....	135
ANEXO C – AUTORIZAÇÃO SISBIO.....	136
ANEXO D - PORTARIA Nº 227 DE 22 DE MARÇO DE 2020.....	139
ANEXO E - PORTARIA Nº 890 DE 25 DE AGOSTO DE 2020.....	140
ANEXO F – AUTORIZAÇÃO SISBIO PARA IMAGENS.....	143

1 INTRODUÇÃO

A Amazônia Legal ocupa 59% do território brasileiro com uma população aproximada de 25 milhões de habitantes e abriga 56% da população indígena do país. É um bioma com rica biodiversidade e de variadas culturas (PENNA FILHO, 2013). Nas últimas décadas, o aumento populacional, os interesses econômicos e a exploração desenfreada dos recursos naturais na região amazônica, vêm alterando o modo de vida das populações tradicionais que vivem nesse ambiente.

Desde a década de 1930, as questões socioambientais na Amazônia têm sido pautadas em escala mundial na perspectiva de conceituar e estabelecer diretrizes para criação de Unidade de Conservação - UC (VALLEJO, 2002). No Brasil, a primeira UC foi criada no ano de 1937, o Parque Nacional do Itatiaia. Unidade de Conservação, de acordo com o Art. 2º, inciso I da Lei nº 9.985/2000 que se refere ao Sistema Nacional de Unidade de Conservação – SNUC é: “um espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção”.

As UCs dividem-se em dois grupos: Proteção Integral e de Uso Sustentável. O SNUC ao tratar do segundo grupo, prevê como objetivo “compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais” (BRASIL, 2000). Ainda de acordo com a lei, além da proteção dos recursos naturais é importante a valorização das populações tradicionais, com todo seu aparato cultural para a promoção socioeconômica.

Nessa categoria, encontra-se a Floresta Nacional do Tapajós - FLONA Tapajós, instituída pelo Decreto Federal nº 73.684/1974, com área de 600.000 hectares, pertencente aos municípios de Aveiro, Belterra, Placas e Rurópolis, no Oeste do Estado do Pará. Desde sua criação, a maioria das pessoas que vivem nessa UC organizaram-se socialmente em associação comunitária e intercomunitária, que no entendimento de Santos et al. (2014, p. 44), “são resultados de um longo processo de articulação dos moradores locais da FLONA para garantir representação política e obtenção de apoio técnico e financeiro para projeto de desenvolvimento comunitário”.

As organizações associativas possuem papéis relevantes e atuação eficaz na sociedade, fato atrelado à visão aplicada à interação social e ambiental, na perspectiva de conciliar a harmonia entre a comunidade e a preservação dos recursos naturais. Porém, Luchmann (2014) destaca diferentes formas de atuação das associações, bem como seus fins coletivos, a exem-

plo das que possuem papel ecológico e democrático, mas, nem sempre atuam evidenciando as virtudes associativas. Nesse sentido, dependendo do desempenho e das ações de cada organização, pode-se gerar benéficos corroborativos de igualdade social, melhorias socioeconômica e ambiental, assim como as que possuem finalidades específicas e unilaterais, ao estabelecer relação de poder, promover discórdia e desigualdades.

A FLONA Tapajós, primeira UC da categoria de uso sustentável na Amazônia é de grande contribuição à conservação da biodiversidade, se constitui em importante lócus de estudo das relações do homem e suas estratégias de governança com o meio ambiente, nessa UC existem “[...] 20 comunidades tradicionais e três aldeias indígenas [...]” (ICMBIO, 2019, p.93), dentre as quais destaca-se a comunidade de Jamaraquá, dado o seu reconhecido potencial turístico que une a valorização cultural do modo de vida extrativista, defesa do patrimônio natural, produção do artesanato e biojoias de látex, palha e cipós (MOREIRA e BURNS, 2015; ICMBIO, 2017).

Algumas comunidades inseridas em UC, como o caso de Jamaraquá, desenvolvem o Turismo de Base Comunitária – TBC, valorizando a dinâmica cultural, ambiental e o modo de vida das populações que vivem nesse ambiente. Nas pesquisas realizadas por Barreto e Tavares (2017, p. 580) identificou-se que o TBC em UC é uma atividade que extrapola a relação comercial, pois envolve as questões “[...] ligadas a dimensão social, circunscrita numa perspectiva de maior autonomia das populações envolvidas no processo, propiciando assim o aumento da justiça social e da qualidade de vida, consolidando de fato um desenvolvimento territorial pleno [...]”.

O ICMBio (2019, p, 42) destaca três comunidades potenciais do turismo dentre as quais está Jamaraquá, entre 2017 e 2020, as comunidades receberam mais de 42 mil visitantes nas comunidades com diferentes finalidades (turistas, pesquisadores, estudantes, extensão e outros). O levantamento da instituição apresenta que em especial na comunidade de Jamaraquá, a atividade do ecoturismo, esta denominada pelos comunitários como TBC, somada ao setor de artesanato (biojoias), corresponde a 61,3% da renda total da comunidade, seguido das atividades de agricultura e comércio que representa 38,7% do movimento da economia local.

De acordo com a Associação de Moradores de Jamaraquá, no ano de 2019, as comunidades da Flona Tapajós receberam 24 mil visitantes de diversas partes do mundo. Enquanto que no ano de 2020, a Associação aponta que apenas quatro mil turistas visitaram a Flona, por ocasião do fechamento da UC provocado pela pandemia de Covid-19. A diminuição das visitas nas comunidades da Flona no ano de 2020 representa uma queda

superior a 80% comparado a mesma época do ano de 2019. Esse fato tem impactado de forma negativa a vida dos comunitários que sobrevivem, principalmente do turismo.

O TBC desenvolvido em Jamaraquá tem amplo destaque nas mídias em nível nacional, regional e local, com diversas atividades que demandam envolvimento dos comunitários e da gestão organizacional da associação. Nesse sentido, a situação problema dessa pesquisa, busca responder: Qual o papel da Associação de Moradores Produtores Extrativistas Rurais de Jamaraquá – ASMORJA, para a governança comunitária e a promoção do desenvolvimento local?

Como forma de responder essa questão, esta pesquisa teve como objetivo geral analisar o papel da ASMORJA e suas estratégias de governança para o desenvolvimento local na comunidade Jamaraquá na FLONA Tapajós. Como desdobramento desse objetivo buscou-se:

- Caracterizar a formação/criação e os aspectos socioeconômicos da comunidade de Jamaraquá sob a ótica da governança e;
- Analisar os aspectos sociais, econômicos e culturais dos associados da ASMORJA à luz da governança ambiental.

O trabalho almejou, dentro da perspectiva que engloba teorias e práticas empíricas, enriquecer o debate sobre organização comunitária, concernente ao papel da associação e suas implicações para o desenvolvimento local, considerando questões sociais, culturais, ambientais e econômicas. Além disso, servir de aporte teórico para instituições locais e subsidiá-lo no diálogo com os órgãos governamentais para elaboração de políticas públicas, bem como, promover dentro do ambiente acadêmico uma reflexão e o interesse sobre a dinâmica da UC na região Amazônica. Ao final esta pesquisa busca colaborar com o reconhecimento e registro das estratégias de governança adotadas para o desenvolvimento da comunidade de Jamaraquá.

A pesquisa está organizada em mais cinco tópicos. O segundo tópico desta dissertação, consistiu no referencial teórico, no qual se expôs os aspectos conceituais relacionados às UCs, descreveu-se o processo histórico da comunidade Jamaraquá à luz da criação das estratégias de governança, e abordou-se sobre organizações sociais, associativismo, governança e desenvolvimento local. No terceiro encontra-se o tópico referente à metodologia da pesquisa. No quarto tópico foram apresentadas as características das atividades socioeconômicas da comunidade pelos associados da ASMORJA e análises direcionadas para as atuais perspectivas de governança da associação, que levem em conta o desenvolvimento da comunidade e da FLONA, por fim, as considerações finais do trabalho.

2 UNIDADE DE CONSERVAÇÃO E O ASSOCIATIVISMO COMO ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL PARA A GOVERNANÇA AMBIENTAL

2.1 Unidades de Conservação de Uso Sustentável

Antes de tratar exclusivamente da categoria de uso sustentável é relevante desenvolver uma abordagem geral sobre Unidade de conservação - UC. As UCs estão diretamente vinculadas ao tema meio ambiente, contido de intensa preocupação desde 1872, quando a conservação dos recursos naturais ganhou viés político nas discussões, consolidando com a criação do Parque Nacional de Yellowstone nos Estados Unidos. Com base na criação desse parque o engenheiro André Rebouças, empenhou-se em implantar o mesmo formato no Brasil, na Ilha do Bananal, Rio Araguaia, e no Saltos de Sete Quedas, no rio Paraná. Somente após a morte de Rebouças foi criado primeiro parque, o Parque Nacional de Itatiaia em 1937 (FONSECA e KASECKER, 2010; CAMPOS e CASTRO, 2015).

Gradativamente os movimentos em prol da conservação ambiental se disseminaram: no ano 1933, ocorreu em Londres a Convenção para Preservação da Fauna e Flora em Estado Natural; 1940 em Washington, a Convenção Pan-americana de Proteção da Natureza e Preservação da Vida Selvagem do Hemisfério Oeste. Essa diversidade de eventos internacionais, voltados aos debates sobre UCs, teve grande influência para criação das leis ambientais no Brasil (CAMPOS e CASTRO, 2015).

Em 1948, na Suíça, um congresso promovido pelo governo Francês e a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura - UNESCO, fundou a União Internacional para a Proteção da Natureza - UIPN, que em 1956 passou a se chamar União Internacional para a Conservação da Natureza - UICN, englobando agências governamentais e não governamentais, passando a coordenar e iniciar trabalhos de cooperação internacional no campo da conservação da natureza (CAMPOS e CASTRO, 2015). A Conferência em Estocolmo ocorrida em 1972, que resultou na declaração sobre o Meio Ambiente Humano (AMARAL et al., 2009). Na mesma década, iniciou a criação de diversas UCs na região Amazônica, como parte do Programa Nacional de Interação Nacional – PIN, com o apoio, principalmente, do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal – IBDF, entre as quais se encontra a FLONA Tapajós.

A UICN ganhou repercussão mundial na elevação da temática biodiversidade e conservação de ecossistema, além de criar e divulgar o documento “Estratégia Mundial para a Conservação”, com objetivos de conservação, voltados à “manutenção dos processos

ecológicos essenciais; preservação da diversidade genética; utilização sustentada das espécies e ecossistemas” (DIEGUES et al., 2000. p. 12), com relevância na definição das áreas protegidas, compreendendo a proteção dos recursos naturais e as inter-relações humanas (FONSECA e KASECKER, 2010).

A organização UICN teve um papel relevante nessa temática, assim quanto, à nomenclatura do termo áreas protegidas, sendo aquelas implementadas dentro das áreas protegidas, que são “áreas de terra e/ou mar especialmente dedicadas à proteção e manutenção da diversidade biológica, e de seus recursos naturais e culturais associados, manejadas por meio de instrumentos legais ou outros meios efetivos” (SCHERL et al., 2006, p. 7).

De acordo com SNUC, UC é um espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção (BRASIL, 2000, art. 2º, D).

Segundo Pereira et al. (2010), UCs são áreas reconhecidas como instrumentos de conservação, incluindo a sobrevivência das comunidades nas quais as populações tradicionais têm papel relevante como atores envolvidos em salvaguardar o ambiente natural onde habitam. A proteção das UCs reflete do entendimento de que “[...] a alteração e domesticação de toda biosfera pelo ser humano é inevitável [...]” carecendo da conservação de áreas naturais na sua forma original, locais que essencialmente prestam serviços ambientais fundamentais as pessoas e são fontes de pesquisas (ARRUDA, 1999, p. 83).

Define-se também UC como a instauração inovadora do exercício protetor do território nos espaços específicos, designados “a sua implantação, no processo que vai desde a sua criação/delimitação até sua gestão” (MEDEIROS et al., 2004, p. 87).

De acordo com Pereira e Scardua (2008), os conceitos complementam-se, de modo que os Espaços Territoriais Especialmente Protegidos – ETEP, se estabeleceram em conformidade a Constituição Federal Brasileira de 1988, abrangendo todos os conceitos referentes a áreas protegidas e UCs. Fonseca e Maintinguer (2017) mostram que em 1994 a UICN propôs uma nova nomenclatura para áreas protegidas com seis categorias¹, onde as diferenças estão nos objetivos de manejo. No Brasil, áreas protegidas utilizam-se da

¹ a. conservação da composição, estrutura, função e potencial evolutivo da biodiversidade

b. contribuição para estratégias regionais de conservação

c. manutenção da diversidade da paisagem ou habitats

d. apresentação de dimensão suficiente para garantia da integridade e da manutenção, a longo prazo, dos objetivos específicos de conservação, ou previsão da sua expansão e. perpetuação dos seus valores

f. gerência, por plano de manejo e por programa de monitoramento, e avaliação capazes de promoção de adaptações em sua gestão

g. instituição de sistema de governança clara e justa, dentre outras (IUCN, 2008, p.06)

denominação ETEP - é utilizada para denominar qualquer área que tenha algum tipo de proteção à algum atributo ambiental, sendo:

Unidades de Conservação, Áreas de Preservação Permanente, Reservas Legais, Áreas destinadas às Comunidades Tradicionais, entre outras [...] o conceito de área protegida no Brasil, que mais se aproxima do conceito dado pela IUCN são as Unidades de Conservação (FONSECA e MAINTINGUER, 2017, p. 02).

Globalmente, os debates sobre a proteção ambiental tornaram-se grandiosos, políticos e diversos: Rio 92, Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, com enfoques a biodiversidade e minimização da emissão de gases poluentes (NOVAES, 1992). Conferência de Johannesburgo em 2002, com diversas abordagens, como fontes mais limpas de energia (LUCON e COELHO, 2002).

Como propostas e acordos às questões socioambientais, estabeleceu-se a Agenda 21 Global, aprovada por ocasião da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento - Rio 92, documento considerado, “guia participativo, no sentido de envolver governos, sociedades, setor privado e organizações para a busca de um modelo de desenvolvimento sustentável” (SOUZA JUNIOR et al., 2006, p. 291).

Nessa ocasião, também ocorreu a Convenção sobre a Diversidade Biológica - CDB, voltada a pensar o futuro da humanidade, meio ambiente e bem-estar humano. Esta convenção apontou como finalidade “a compatibilização entre a proteção dos recursos biológicos e o desenvolvimento econômico e social” (CARREGOSA et al., 2015, p. 306).

Nesse sentido, Moraes et al., (2011) levantam uma discussão planetária sobre a diminuição de espécie da fauna cuja atribuição se inter-relaciona aos avanços da ocupação humana, a difícil harmonia entre desenvolvimento e conservação da natureza, podendo impactar negativamente para as mudanças climáticas e adverte sobre a necessidade do engajamento da sociedade, ciência e governos para efetivas mudanças sustentáveis.

A busca por soluções constitui-se como um dos maiores desafios da atualidade: conciliar aspectos socioeconômicos relacionados à escassez de recursos naturais com a preservação ambiental. A falta de interesse da sociedade global em mudar seu estilo de vida representa uma grande barreira, impedindo maiores avanços. Resolver esse impasse permitirá o alcance de resultados mais concretos, revertendo o quadro de perda de biodiversidade, rumo a uma economia mais sustentável (MORAES, et. al. 2011, p. 07.).

Na busca sistêmica de legalidades para a proteção ambiental, passados dois anos, da Rio 92, em 1994 no Brasil, foi criado o Programa Nacional da Diversidade Biológica - PRONABIO, originando de suas diretrizes a instituição do SNUC, Lei nº 9.985 de 18 de julho

de 2000, a qual trouxe à luz a importância das UCs, bem como, as especificidades de cada categoria, competência e contribuições à manutenção dos ecossistemas preservados, restauradas as diversidades naturais e promoção do desenvolvimento sustentável a partir dos recursos naturais (BRASIL, 2000; CARREGOSA et al., 2015).

A criação de UC trouxe consigo interesses em categorizá-las em unidades instituídas, aplicando legislações, a exemplo no Brasil, da Lei nº 4.771 de 15 de setembro de 1965, trata-se do Código Florestal Brasileiro, o qual designa as áreas de Preservação Permanente, Reservas Biológicas e as Florestas Nacionais (IBAMA, 2004).

O SNUC apresenta as UCs organizadas em dois grupos: Unidade de proteção integral e Unidade de uso sustentável. O primeiro se volta para a preservação da natureza, podendo ser usado os recursos naturais de forma indireta, exceto situações previstas em lei. Trata-se das categorias de unidades de conservação conforme art. 8º: “I – Estação Ecológica; II – Reserva Biológica; III – Parque Nacional; IV – Monumento Natural; V- Refúgio da Vida Silvestre” (BRASIL, 2000).

Tangente à Unidade de Conservação de uso sustentável, o SNUC instrui a se “compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais” (BRASIL, 2000, art. 7º, §2º). Nesse grupo se constituem as categorias de unidades de conservação: I – Área de Proteção Ambiental; II - Área de Relevante Interesse Ecológico; III - Floresta Nacional; IV - Reserva Extrativista; V - Reserva de Fauna; VI – Reserva de Desenvolvimento Sustentável; e VII - Reserva Particular do Patrimônio Natural (BRASIL, 2000, art. 14; Quadro 1).

Quadro 1 - Categorias das Unidade de Conservação de Uso Sustentável no Brasil.

CATEGORIAS	ESPECIFICAÇÃO
I - Área de Proteção Ambiental	Área em geral extensa, com certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas, e tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais.
II - Área de Relevante Interesse Ecológico	Área em geral de pequena extensão, com pouca ou nenhuma ocupação humana, com características naturais extraordinárias ou que abriga exemplares raros da biota regional, e tem como objetivo manter os ecossistemas naturais de importância regional ou local e regular o uso admissível dessas áreas.
III - Floresta Nacional	Área com cobertura florestal de espécies predominantemente nativas e tem como objetivo básico o uso múltiplo sustentável dos recursos florestais e a pesquisa científica, com ênfase em métodos para exploração sustentável de florestas nativas.

Continuação...

Quadro 1 - Categorias das Unidade de Conservação de Uso Sustentável no Brasil.

CATEGORIAS	ESPECIFICAÇÃO
IV - Reserva Extrativista	Utilizada por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, e tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade.
V - Reserva de Fauna	Área natural com populações animais de espécies nativas, terrestres ou aquáticas, residentes ou migratórias, adequadas para estudos técnicos-científicos sobre o manejo econômico sustentável de recursos faunísticos.
VI – Reserva de Desenvolvimento Sustentável	Abriga populações tradicionais, cuja existência baseia-se em sistemas sustentáveis de exploração dos recursos naturais, desenvolvidos ao longo de gerações e adaptados às condições ecológicas locais e que desempenham um papel fundamental na proteção da natureza e na manutenção da diversidade biológica;
VII - Reserva Particular do Patrimônio Natural	Área privada, gravada com perpetuidade, com o objetivo de conservar a diversidade biológica. § 2º Só poderá ser permitida, na Reserva Particular do Patrimônio Natural, conforme se dispuser em regulamento: I - a pesquisa científica; II - a visitação com objetivos turísticos, recreativos e educacionais;

Fonte: (BRASIL, 2000)

O processo de materialização de área protegida, ocorre em três momentos fundamentais. Na década de 1930, quando os debates passam a concretizar-se legalmente e desencadearam a criação do Parque Nacional em Itatiaia no Rio de Janeiro. Em especial na década de 1970, período da Ditadura Militar com as ações de controle do poderio Estatal, momentos estratégicos de integração nacional e expansão no país; e no Período-pós 1985, com a redemocratização do país, permeada de intensa crise, com fins a simplificar a política ambiental, trazendo novos elementos como a criação da Constituição Federal 1988 (MEDEIROS et al., 2004).

O Quadro 2, apresenta a síntese do processo político institucional de construção e consolidação da política brasileira de proteção da natureza.

Quadro 2 - Processo político institucional de construção e consolidação da política brasileira de proteção da natureza.

PERÍODO	CONTEXTO NACIONAL	CONTEXTO INTERNACIONAL	RESULTADO PRÁTICO PARA POLÍTICA DE PROTEÇÃO BRASILEIRA
Anterior a 1963	Revolução de 30; Estado Novo; Marcha para oeste; Políticas desenvolvimentistas; industrialização e urbanização acelerada;	Criação do 1º parque nacional do mundo nos Estados Unidos em (1872); primeiros tratados e convenções internacionais visando a proteção de espécies; I e II Guerras	Constituição de (1934); Código Florestal (1934); Código de caça e pesca (1934); Código de águas (1934), Medidas de proteção aos animais (1934), criação do 1º

Continuação...

Quadro 2 - Processo político institucional de construção e consolidação da política brasileira de proteção da natureza.

PERÍODO	CONTEXTO NACIONAL	CONTEXTO INTERNACIONAL	RESULTADO PRÁTICO PARA POLÍTICA DE PROTEÇÃO BRASILEIRA
Anterior a 1963	Estradas e energia.	Mundiais; criação da Organização das Nações Unidas - ONU (1945) e UNESCO (1946); Criação da UICN (1948) e da WWF (1960)	parque nacional de Itatiaia; Criação da Fundação Brasileira para a conservação da natureza /FBCN (1956).
1964 – 1984	Golpe Militar de 64; Estratégias de Integração e Desenvolvimento Regional; “milagre econômico”; anistia política (1979).	Relatório do Clube de Roma (1971); Criação do Programa Mab-UNESCO (1971) Conferência de Estocolmo (1972); Criação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente - PNUMA (1972); crise do petróleo (1973 e 1979)	Código Florestal (1965); Proteção a fauna (1967); criação do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal/ IBDF (1967); criação da Secretaria de Meio ambiente – SEMA (1973); aprovação do Regulamento dos Parques Nacionais (1979); criação de Estações ecológicas, áreas de proteção ambiental (1981); instituída a Política nacional de Meio Ambiente (1981) Criação da Reserva Ecológicas e Áreas de Relevante Interesse Ecológicos (1984)
A partir de 1985	Redemocratização do país; Eleição da Presidência civil; Criação da Assembleia Nacional Constituinte; moratória da dívida externa; “hiperinflação”; eleições diretas Impeachment do Presidente Collor; estabilização econômica;	Relatório de Brundtland (1987) queda do Muro de Berlim, fim da união Soviética; Conferência Internacional da Nações Unidas no Rio de Janeiro (1992); Convenção da Diversidade Biológica (1992); Protocolo de Quioto.	Criação do Ministério do Meio Ambiente (1985); Constituição Brasileira (1988); Criação do IBAMA (1989); criação do FNMA (1989); Instituição do PPG7 (1992); Política Nacional de Águas (1997) Lei de crimes Ambientais (1999); Instituição do SNUC (2000); Política Nacional de Biodiversidade (2002)

Fonte: MEDEIROS et al., (2004, p. 91)

A trajetória para constituição das UCs discorre uma luta voltada a promover as questões ambientais, tendo em vista a relevância para manutenção da vida no planeta. É importante entender que existe grande demanda de público voltada para conservação do meio ambiente, a exemplo dos Povos e Populações Tradicionais:

Grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e eco-

nômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (BRASIL, 2007a, art. 3º, I).

As populações tradicionais tiveram continuamente uma relação de interdependência homem/natureza, considerando que os recursos naturais historicamente sempre foram adaptados pelos seres humanos para sua sobrevivência (SIMONIAN, 2000; SILVA, 2007).

Nesse sentido, a UC de uso sustentável intencionalmente expressa à mensagem de harmonia entre humanos e natureza, considerando ser área natural de domínio público, habitada por populações que vivem da exploração sustentável dos recursos naturais. Além de proteger e conservar a diversidade biológica garante continuidade à reprodução, qualidade de vida das populações tradicionais, valorização, conservação e aperfeiçoamento das capacidades e técnicas de manejo dos recursos ambientais (SILVA e GONZAGA, 2005).

Em praticamente todas as sociedades, mesmo as que não produziam excedentes ou desconheciam as modalidades estatais de organização, observou-se existência de políticas e ações acerca da conservação desses recursos “[...] algum tipo de cuidado com o ambiente, com as áreas de suprimento, com o patrimônio natural, cultural/histórico e também áreas de reserva”. Dessa forma, as ações voltadas para a sustentabilidade não são dadas como prerrogativa da contemporaneidade (SIMONIAN, 2000, p. 11).

O processo de criação de UC tentativa de conservar os recursos naturais, gera muitos conflitos sociais em decorrência da forma centralizadora, burocrática e atrelada à discursos ecológicos, sem atentar para a realidade social e econômica local das potencialidades para a permanência da biodiversidade. Dessa forma, é relevante considerar, mesmo que as áreas estejam protegidas, os espaços não podem ser compreendidos como “dissociados de uma complexa dinâmica sociocultural e política” (IRVING, 2010, p. 134).

Outro problema encontrado nas UCs é a superposição em áreas indígenas, fato resultante da “cegueira generalizada em relação à existência destas populações” envolvendo-as em situação de vulnerabilidade, evidenciando ausência do governo com ações de fiscalização e repreensão, permitindo resultados de conflitos, êxito rural e ampliação de favela urbana nas proximidades (ARRUDA, 1999, p. 86).

A situação resulta em processo de exclusão social das populações tradicionais, que no ato de criação das áreas protegidas por vezes são desconsideradas, assim sendo, “em que medida as políticas públicas de proteção da natureza, e em particular aquelas relacionadas às áreas protegidas, são realmente capazes de promover inclusão social?”, essa discussão aponta a necessidade de processos participativos, diálogos entre políticas econômicas e socioambientais, para que contribua na minimização das desigualdades (IRVING, 2010, p. 127).

Quanto ao contexto dos conflitos pelo território, Monteiro (2018), ao referir-se sobre as questões jurídicas, aborda as UCs como terras públicas, enfatizando a FLONA Jamanxin no Pará, com essa condição e conseqüentemente coíbe o desmatamento e o processo de grilagem. Porém, há casos de o próprio governo beneficiar a grilagem diminuindo áreas protegidas. Assim, além da falta de capital para o gerenciamento das áreas, existe a perpetuação da ocupação por privilégios, decorrente da “ausência do Estado, que é omissa em uma repressão atuante e ações efetivas, atuação que está sendo substituída por resolutividade prejudicial ao bem jurídico protegido constitucionalmente, e em prol de grandes latifundiários” (MONTEIRO, 2018, p. 298).

O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio é o órgão responsável para atuar em demandas de resolução de problemas nas UCs, assim como na ausência de instrumento jurídico que colabore para proteção do meio ambiente em áreas indígenas. Muitos desses problemas decorrem de desarticulações entre os órgãos ambientais que “acaba por inviabilizar o cumprimento dos deveres da União, tanto de proteger territórios para conservação da biodiversidade, quanto de delimitar áreas para proteção dos povos indígenas” (MENDES e FERREIRA, 2010, p. 23).

Cabe ressaltar que os povos indígenas e populações tradicionais são sujeitos com direitos garantidos, assegurados em diversas políticas, como o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas - PNAP, Convenção da Diversidade Biológica, Declaração de Bariloche, e em especial a Política de Povos e Populações Tradicionais - PPPT que apresenta:

Clara noção de integração sociedade e natureza e a exigência de transversalidade nas ações do governo brasileiro. Ela chama também a atenção para a necessidade de reconhecimento das formas tradicionais de uso dos recursos naturais e das subjetividades envolvidas no processo, e com ela, a primeira iniciativa de integração do SNUC com a política indígena e de resgate da cultura negra (IRVING, 2010, p. 142).

Esses povos têm grande participação no processo de conservação da natureza no Brasil. Em seus territórios, áreas ainda preservadas “são habitadas por populações indígenas ou por comunidades rurais “tradicionais” - caiçaras, ribeirinhos, seringueiros, quilombolas, caiquiras - para as quais a conservação da fauna e flora é a garantia de sua perenidade”. A degradação ambiental é proveniente da expansão das fronteiras agrícolas, pautado na ocupação do espaço e na exploração dos recursos naturais de gastos altos à sociedade (ARRUDA, 1999, p. 90).

As UCs são consideradas ferramentas eficazes para conservação da natureza e apresentam resultados positivos, ao tratar das metas nacionais de Biodiversidade para 2011-2020,

em especial ao objetivo estratégico para melhorar a situação da biodiversidade, proteger ecossistemas, espécies e diversidade genética nas UCs na Amazônia, apresenta os compromissos de proteção ambiental, os quais continham interesse de proteger 17% dos ecossistemas terrestres e 10% de áreas marinhas, conforme foi estabelecido na Convenção sobre Diversidade Biológica - CDB no Japão em 2010 (BRASIL, 2016).

Nesses aspectos, a Amazônia avançou no cumprimento do compromisso, protegendo 41,2% do bioma por meio de UC e Terras indígenas, o Estado do Amapá alcançou 72% do território protegido e o Estado do Pará se destaca com as maiores UCs sendo elas: Estação Ecológica Grão-Pará considerada a maior de proteção integral em florestas tropicais do mundo, com 4,2 milhões de hectares e a Floresta Estadual do Paru, com 3,6 milhões de hectares, é a maior na categoria uso sustentável (PARÁ/SECTAM, 2011).

No entendimento de Drummond et al., (2010), as UCs de proteção integral apresentam contribuição mais efetivas aos ecossistemas, e espaços de manutenção da biodiversidade, as UCs de uso sustentável com fins a favorecer proteção adicional, ajustando a conservação dos recursos naturais com o suprimento das necessidades humanas. Apesar dos avanços, o autor compreende que as estratégias nas áreas protegidas não dão conta de salvaguardar com qualidade e afincos a vida no planeta, conforme salienta:

Há motivos para supor que mesmo a grande expansão do número e da área protegida por UCs não seja suficiente para garantir a conservação de ecossistemas, espécies, populações e genes, que continuariam ameaçados pelo processo de destruição e fragmentação de habitats, pela sobre-exploração de espécies de animais e plantas, por espécies exóticas pela poluição e por mudanças climáticas (DRUMMOND et al., 2010, p 381).

Igualmente, existem conflitos ambientais proveniente do modelo de gestão governamental dos recursos naturais, no enfoque patrimonial, a gestão poderia transitar de forma mais interativa, envolvendo os atores sociais nas negociações, há evidências de normas sem legitimidade, dificultando a vida das comunidades e impossibilitando o manejo sustentável dos recursos. As desconformidades de poder intrínseco nos encadeamentos dos grupos sociais, “têm bloqueado a colaboração nos processos decisórios e, assim ofuscado o potencial transformador que todo conflito socioambiental carrega em si” (VIVACQUA e VIEIRA, 2005, p. 160).

Outra situação é a insuficiência de investimentos para funcionalidade das UCs, as quais precisam de sustentabilidade financeira, necessitando de garantias de recursos alocado e bem gerido para que os objetivos destas sejam alcançados (FONSECA e KASECKER, 2010). Para tanto se requer o enfrentamento da pobreza, através da efetivação de políticas públicas,

com práticas democráticas, uso eficiente dos recursos públicos, representantes que defendam os direitos dessa população, todos esses são elementos que possibilitam o acesso serviços de saúde, segurança alimentar e outros necessários a sobrevivência (NOBRE, 2018).

Apesar dos aspectos negativos que ocorrem nessas áreas, as mesmas prestam serviços ambientais fundamentalmente relevantes à sociedade e estão imbuídas na Constituição Federal, como direito de todos, como estabelece o art. 225, § 1º, III “ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para aos presentes e futuras gerações” (BRASIL, 1988). Scarano et al., (2018) reforçam que os serviços ambientais são benefícios do ecossistema, proporcionados direta e indiretamente aos humanos, com grandes contribuições para sobrevivência e bem-estar das pessoas.

Diante do exposto, percebe-se que as UCs são espaços que somam para preservação da biodiversidade e possibilitam uma condução equilibrada entre humanos e natureza. Para alcançar os objetivos da política de áreas protegidas, é indispensável integração nas ações estatais em diferentes esferas de governo, trabalhar na transversalidade considerando as questões socioeconômicas e a diversidade humana, com articulações nacionais e internacionais. Pois não se trata de um processo estaque, mas em constante construção, podendo o Brasil corroborar a nível universal como modelo de proteção ambiental (MEDEIROS et al., 2004).

2.2 Unidade de Conservação FLONA Tapajós: criação e gestão

A partir da década de 1970, o Governo Federal criou diversos programas e instituições com o objetivo de financiar obras de infraestrutura na região Amazônica. Entre as quais destaca-se o Projeto de Integração Nacional – PIN, criado em 1970 por meio do Decreto-Lei nº 1.106, de 16 de junho de 1970 e o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal – IBDF, criado em 1972, autarquia federal que viabilizava a execução de inventário da área ao longo da Rodovia Cuiabá-Santarém, envolvendo propriedades que no futuro seria a FLONA Tapajós. Esse período era de insatisfações, visto que não havia interesse dos comunitários de morarem em unidade de conservação devido à ausência políticas para sua permanência (CROMBERG E GRECO, 2005; GUERRA, 2008; ICMBio, 2019).

Nesse contexto, em 1974 foi criada a UC Floresta Nacional do Tapajós, também conhecida como FLONA Tapajós, instituída por meio do Decreto nº. 73.684, de 19 de fevereiro do mesmo ano, com área estimada de 600.000 hectares (BRASIL, 1974). Essa

unidade está localizada a oeste do estado do Pará, limitando-se com o rio Tapajós à esquerda, à direita a BR163 (Cuiabá-Santarém).

Conforme Guerra (2008), a criação da FLONA Tapajós também era importante pela posição estratégica que as áreas de grande potencial florestal ocupavam em relação aos citados projetos de desenvolvimento da região na época, oferecendo facilidade de acesso fluvial pelo Rio Tapajós e acesso via terrestre pela Rodovia BR 163.

Com a criação da FLONA Tapajós, a exploração de recursos florestais passou a ser regulamentada, porém, proibia à permanência de pessoas dentro da área. Após se firmarem como resistência, os grupos que já habitavam a região antes da criação da FLONA garantiram a continuidade de suas práticas tradicionais, nos limites agora demarcados como UC, por meio do Decreto nº 1.298, de 27 de outubro de 1994², em seu art. 9º o qual ordena a “permanência dentro dos limites das FLONAs, de populações tradicionais que comprovadamente habitavam a área antes da data de publicação do respectivo decreto de criação” (BRASIL, 1994).

Guerra (2008) argumenta que houve resistência dos povos, os quais realizaram plebiscito para deliberar sobre o processo fundiário das comunidades, sendo que 62% dos habitantes da FLONA desejaram que as áreas das comunidades fossem excluídas dos limites desta UC. Em 1998 por intermédio de um Termo de Ajustamento de Conduta, definiram-se as regras para o uso da reserva pelos moradores.

Moreira e Burns (2015), explicitam que o nome da FLONA Tapajós provém do nome do Rio Tapajós com o qual se limita. Este rio por sua vez faz menção ao povo indígena Tapajó, o qual residiu na região por séculos e foi extinto como tribo autônoma ao final do século XVII, após chegada dos portugueses (NIMUENDAJÚ, 2001).

De acordo com Wawzyniak (2012), na década de 1830, diversificadas etnias habitavam as margens do Rio Tapajós, guerreiros que tinham a missão de salvar o povo e sua terra, mesmo que para isso precisasse usar a força física e os poderes cosmológicos, tendo em vista a inter-relação com a natureza e seus encantamentos, Tapajós (2019) referem-se sobre a etnia Tapajó, que era uma sociedade organizada, produziam alimentos em alta escala e fabricavam cerâmicas com acabamentos refinados.

² Regulamento das Florestas Nacionais Decreto Nº 1.298, de 27 de outubro de 1994 Aprova o Regulamento das Florestas Nacionais, e dá outras providências o Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto nos arts. 5º, alínea "b", e 49 da Lei Nº 4.771, de 15 de novembro de 1965, Decreta: Art. 1º - As Florestas Nacionais - FLONAS são áreas de domínio público, providas de cobertura vegetal nativa ou plantada.

Existem estudos arqueológicos enfatizando a foz do rio Tapajós como área densamente habitada antes dos europeus chegarem ao Brasil. Durante muitos anos, os europeus tentaram escravizar os povos indígenas, que aos poucos foram diminuindo. Em razão do decréscimo dos indígenas, os portugueses passaram a trazer escravos africanos para suas fazendas e mesmo não sendo uma região com grande quantidade de negros africanos, teve grande contribuição para o processo ocupacional da Amazônia (NIMUENDAJÚ, 2001).

De acordo com Cromberg e Greco (2005), por volta dos anos de 1877, milhares de nordestinos foram trazidos para região Norte, para trabalhar nos seringais do Tapajós, onde se desenvolvia a exploração florestal em ampla escala. Conforme destacam os autores acima, na década de 1930 a Companhia Ford, empresa norte-americana apoiada pelo governo da época, atraiu para a região muitos nordestinos, pois detinha a concessão para exploração de um milhão de hectares com seringais na margem direita do Tapajós.

Cromberg e Greco (2005) destacam ainda que a empresa operou de 1928 a 1934 em Fordlândia, transferindo-se posteriormente para Belterra, chegando a recrutar 3.100 trabalhadores. Outro fator que também colaborou nesse processo de migração foi a construção da Rodovia Transamazônica.

De acordo com Cromberg e Greco (2005), a população da FLONA Tapajós é resultante da miscigenação do povo indígena Tapajó com migrantes nordestinos que vieram trabalhar nos seringais até 1830, área ocupada pelos indígenas, mas posteriormente, recebe migração de povos não indígenas, em especial os refugiados da Guerra da Cabanagem.

Segundo Sousa et al., (2019, p. 6), estudos sociológicos e Diagnostico Rural Participativo - DRP concluíram que a ocupação da área se deu com “indígenas, ribeirinhos, migrantes, posseiros, garimpeiros e extrativistas, alguns originários dos estados do Maranhão e Ceará, outros incentivados pela política de ocupação que atingiu a Amazônia”. Assim, é possível observar que a origem de algumas comunidades da FLONA advém desses antepassados (BACHA e RODRIGUEZ, 2004).

A FLONA Tapajós abrange os municípios de Aveiro, Belterra, Placas e Rurópolis (Tabela 1).

Tabela 1 - Municípios abrangidos pela Floresta Nacional do Tapajós, Pará, Brasil

Município	Área total do município (ha)	Área do município na FLONA do Tapajós (ha)	% da área do município na FLONA do Tapajós
Aveiro	1.707.405,20	132.611,811	7,77
Belterra	439.841,80	248.389,28	56,47

Continuação...

Tabela 1 - Municípios abrangidos pela Floresta Nacional do Tapajós, Pará, Brasil

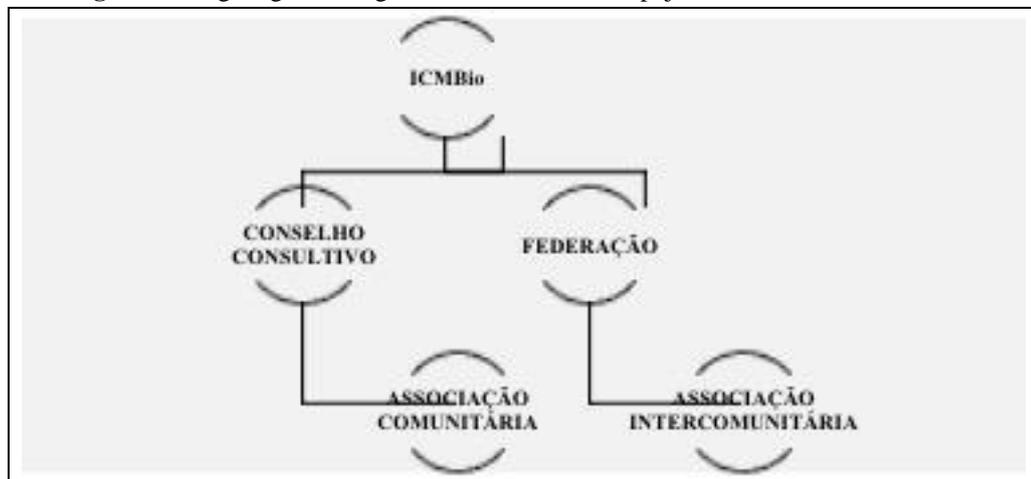
Município	Área total do município (ha)	Área do município na FLONA do Tapajós (ha)	% da área do município na FLONA do Tapajós
Placas	717.319,40	195.098,30	27,20
Rurópolis	702.132,10	124.773,41	17,77

Fonte: ICMBIO (2019)

Ao Norte, a sede municipal mais próxima da FLONA do Tapajós é Belterra, localizada a menos de 20 km da comunidade de São Domingos. Ao Sul está a sede municipal Rurópolis, situada no encontro entre a BR-163 com a rodovia Transamazônica. Belterra tem mais da metade da área municipal dentro da FLONA do Tapajós (ICMBIO 2019; BACHA e RODRIGUEZ, 2004).

A FLONA Tapajós faz parte das 37 FLONAs que existem na Amazônia brasileira, correspondendo a 3,41% da área destinada no contexto amazônico. Moreira e Burns (2015) afirmam que a FLONA Tapajós pode ser considerada como modelo de organização social, sendo referenciada em várias pesquisas científicas, e desenvolve economicamente o manejo florestal sustentável de base comunitária. Trata-se de UC federal que em seu contexto apresenta arranjo organizacional fluente diretamente na gestão. A UC apresenta um sistemático processo de gestão por diferentes instâncias e organizações conforme Figura 1 (ICMBIO, 2019).

Figura 1 - Organograma da gestão da FLONA do Tapajós, do estado do Pará, Brasil



Fonte: com base em ICMBio (2019); BICALHO e HOEFLE (2014)

A gestão governamental da FLONA Tapajós é desenvolvida pelo ICMBio, autarquia federal, pessoa jurídica de direito público, instituída a partir da Lei nº 11.516, de 28 de agosto de 2007, que destaca em seu art. 1º suas competências:

- I - Executar ações da política nacional de unidades de conservação da natureza, referentes às atribuições federais relativas à proposição, implantação, gestão, proteção, fiscalização e monitoramento das unidades de conservação instituídas pela União;
- II - Executar as políticas relativas ao uso sustentável dos recursos naturais renováveis e ao apoio ao extrativismo e às populações tradicionais nas unidades de conservação de uso sustentável instituídas pela União;
- III - fomentar e executar programas de pesquisa, proteção, preservação e conservação da biodiversidade e de educação ambiental;
- IV - Exercer o poder de polícia ambiental para a proteção das unidades de conservação instituídas pela União; e
- V - Promover e executar, em articulação com os demais órgãos e entidades envolvidos, programas recreacionais, de uso público e de ecoturismo nas unidades de conservação, onde estas atividades sejam permitidas (BRASIL, 2007b).

Nesse processo de gerenciamento, a FLONA Tapajós conta com o Conselho Consultivo, concebido por representantes comunitários, da sociedade civil e diversas organizações, incluindo associações comunitárias, intercomunitárias e sindicatos. O Conselho tem a incumbência de promover a participação social, contribuindo efetivamente no planejamento e monitoramento na unidade de conservação, além de exercer o papel de mediação nas resoluções de conflitos, principalmente relacionados ao direito real de uso da UC (ICMBIO, 2019).

Na hierarquia geracional a Federação das Organizações e Comunidades Tradicionais da FLONA do Tapajós, criada em 2004, é a instituição que representa politicamente os moradores da UC. A Federação surgiu das discussões sobre questões fundiárias, expandindo-se posteriormente com participações e contribuições nos diferentes temas, com ações desempenhadas e articulações com diversos parceiros governamentais e não governamentais (ICMBIO, 2019).

Em interface para concretude das diversas atividades que propiciam melhorias à UC, a Federação empenha-se pela efetivação das decisões do Plano de Manejo, envolvendo-se nos diversos eixos programáticos do documento: Gestão da Unidade, Geração de Conhecimento; Proteção dos Recursos Naturais; Manejo Sustentável dos Recursos Naturais; Incentivo ao Desenvolvimento Comunitário e Uso Público, todos com desdobramentos de ações voltadas às áreas sociais e ambientais da UC (ICMBIO, 2019).

As associações comunitárias e intercomunitárias cumprem relevante papel, na representatividade dos sócios e buscam realizações para melhorar as condições de vida dentro das comunidades:

As associações são entidades formais representando a coletividade na negociação com instituições públicas, permitindo a elas participação em projetos produtivos e ampliando alianças com instituições governamentais e não governamentais em diferentes escalas da local à internacional. [...]. Esses coletivos podem atuar como governança, atuar como um meio pelo qual se formalize projetos para melhoria da localidade junto a diferentes instituições, financeiras e de fomento (BICALHO e HOEFLE, 2014, p. 286).

Com o esforço das referidas associações, devido à necessidade de geração de renda conciliada à conservação da biodiversidade, iniciou-se o processo de organização socioeconômico dentro da FLONA, com a institucionalização de associações intercomunitárias a exemplo da Associação Intercomunitária de Mini e Pequenos Produtores Rurais e Extrativistas da Margem Direita do rio Tapajó - ASMIPRUT, Associação Intercomunitária dos Pescadores, Trabalhadores Rurais e Seringueiros da Margem Direita do Rio Tapajós - AITA e Associação de Pequenos Produtores rurais de São Jorge, Santa Clara e Nossa Senhora de Nazaré - APRUSANTA, fundamentais na criação e organização da Cooperativa Mista da FLONA Tapajós - COOMFLONA (BICALHO e HOEFLE, 2014).

A COOMFLONA é o empreendimento responsável pelo Manejo Florestal Comunitário, organizada de acordo com o que estabelece o Plano de Manejo Florestal de uso múltiplo da FLONA Tapajós, esta cooperativa contribui com a promoção de trabalho e renda aos membros da organização (ESPADA, 2015).

A COOMFLONA conquistou condições legais para manejar a floresta com impactos reduzidos, esse “Manejo Florestal Comunitário, realizado pelas populações tradicionais da FLONA Tapajós é uma importante referência de uso sustentável e conservação da biodiversidade” (SOUSA, et al., 2019 p. 3). Na organização estão envolvidos 206 cooperados moradores na UC, que se beneficiam por meio do aumento de renda das famílias e consequentemente melhoria de vida, considerando que a população da FLONA Tapajós é de:

Origem ribeirinha pobre, com pouca instrução, sem recursos econômicos mínimos vencendo uma economia estritamente de subsistência à margem da economia de mercado. A experiência exitosa estende as ralações locais através da COOMFLONA à sua inserção no mercado internacional da economia solidária (BICALHO e HOEFLE, 2014, p. 291).

A movimentação financeira ocorre por meio da comercialização da madeira em tora, conforme se verifica na tabela 2, além de investimentos em outras atividades produtivas, isso

decorre de uma “rede de relações sociais e produtivas [...] ampliação das capacidades de atuação da cooperativa e o envolvimento local, baseado na conservação florestal, uso dos recursos naturais e sinergias entre diferentes atores sociais e institucionais” (ESPADA, 2015, p. 173).

Tabela 2 - Quantidade de área e volume de madeira do manejo florestal comunitário da Floresta Nacional do Tapajós, estado do Pará, Brasil

Ano	Área (ha)	Volume (m ³)	Valor de referência por ano (R\$/m ³)	Estimativa de faturamento anual dos empreendimentos comunitários (R\$)
2005	100	3.071,28	253,17	777.569,69
2006	100	2.932,30	253,17	742.383,51
2007	300	8.880,14	301,77	2.679.794,28
2008	521	13.497,40	79,98	1.079.519,33
2009	892,5	24.594,69	137,41	3.379.613,22
2010	944,08	19.343,20	149,86	2.898.757,11
2011	100	3.925,53	199,93	784.817,64
2012	2.471,65	41.661,12	187,24	7.800.631,97
2013	1.050,00	33.580,82	181,32	6.088.954,38
2014	1.846,87	49.058,41	260	12.755.186,60
2015	1.740,61	47.538,40	311	14.784.442,40
2016	2.063,34	49.630,08	345,5	17.147.192,64
2017	1.843,58	30.356,63	275,6	8.366.287,23
2018	3.990,38	76.021,65	279,9	21.278.459,84
2019	5.527,84	113.975,21	365,5	41.657.939,26
TOTAL	23491,85	518.066,86		142.221.549,10

Fonte: ICMBio (2019³)

A atividade madeireira é essencial no contexto social, econômico e ambiental, com premissas voltadas ao extrativismo, valorizando processos produtivos que não coloquem em risco a biodiversidade da floresta onde a comunidade está geograficamente localizada. O manejo favorece envolvimento dos grupos sociais, empoderamento aos moradores locais e potencialização ao estabelecimento na UC e está regulamentado no Plano de Manejo da UC (ESPADA, 2015).

As associações foram muito importantes no processo de formação da Cooperativa, considerando o empenho nas constituições participativas das metas e organização política

³ Os valores de referência (coluna 4) e os da estimativa de faturamento (coluna 5) dos anos de 2005 a 2016, e do ano de 2019, são baseados em informações fornecidas pela Cooperativa Mista da Floresta Nacional do Tapajós – COOMFLONA, e podem não representar a totalidade de todos os empreendimentos. Os valores de 2017 e 2018 são as médias dos contratos firmados entre a COOMFLONA e a Cooperativa Mista Agroextrativista Nossa Senhora do Perpétuo Socorro do Rio Arimum (ICMBIO, 2019).

para se "contrapor a grupos de interesses contrários e na resistência à política ambiental socialmente excludente do Estado," viabilizando a formação de parcerias, através das inter-relações com as instituições não governamental e governamental, corroborativas nas intervenções dos conflitos por cauda da terra (BICALHO e HOEFLE, 2014).

2.2.1 Populações tradicionais da FLONA Tapajós

A mobilização política da população residente na UC esteve fundamentada no fortalecimento da organização comunitária. A origem das comunidades deu-se pelo ajuntamento de famílias em torno dos interesses sociais comuns e se ampliou para a organização em associações, visando à concretude de seus objetivos socioeconômicos (BICALHO e HOEFLE, 2014).

Silva (2019) refere-se às populações da FLONA como de grande importância no contexto ambiental, uma vez que utilizam os recursos da natureza de forma racional, extraindo os suprimentos de suas necessidades, conservando para presente e futuras gerações. A permanência das populações tradicionais em seu território de origem é fortemente relacionada com a resistência e luta, que progressivamente culminou na criação de leis fundamentais, assegurando garantias de vivência destes em seus territórios. Conquistas oriundas de participações aguerridas dos indígenas, quilombolas, ribeirinhos e outros grupos.

De acordo com Bacha e Rodriguez (2004), na área da UC existiam famílias que habitavam as margens da BR163, os quais foram denominadas de colonos e os que moravam a margem do rio Tapajós, os ribeirinhos. As famílias habitantes nas comunidades às margens da BR163 foram assentadas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA e pelo Instituto de Terras do Pará - ITERPA, entre 1976 e 1979.

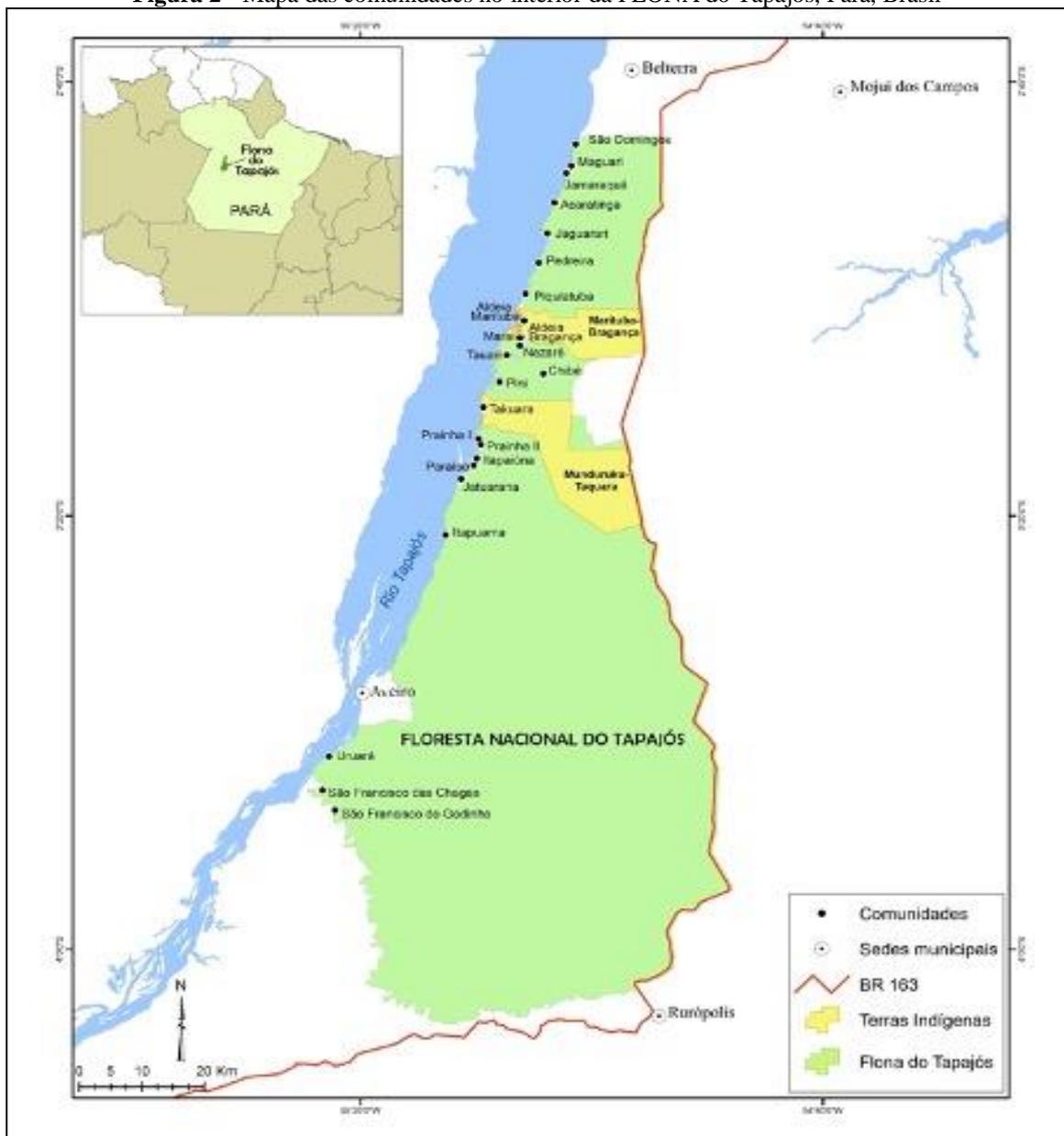
As comunidades à margem do rio Tapajós, eram habitadas por ribeirinhos⁴ e se apresentaram a partir da divisão e crescimento demográfico de outras já existentes, no mais, corrobora-se, que além dos colonos e ribeirinhos há os outros colonos assentados pelo INCRA na margem da BR163, na área oposta à FLONA Tapajós. As comunidades de colonos e ribeirinhas da FLONA Tapajós seguem padrões e regras de uso da terra diferenciado. As ribeirinhas desenvolvem suas atividades produtivas somente em prol da subsistência; o consumo de proteína animal ocorre essencialmente pela pesca, caça e criação de galinhas; já

⁴ Exemplo, "as comunidades de Nazaré, Marituba e Bragança que se formaram a parte de Marai" (FARIA, 2003, p. 08).

os colonos vivem realidades de produção e também de comércio (BACHA e RODRIGUEZ, 2004).

Algumas comunidades se destacam pela produção comercial, considerando que os moradores (colonos), trabalham com plantações de pimenta-do-reino e de café dentro da UC, tendo vantagem em relação ao mercado das atividades agropecuárias, como também maior facilidade de transporte, pela BR-163 (ANDRADE, 2016). A Figura 2 apresenta o mapa com a composição atual das comunidades da UC (ICMBIO, 2019) e na Tabela 3 estão listadas as comunidades com sua devida população, assim como, as coordenadas geográficas e os municípios a qual pertencem.

Figura 2 - Mapa das comunidades no interior da FLONA do Tapajós, Pará, Brasil



Fonte: Adaptado, ICMBio (2019).

Tabela 3 - Comunidades, população, municípios e coordenadas geográficas da FLONA Tapajós, estado do Pará

Comunidade	Nº Famílias	Nº de Pessoas	Município	Xcoord	Ycoord	X_DMS	Y_DMS
Acaratinga	21	126	Belterra	716338,03	9684567,35	55°03'13.72"S	2°51'07.67"S
Aldeia de Bragança	15	49	Belterra	711168,44	9661638,47	55°05'59.81"S	3°03'34.32"S
Chibé	10	49	Belterra	714520,88	9655457,93	55°04'10.9"S	3°06'55.3"S
Itapaiúna	33	142	Belterra	703823,58	9641108,23	55°09'56.47"S	3°14'43.04"S
Itapuama	12	44	Aveiro	698791,69	9628111,28	55°12'38.68"S	3°21'46.43"S
Jaguarari	39	151	Belterra	715244,59	9679268,1	55°03'48.83"S	2°54'00.22"S
Jamaraquá	32	115	Belterra	718276,5	9689512,84	55°02'11.24"S	2°48'26.58"S
Jutuarana	1	2	Aveiro	701310,29	9637594,74	55°11'17.67"S	3°16'37.56"S
Maguari	96	432	Belterra	719085,17	9690741,19	55°01'45.13"S	2°47'46.56"S
Marai	16	50	Belterra	710772,32	9661595,12	55°06'12.63"S	3°03'35.75"S
Aldeia Marituba	36	146	Belterra	711460,44	9664453	55°05'50.52"S	3°02'02.68"S
Nazaré	57	288	Belterra	710758,02	9660219,03	55°06'13.02"S	3°04'20.54"S
Paraíso	7	24	Aveiro	703311,26	9639893,87	55°10'12.99"S	3°15'22.6"S
Pedreira	64	285	Belterra	713789,19	9674277,38	55°04'35.67"S	2°56'42.76"S
Pini	33	165	Belterra	707523,36	9654053,2	55°07'57.41"S	3°07'41.44"S
Piquiatuba	93	405	Belterra	711693,27	9669046,28	55°05'43.24"S	2°59'33.15"S
Prainha I	59	199	Belterra	704144,9	9644421,57	55°09'46.26"S	3°12'55.16"S
Prainha II	17	67	Belterra	704497,9	9643468,49	55°09'34.77"S	3°13'26.17"S
São Domingos	94	382	Belterra	719798,72	9694413,38	55°01'22.23"S	2°45'46.99"S
São Francisco das Chagas	13	50	Aveiro	679036,17	9584802,27	55°23'16.18"S	3°45'17.51"S
São Francisco do Godinho	10	38	Aveiro	681030,51	9581412,05	55°22'11.34"S	3°47'07.76"S
Aldeia de Takuara	45	176	Belterra	704935,22	9649793,94	55°09'20.98"S	3°10'00.24"S
Tuari	50	174	Belterra	708646,86	9658655,17	55°07'21.29"S	3°05'11.57"S
Uruará	19	65	Aveiro	680029,84	9590539,4	55°22'44.32"S	3°42'10.68"S
TOTAL	923	3.889	-	-	-	-	-

Fonte: ICMBio (2019)

Nessas comunidades, a capacidade organizativa e de gestão por meio das associações de base comunitária, têm sido fundamentais no processo organizativo da FLONA e nas

atividades de uso sustentável dos recursos naturais, pois as “conquistas só foram possíveis com a participação efetiva dos atores locais no processo de governança” (BICALHO e HOEFLEI, 2014, p. 91).

2.3 Desenvolvimento Local

A preocupação mundial com a qualidade de vida das pessoas perdeu espaço para os interesses da indústria, desenvolvimento econômico e elevação do Produto Interno Bruto - PIB. O desenvolvimento era considerado como resultado do crescimento econômico, “visão que está mudando lentamente, mas deixou graves danos para a humanidade”.

Essa percepção de desenvolvimento tornou-se nítida principalmente, a partir da segunda Guerra mundial, intensificando na década de 1990, com diversos eventos e debates, tendo como desdobramentos, a ECO – 92, onde as preocupações se voltaram para os problemas derivados do processo de crescimento vigente, que afetam a qualidade de vida na terra (OLIVEIRA, 2002, p. 36).

O desenvolvimento, historicamente esteve associado à visão de progresso, refletido no contexto filosófico e religioso, com distintas expectativas de futuro, sendo o progresso aspiração do século XVIII e o desenvolvimento do século XXI. Na atualidade o termo desenvolvimento, gradualmente tem sido uma conquista das nações que “alcançam seus objetivos políticos de segurança, liberdade, avanço material, redução da injustiça social e proteção do meio ambiente a partir do momento em que realizam sua Revolução Capitalista” (BRESSER-PEREIRA, 2014, p. 36).

Na concepção de Sen (2018), o desenvolvimento é considerado como processo eficaz para aquisição de liberdade das pessoas, podendo situar-se numa visão integrada, incluindo “custeio social, da regulamentação pública ou da boa condução dos negócios do Estado quando eles podem enriquecer - ao invés de empobrecer - a vida humana” (SEN, 2018. p. 05).

Na reflexão de Santos et al. (2012), o desenvolvimento ocorre de forma multidimensional, interdisciplinar, em quatro dimensões - econômica, política, social e ambiental, desde a construção do vocábulo desenvolvimento, mostrando que o termo expressa ideia de algo estático, dependendo de instrumento para efetivação desse movimento. Os autores ainda destacam que na biologia o termo voltado a elevação dos seres vivos no sentido de elevar as capacidades dos genes e apresenta a mudança de pensar a progressão biológica, para o debate social.

O pensamento que vincula o desenvolvimento aos aspectos das sociedades ganhou força no final no século XVII, incorporado às ideias sociais de Darwin, o qual percebia que a ascensão social não era virtude de todas as sociedades, mas singularidade de algumas, capazes de se estabelecer em movimento e conquistar o bem estar humano.

Dessa forma, o desenvolvimento pode ser definido por "autoconhecimento com o fim de implantar ações, nas quais se propunha a existência da motivação dos participantes, com a finalidade de pôr em movimento um processo de mudança que faça “evoluir” a sociedade para um estado superior" (SANTOS et al., 2012, p. 46).

A trajetória evolutiva do termo desenvolvimento ao longo dos tempos que perpassa pelas questões econômicas globalizadas, as mudanças de cunho sociais resultantes nos diversos tipos de desigualdades e o repensar de novas posturas e ações para o desenvolvimento com sustentabilidade ambiental, vem provocando profundas reflexões e debates, dentre outras, na ciência, política e educação, favorecendo observar os diversos significados do termo, desenvolvimento, como sendo:

- I. O desenvolvimento representa uma estratégia de reprodução do capital e de controle social, cuja finalidade consiste em corrigir distorções econômicas, políticas e sociais do sistema capitalista;
- II. O desenvolvimento representa uma transformação, uma mudança das formas convencionais de pensar e agir, as relações sociais de produção, distribuição e consumo numa dada sociedade;
- III. O desenvolvimento é uma questão de interesse público e não um assunto reservado apenas aos “peritos” em organismos internacionais ou em países todos como desenvolvidos;
- IV. O desenvolvimento é um termo multidimensional e interdisciplinar, portanto, não pode ser medido apenas na perspectiva de uma única dimensão - a econômica - representada pelo PIB e todos os indicadores derivados deste. É preciso outra unidade de medida que expresse o caráter multidimensional e interdisciplinar do termo;
- V. O desenvolvimento não decorre apenas do crescimento e do acúmulo de riqueza, como defendem os economistas mais conservadores, é possível que, com a distribuição da mesma, também teremos condições para promover o desenvolvimento;
- VI. O desenvolvimento requer uma gestão participativa, em que a sociedade, a comunidade, a família e o indivíduo sejam protagonistas e não espectadores da ação do Mercado ou do Estado (SANTOS et al., 2012, p. 59).

Dessa forma, a sociedade deve estar munida de capacidades para pensar sua organização, voltada a modificar as investidas promovidas externamente à região. Tendo em vista a importância de se criar oportunidades a todos, ao invés de pequenos grupos sociais, pensa-se numa “economia social a serviço de todos em favor da melhoria dos indicadores de qualidade de vida” (OLIVEIRA, 2002, p. 47).

Assim, existem diversas formas de desenvolvimento, historicamente, o desenvolvimento humano originou-se no iluminismo partindo do entendimento de progresso, com ascensão na ciência e o desenvolvimento econômico da Revolução industrial e crescimento da tecnologia, ambos oriundos do capitalismo (BRESSER-PEREIRA, 2014).

Ainda nesse contexto, apresenta-se o desenvolvimento local, compreendido por Espada (2015) como uma forma interacionada no território que deve fazer parte de estratégias de programas, nos quais os atores locais precisam envolver-se nas decisões e efetivação.

Sobretudo devem considerar as múltiplas potencialidades humanas que merecem investimentos culturais, educativos e credibilidades estimuladoras dos espaços de desenvolvimento social econômico das organizações associativas, pois, o econômico não existe sem o social, o mesmo é fundamental e determinante, o “econômico é derivado, resultado subordinado” (LEONELLO, 2010, p. 56).

O desenvolvimento local está vinculado ao processo endógeno e classificado na dimensão econômica, abrindo espaço para participação dos agentes comerciais em participar dos fatores produtivos, elevando a níveis de competitividade mercadológica. Por conseguinte, a dimensão sociocultural, que corresponde a integração entre os agentes econômicos locais e as diversas instituições, formando assim uma teia de envolvimento e valorização social, também apresenta o caráter político que possibilita o aparelhamento, favorecendo condições e incentivos para o desenvolvimento (BARROS et al., 2007).

O desenvolvimento local “é um processo de crescimento econômico e mudanças de paradigmas liderados pela comunidade local ao utilizar seus ativos e suas potencialidades, buscando a melhoria da qualidade de vida da população”. Isso pode se relacionar a Economia Solidária a qual chama atenção, para participação vigorosa da sociedade nas ações dos segmentos (LEONELLO, 2010, p. 59- 60).

Nesse processo do desenvolvimento local, a Economia Solidária tem relevância, mas ainda é considerada baixa traduzida em fraquezas a ser ultrapassada, sendo necessário superação para alcançar visibilidade, crescimento e maior credibilidade, uma vez que se trata de “meio de geração de trabalho e renda, inclusão social e promoção do desenvolvimento justo e solidário” (LEONELLO, 2010, p. 59- 60).

O associativismo pode ser considerado como possibilidades favoráveis ao desenvolvimento local, capaz de propiciar condições às pessoas para realizarem seus interesses em comuns, de forma coletiva e participativa (LEONELLO, 2010).

2.4 Associativismo: conceitos e teorias

A necessidade humana por organizarem-se em prol de objetivos comuns é à base do associativismo. Primeiro por questão de sobrevivência, depois com as transformações advindas do sistema econômico, o associativismo passou a ser base de organização social, na luta por igualdade e democracia. A presença do associativismo na sociedade nos diferentes espaços, mas “predominantemente, a organização associativa, é entendida com sentido econômico e envolve a produção e a distribuição dos bens necessários à vida” (FRANTZ, 2002, p. 1).

Esse tema vem se destacando no campo científico, nas discussões voltadas à redemocratização, ascensão das ações do campo social e reconstrução das interferências entre a sociedade e o Estado. Os grupos sociais, “facções” vêm desde a antiguidade e ganham força e valorização a partir de Tocqueville, ao dedicar-se em analisar a relevância das associações para o avanço da democracia (LABRA e FIGUEREDO, 2002, p. 538).

Alexis de Tocqueville, renomado pensador francês, liberal conservador no século XIX, autor de diversas obras, dentre as quais, “A democracia da América” escrita no período de 1832 a 1834, com destaque acentuado de sua influência para o associativismo, era um político pertencente à antiga nobreza, juiz do tribunal de Versalhes, imbuído em causas sociais. Ele compreendia as associações voluntárias como espaços de liberdade e igualdade, encorajando a sociedade para o valor coletivo, bem como ao embate a tirania do Estado (TOCQUEVILLE, 1998; GROPPPO, 2008).

O associativismo manifesta um mover diretamente ligado à oposição ao regime das desigualdades, imposto pelo capitalismo nos Estados Unidos da América - EUA e também na França, foi um dos vetores fundamentais no desencadeamento da organização popular. Enquanto nos EUA pairava o desejo de liberdade, na França, confusão e rivalidade entre ricos e pobres. Tocqueville mostrou dentre outras iniciativas, o livre associativismo, como medida exitosa no “cultivo de pequenas liberdades e a descentralização política administrativa” (GROPPPO, 2008, p. 57).

Tais reflexões corroboraram para o associativismo, considerado como instrumento de organização dos interesses em comum, principalmente no ponto de vista da solidariedade e colaboração, em relação às reivindicações do poder político.

Nos países democráticos, a ciência da associação é a ciência mãe; o progresso de todas as outras depende dos progressos daquela. Entre as leis que regem as sociedades humanas, existe uma que parece mais precisa e mais clara que todas as

outras. Para que os homens permaneçam civilizados ou assim se tornem é preciso que entre eles a arte de se associar se desenvolva e aperfeiçoe na mesma medida que cresce a desigualdades (TOCQUEVILLE, 1998, p. 394).

As características do associativismo originam-se do sentimento de solidariedade, despertando nos associados, interesses a convivência, empenhada em ideais de grupo, comprometido com o ambiente cooperativo na “construção de uma sociedade com mais dignidade e para fortalecer as identidades” (LEONELLO, 2010, p. 40). As associações tendem a promover impactos e contribuir com significativas mudanças, pelos efeitos democráticos gerados à população. Luchmann (2014) caracteriza como sendo capital social, movimento social e sociedade civil, cada uma com suas finalidades no contexto da democracia.

Assim, as necessidades sociais, locais e globais implicam em mudanças sociopolíticas que vão além da compreensão prévia de democracia. Estas podem ser entendidas pela incerteza da capacidade gestonária e avaliativa do Estado nas soluções dos problemas, dimensões, diversificações das associações e dos ambientes políticos. Tais fatores ampliam as dificuldades ao ambiente, representado pela organização social política, “lócus da representação política institucional por meio de bases que transcendem os limites territoriais do modelo eleitoral” (LUCHMANN, 2014, p. 160).

A função das associações na sociedade atual aponta que o conjunto das instituições políticas colabora para a democracia e fazem isso quando propiciam oportunidades de igualdades, crescimento particular do indivíduo para as capacidades críticas, estímulos às construções de ideias e participação popular, bem como envolvimento direto na política, implicando para ascensão nos processos democráticos, a autora destaca que:

A democracia se fortalece quando contemplada por um quadro rico e plural de práticas e dinâmicas associativistas atuando em diversas tarefas cooperativas e/ou conflitivas que ampliam e diversificam as demandas e as respostas democráticas para as diferenciadas necessidades e conflitos políticos e sociais (LUCHMANN, 2014, p. 160).

Nessa perspectiva, convêm compreender as associações como movimentos associativistas, seus tipos e suas características, atentando para reflexões desprovidas de comparações generalizadas, sob o ponto de vista de contribuição para a democracia. A saber, a abrangência das organizações, finalidades e competências, resultados alcançados nas inter-relações, decorrem do ambiente e das vivências “condições culturais, econômicas, políticas e sociais” (LUCHMANN, 2014, p. 173).

2.4.1 Associativismo como alternativa para o desenvolvimento local

No Brasil, o associativismo se originou a partir da organização dos negros na instituição de Palmares, fugindo dos açoites da escravidão, em média esse público variava de “20 e 40 mil, numa área de 350 quilômetros”. Posteriormente os imigrantes germânicos, em instalações no Sul do Brasil, com fins a preservar suas culturas e bem estar econômicos organizam-se em associações (JALES, 2009, p. 54).

No início do século XIX, isso refletia o desejo de liberdade socioeconômica e política da população. Considerando as exorbitâncias das desigualdades promovidas pelos métodos como se constituía os trabalhos e ambições das classes abastadas, as quais fortaleciam o sistema econômico capitalista, penalizando os trabalhadores (as). Esse enfrentamento resultou no surgimento de diversas associações, contudo com a chegada da ditadura essas práticas sofreram a repressão militar, as organizações “mais resistentes, acabaram sendo dissolvidas pelo Estado” (JALES, 2009, p. 54).

Nos anos 1980, com a redemocratização, forças políticas ressurgem para constituição da Carta – Magna brasileira. As forças sociais plurais impactaram influentemente na construção da Constituição Brasileira de 1988, arcabouço jurídico que reconhece explicitamente o poder atribuído às organizações associativas, como aparelhamento político do país, elevando-as para posição de protagonismo dentro da participação e avaliação da gestão política, nos diferentes âmbitos da soberania nacional (GANANZA, 2006).

Isso reflete em mudanças sociais que somaram para a democracia, considerando que forças políticas e sociais que emergiram na população brasileira criaram embasamentos e princípios para consolidação de um Estado democrático, onde a população pudesse ter ampla participação, respaldadas soberanamente o direito das associações civis, conforme delinea o art. 5º, Incisos XVIII e XIX da Constituição Federal, respectivamente:

A criação de associações, e na forma da lei, o de cooperativas independem de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento;
As associações só poderão ser compulsoriamente dissolvidas ou ter suas atividades suspensas por decisão judicial, exigindo no primeiro caso, o trânsito em julgado (BRASIL, 1988).

Outro instrumento jurídico que fundamenta direitos às associações é o Código Civil Brasileiro vigente, Lei nº 10.406/2002, o qual discorre sobre a criação de organização associativa em seu capítulo terceiro, art. 53: “constituem-se as associações pela união de pessoas que se organizem para fins não econômicos” (BRASIL, 2002). Isso possibilita

poderes às organizações associativas, como instrumentos de controle social, com liberdade para contribuir e intervir nas políticas, visando proporcionar melhorias à população.

Esse instrumento também tem sido meio para realização do progresso na vida das pessoas, principalmente nas relações sociais, com uma série de vantagens, pela oportunidade que oferece a participação. Mas ainda existem grande necessidade de destaque no contexto, tendo em vista que o associativismo é uma alternativa de desenvolvimento local, cuja trajetória tem engajado diversas atividades e perspectivas, questões vivenciadas no cotidiano atual (LEONELLO, 2010).

Nesse processo de desenvolvimento local, Gananza (2006) destaca o associativismo produtivo, enfatizando que entre os anos 1996 a 2002, houve significativo aumento das associações no Brasil, especialmente de natureza rural, com influência do Estado, encorajada no âmbito de incentivos dos programas subsidiários aos agricultores, vinculados à associação. Para, além disso, eleva a Economia Solidária como meio de fomento econômico a organização associativa, tendo em vista "a incorporação de princípios éticos-político, profundamente democrático e participativo, pactuado e coletivamente compartilhado" (GANANZA, 2006, p. 64).

Esse movimento organizativo socioeconômico que move a economia, envolvendo os membros comunitários, modifica a realidade, por elevar a condição social e econômica desses partícipes e traduz-se em mudanças de comportamento, ao passo que adquirem autoconfiança, autoestima e motivos à efetivação de ações coletivas, contexto considerado como:

Estratégia de criação de um ambiente produtivo inovador, na qual, formas de cooperação e integração das cadeias produtivas e das redes econômicas e sociais se desenvolvem e se institucionalizam de tal modo, que ampliam as oportunidades locais, gerando trabalho e renda (BROSE, 2004, p. 138).

Diante das abordagens, pode-se considerar de grande relevância o papel das associações nos diversos contextos, por estimular sua capacidade na construção fundada no conhecimento e no modo comunitário de realizações das atividades. As quais são imbuídas na causa coletiva por objetivos comuns, fatores que além de favorecer emancipação e consciência cidadã, soma para o desenvolvimento local (LEONELLO, 2010).

Vale ressaltar que o desenvolvimento local não pode se limitar a capacidade produtiva, mas deve se manifestar das preocupações e aspirações dos grupos sociais que tomam consciência dos problemas que permeiam a comunidade e conseqüentemente se empenham em resolvê-los. Nesse sentido, Furtado (1982) assegura que o real desenvolvimento é, essencial-

mente, processo de ativação e canalização de forças sociais, de melhoria da capacidade associativa, de exercício da iniciativa e da criatividade.

2.4.2 Associativismo em Unidade de Conservação

Os objetivos do SNUC visam à proteção de espécies ameaçadas, de ecossistemas naturais, mas também o de promover o desenvolvimento sustentável a partir dos recursos naturais. Nesse sentido, o associativismo tem papel significativo no processo de organização dos espaços socioeconômico e ambiental, numa perspectiva de comprometimento coletivo com o uso sustentável dos recursos naturais (BRASIL, 2000).

Dessa forma, em se tratando de associação comunitária em UC, o papel socioambiental se duplica, em virtude do compromisso em harmonizar as ações em prol da saúde da natureza, influenciando os partícipes ao uso de bens naturais de forma racional e equilibrada. Comprometida com o desenvolvimento socialmente, ambiental e econômico, a partir do processo educativo, que “se produz na inter-relação dos saberes e das práticas coletivas que se criam identidades e valores comuns e ações solidárias diante da reapropriação da natureza” (JACOBI, 2003, p. 191).

A criação de uma associação comunitária deve agir como meio para promover integração entre seus membros e contribuir para captação de melhorias à comunidade e consequentemente bem-estar dos associados, gerando engajamento na defesa do coletivo, conhecimento gestor e articulação para a conquista de políticas públicas. Assim, podendo ser compreendida como “organização comunitária bem estruturada, e que represente de forma efetiva os interesses da comunidade, pode se tornar uma referência na defesa de direitos, estimulando a participação e o interesse” (SARTORI e LIMA, 2018, p. 272).

A organização associativa ao passo que se fortalece, sistematiza estrutura para estabelecer-se economicamente, podendo ser instrumento que fomente a sustentabilidade e o desenvolvimento do local. A COOMFLONA discorre ser:

[...] um meio e fim para se alcançar o bem-estar e a melhoria da qualidade de vida, o manejo florestal comunitário torna-se então, um processo que envolve não somente a execução da atividade, mas a participação de diferentes setores da sociedade, como comunidades, governo, empresas e organizações não governamentais que buscam dentro de suas possibilidades, aportar conhecimento técnico, recursos financeiro, relações institucionais e boa vontade as políticas públicas favoráveis (ESPADA 2015, p. 99).

Destarte, as populações tradicionais de áreas protegidas, apresentam organizações como forma de resistência e defesa dos seus territórios. Estas são capazes de promover interação equilibrada no uso da biodiversidade e na inter-relação social, com foco a garantia da subsistência e aquisição de renda, conservando o ambiente saudável e o engajamento por melhores condições de vida (DIEGUES, 2000; BRASIL, 2000).

2.5 Governança

A governança decorre da interação entre as instituições e os atores envolvidos, no intuito de amenizar possíveis conflitos decorrentes dos processos democráticos de grupos que buscam atingir seus objetivos definidos coletivamente, e que venha legitimar a tomada de decisão. Nesse sentido, o próximo subitem objetiva suscitar algumas formas de governança que podem ser distintas em seu contexto teórico, mas que estabelecem dinâmicas de hibridização na aplicabilidade são elas: governança mercantil; governança corporativa; governança pública; governança comunitária e governança em parceria/associativa. No entanto, a abordagem se concentrará na governança comunitária e de parceria/associativa, pois compartilham princípios que possibilitam analisar a economia social, principalmente no que concerne a gestão dos recursos naturais de uso coletivo.

2.5.1 Governança e suas implicações na promoção do associativismo

Governança é uma terminologia que apresenta diversas abordagens, com vista à gestão de organizações. Contudo, ainda há escassez de conteúdos científicos sobre o assunto, especialmente quando se trata de governança em organização sem fins lucrativos. Para Bicalho e Hoefle, (2014), a governança pode ser compreendida como o resultado do processo democrático, que corresponda à forma como a sociedade civil se relaciona e contribui nas decisões governamentais, posicionando-se enquanto movimento coletivo e representatividade de interesses comuns.

Como destacam Bernier et al. (2003), a popularização do termo governança ocorreu pela pretensão do Banco Mundial em querer operações mais livres, diminuição da corrupção e principalmente a observância dos marcos legais. No entanto, observou-se a necessidade de um país em mudar e gerenciar transformações advindas da era globalizada para que pudesse ter capacidade de se desenvolver em meios voláteis e flexíveis, diante da competitividade econômica em níveis nacionais que favorecessem a influência do Estado na Sociedade.

Nesse sentido, Cruz Filho (2006) destaca que o Estado passou por mudanças com motivações que vão desde questões financeiras, descentralização de serviços por insuficiência de mão obra, desgaste na imagem de políticos e governos, insucessos nas reformas do passado, até às questões tecnológicas. Ressalta-se que com essas mudanças, muitas atribuições do Estado passaram a fazer parte do rol de responsabilidades do setor social, privado, cooperativas e sociedade civil de modo geral, sejam na forma de parcerias, terceirizações, entre outras que fizeram com que a governança se tornasse cada vez mais importante nesse processo de mudanças (CRUZ FILHO, 2006). O autor apresenta reflexões como conceito indispensável para a gestão das organizações:

Este conceito é em primeiro lugar a consequência de mutações do Estado e da Soberania. Não é mais uma questão válida pelos cidadãos das sociedades democráticas, aceitar que o interesse público seja unicamente pensado do alto, via sistemas administrativos fechados à negociação, a parcerias ou à cooperação. [...] O sentimento de responsabilidade e a tendência ao debate presentes no espaço público, tomam com a governança uma forma de necessidade de reconhecimento do papel dos diferentes atores, de suas competências e de suas decisões envolvidas no processo (CRUZ FILHO, 2006, p. 58).

Corroborando, Le Galès (2004) define a governança como método que possibilita grupos sociais, organizações e coordenação de atores, atingirem objetivos que foram discutidos e decididos de forma coletiva e em meios pulverizados e incertos. A governança propicia estabilidade à uma sociedade ou regime político por meio de direcionamento, capacidades, afirmação de legitimidade, regulamentação, normas, costumes, entre outros elementos que podem ser desenvolvidos por meio dela.

A governança é uma área de estudo que abrange diversos formatos de direção e coordenação de grupos, setores e de modo geral da sociedade, que ultrapassam os modelos clássicos de governo. Conforme afirma Le Galès (2009, p. 245), “a governança pode ser definida como um processo de coordenação de atores, de grupos sociais e de instituições, com a finalidade de atender objetivos definidos e discutidos coletivamente”.

Nesse sentido, o termo faz alusão às normas, diretrizes e regras compartilhadas por um conjunto de atores e redes que colaboram com a consolidação de um sistema. Rosenau (2000) afirma que a governança:

É um fenômeno mais amplo que governo; abrange as instituições governamentais, mas implica também mecanismos informais, de caráter não-governamental, que fazem com que as pessoas e as organizações dentro da sua área de atuação tenham uma conduta determinada, satisfaçam suas necessidades e respondam às suas demandas (ROSENAU, 2000, p. 15-16).

O conceito de governança vai para além da gestão, surge quando estudado o aspecto econômico-social vinculado ao empreendedor coletivo, considerando que este, encabeça o processo estratégico nas organizações da economia social, ou seja, em cooperativas, associações e organizações comerciais, na forma de fundos mútuos (RODRIGUES e MALO, 2006, p. 33). Para estes autores, este processo é conduzido não por um só indivíduo, mas por um conjunto de atores dispostos estatutariamente, em função da lei e das regras internas.

Apresentando as contribuições de Azevedo e Anastasia (2002), a governança pode ser aplicada nas corporações ou na gestão pública, abrangendo os aspectos da sociedade, não devendo ter como foco único o Estado. Nesse contexto, considerando o conceito de governança de forma mais ampla e com diversos campos de atuação, Löffler (2001) a define como:

Uma nova geração de reformas administrativas e de Estado, que têm como objeto a ação conjunta, levada a efeito de forma eficaz, transparente e compartilhada, pelo Estado, pelas empresas e pela sociedade civil, visando uma solução inovadora dos problemas sociais e criando possibilidades e chances de um desenvolvimento futuro sustentável para todos os participantes (LÖFFLER, 2001, p. 212).

Nesse sentido, a governança contribui para legitimar a tomada de decisão participativa e compartilhada, desde que seja entendida e analisada sob a perspectiva da corresponsabilização, envolvendo a cooperação, participação ativa, compartilhamento de informações e conhecimentos, correalização, assim como o desenvolvimento humano e social de todos os participantes (FRANCO, 2004). Cruz Filho (2006) corrobora ao definir governança como:

(...) um processo de coordenação de atores, de grupos sociais, de instituições para alcançar propósitos próprios discutidos e definidos coletivamente dentro de ambientes fragmentados e incertos. A governança devolve a orientação, a capacidade de dirigir e de fornecer serviços e a afirmação de legitimidade ao conjunto de organizações, de redes, de diretivas, de regulamentações, de normas, de costumes políticos e sociais, de atores públicos e privados que contribuem para a estabilidade de uma sociedade e de um regime político (CRUZ FILHO, 2006, p. 58).

O autor afirma ainda que o processo de mudanças advindo das ações de governança propicia maior senso de responsabilidade e propensão ao debate, considera também que a análise da função de diferentes atores e a importância de suas habilidades envolve estes, significativamente no processo de decisão. Esse contexto se deve aos processos menos hierarquizados das organizações ocorridos pelas transformações.

Vale ressaltar a importância e a capacidade de participação dos atores sociais na gestão do bem comum ocorrida desde a consolidação da democracia no Brasil. A temática governança tem sido recorrente nas discussões, se apresentando como um novo formato de admi-

nistração, gerenciamento nas políticas públicas, assim como na efetivação dos processos decisórios de forma democrática em nível local (MATIAS-PEREIRA, 2010; FREY, 2007).

Ao destacar os diversos atores e esferas da sociedade que compõem o regime de governança, Cruz Filho (2006) faz a seguinte reflexão:

Os atores componentes de um regime de governança são caracterizados pela natureza de suas formas institucionais, que são enquadrados dentro de três esferas da sociedade: mercado, ou seja, empresas privadas e organizações com fins lucrativos, Estado, que são os organizadores públicos e sociedade civil, inclusive organizações sem fins lucrativos (CRUZ FILHO, 2006, p. 69).

Bernier et al. (2003) destacam alguns tipos de governança que estabelecem ligações conformando uma dinâmica de hibridização, são elas: a) governança mercantil; b) governança corporativa; c) governança pública; d) governança comunitária; e) governança em parceria/associativa (Quadro 3).

Quadro 3 - Tipos de governança

Categorias sociais de governança	Governança Pública	Governança Corporativa	Governança Comunitária	Governança em Parceria/ associativa
Princípios	Autoridade	Oportunismo	Confiança	Deliberação
Estado	Intervencionista, regulador e produtor	Estado é fraco e minimalista	Comunidade do Bem-estar	Parceiro, regulador, distribuidor.
Mercado	Mercado é fraco (limitador, socializador)	Auto regulação	Barganha	Instrumentos superiores de coordenação reconheceram fraquezas
Sociedade Civil	Sociedade civil é fraca Vista com um custo	Caridade, benevolência e filantropia.	Solidariedade	Associação que garante os interesses sociais; é vista como importante.
Governança	Centralizada Hierarquicamente	Corporativa e mercantil	Baseada em comunidades locais	Distribuída, parceria
Relação com o território	Hierarquia	Tecnocracia e dualismo	Comunidade	Democracia e sistemas locais de inovação
Interesse geral	Benefício Público, uniformidade dos interesses individuais	Benefício privado, soma dos interesses individuais	Benefício conjunto, interesse coletivo	Pluralidade de interesses. Acordo entre interesses individuais
Elaboração de políticas	Tecnocráticas (simplista e informal)	Corporativista (simplista e formal)	Redes políticas (pluralista e informal)	Parceria institucionalizada (pluralista e formal)
Implementação de políticas	Governo direto (direta e não competitiva)	Vouchers e incentivos fiscais (indireta e competitiva)	Regulação social e organizações sem fins lucrativos (indireta e não competitiva)	Regulação (normas e leis) e contratos (direta e competitiva)

Fonte: Adaptado de BERNIER et al. (2003)

Bernier et al. (2003) classificam esses quatro tipos de governança como modelos ideais e destaca a possibilidade de enquadramento em uma mesma situação, e/ou que um modelo venha se enquadrar de forma idêntica em todas as suas características existentes. Nesse sentido, a abordagem sobre governança que interessa a priori refere-se a dois modelos em especial, governança comunitária e a governança em parceria/associativa, por compartilharem princípios que possibilitem analisar a economia social, principalmente no que concerne a gestão dos recursos naturais de uso coletivo e as questões referentes ao associativismo.

A governança comunitária propicia em sua estrutura de desenvolvimento a participação dos indivíduos de forma direta nos processos de decisão, sendo este um elemento determinante de reconhecimento da potencialidade da participação dos atores envolvidos na gestão do bem comum em seu desenvolvimento. Nas últimas décadas, esse tipo de governança vem apresentando novo significado por apresentar-se como possibilidade às relações burocráticas e mercantis (CRUZ FILHO, 2006).

A concepção de governança tem como um de seus princípios a confiança mútua, elemento primordial do capital social, que permeia entre os participantes de comunidades e/ou organizações, trata-se de recursos potenciais envolvidos em relação duradoura, que advêm de institucionalização, do interconhecimento ou mesmo do reconhecimento (BOURDIEU 1980; XIMENES, 2008).

Assim, os princípios que conduzem as ações dos atores envolvidos, tendo como foco principal o interesse geral, possuem características internas de coesão e implementação de benfeitorias. Nessa forma de regulação, os atores encontram-se independentes e possuem relações que podem ser hierarquizadas ou democratizadas, tendo como principal resultado a promoção e criação de capitais intangíveis e o desenvolvimento local (CRUZ FILHO, 2006).

Voltando a discussão sobre governança, dentro da perspectiva de relações de diversos atores e questões sobre regulação, a parceria é outra forma de governança a ser analisada no contexto da pesquisa. A caracteriza pela ação conjunta de atores oriundos de diferentes origens, tendo essa atuação coletiva como premissa indispensável para a parceria e consequentemente a realização da governança, Cruz Filho (2006) destaca que:

Ela traz atores que devem obedecer a sua lógica própria, mas ao mesmo tempo procuram áreas de compatibilidade institucional para fortalecerem sua cooperação. Entretanto, as tensões não desaparecem completamente, os atores permanecem independentes e suas relações podem ser hierárquicas ou democráticas, suas lógicas econômicas e sociais se sobrepõem ou se subordinam (CRUZ FILHO, 2006, p. 76).

No entanto, Le Galès (2004) destaca que para se constituir a parceria é necessária ação conjunta de atores ou organizações sociais de diferentes origens, ressaltando que a ação por si só não é o suficiente, devendo ser complementada com acordos e investimentos de recursos para além da ação conjunta.

Destaca-se em termos gerais com base nos autores anteriormente citados, que a governança comunitária se caracteriza pela confiança e o elo integrador entre os atores, e a governança em parceria por possuir deliberação de forma conjunta de casos específicos com os atores envolvidos em ambiente de parceria. Nesse sentido, conforme Bernier et al. (2003), os mecanismos de governança possibilitam a defesa dos interesses gerais.

2.5.2 Governança em Unidade de Conservação

A relação homem/natureza nas áreas protegidas no Brasil constitui-se sob condições emblemáticas, que vão além dos mecanismos governamentais para conservação. No entanto, a existência das populações tradicionais nessas áreas, vem sendo tratada de forma conservadora nos projetos de gestão a nível federal e na visão de algumas organizações não governamentais, por ambos estarem imbuídos de percepções urbanas do que representa o universo natural e a natureza selvagem. Essas percepções, muitas vezes desconsideram as propensões econômicas externas e as ações das populações tradicionais que contribuem significativamente na preservação da biodiversidade, tratando-as em certas ocasiões como interferência humana negativa as áreas protegidas (DIEGUES, 2001).

O autor com a contribuição de Godelier (1984), afirma que a capacidade do homem de transformar a natureza ou modificar suas relações com esta, tem como base a construção de novas formas de sociedade e as forças que os movimenta, destacando assim que:

No coração das relações materiais do homem com a natureza aparece uma parte ideal, não material, onde se exercem e se entrelaçam as três funções do conhecimento: representar, organizar e legitimar as relações dos homens entre si e deles com a natureza. Torna-se assim necessário analisar o sistema de representações que indivíduos e grupos fazem de seu ambiente, pois é com base nelas que agem sobre o meio ambiente (DIEGUES, 2001, p. 63).

Nesse sentido, Braghini (2016), ao tratar de unidades de conservação considera as diversas formas de relações estabelecidas com os recursos naturais que possibilitam a apropriação da natureza, assim como, os elevados níveis de dependência humana sobre os recursos naturais. Essa dependência decorrente da necessidade de sobrevivência, em geral origina conflitos, tendo como principais sujeitos as comunidades tradicionais. Assim sendo,

para que ocorra a gestão eficiente dos recursos, é indispensável à integração e inclusão dos sujeitos nos processos participativos. O autor ainda assevera que:

A governança de áreas protegidas tende a ser discutida como resiliência de sistemas sócio ecológicos, no sentido de sustentabilidade, destacando as interfaces entre os diversos interessados e as conectividades, tais como sociedade civil e governos, em prol de conservação e desenvolvimento social, em uma dinâmica que não permite prever, mas estimula a cooperação e admite aprendizagem mútua para tomada de decisão conjunta (BRAGHINI, 2016, p. 108).

No Brasil, com o propósito de atingir objetivos de proteção e conservação, tem-se inserido os princípios de governança nas unidades de conservação de forma gradual e lenta, buscando competências para amenizar os conflitos e problemas, e principalmente destinando-se aos interesses coletivos e equidade na tomada de decisões. Essa forma de gestão propõe-se como modelo estratégico e de responsabilidade com descentralização de poderes, tendo como marco histórico o final do século XX, com forte influência nas tomadas de decisões sobre as Políticas Públicas e gestão das unidades de conservação, caracterizado por debates e decisões nos processos democráticos e participativos (FRANÇA, 2019).

Em se tratando de marco legal, a gestão participativa nas UCs foi regulamentada pela Lei nº. 9.995/2000 junto com a instituição do SNUC que estabelece diretrizes, critérios e normas para a criação, implantação e gestão dessas unidades, contribuindo com a inserção de governança nas gestões:

- II – Assegurem os mecanismos e procedimentos necessários ao envolvimento da sociedade estabelecimento e revisão da política nacional de Unidades de Conservação;
- III – Assegurem a participação efetiva das populações locais na criação, implantação e gestão das Unidades de Conservação;
- IV – Busquem o apoio e a cooperação de organizações não-governamentais, de organizações privadas e pessoas físicas para o desenvolvimento de estudos, pesquisas científicas, práticas de educação ambiental, atividades de lazer e de turismo ecológico, monitoramento, manutenção e outras atividades de gestão das Unidades de Conservação;
- V – Incentivem as populações locais e as organizações privadas a estabelecerem e administrarem Unidades de Conservação dentro do sistema nacional (BRASIL, 2000, art. 5º).

Ainda no art. 5º da lei mencionada acima, incentiva o desenvolvimento regional de forma participativa, “mas de forma totalmente inócua”. Diegues (2001, p. 118) apresenta a inexistência de objetivos nesta lei?? que venham incorporar a proteção da diversidade cultural tanto das populações residentes nas UCs como no entorno, acrescentando que o capítulo 5 do SNUC ao estabelecer critérios para criação, implantação e manutenção dessas unidades, expressa “visão tecnocrática e autoritária da conservação”, propondo que novas UCs por meio

de “estudos técnicos-científico” devam estão subordinados ao Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA, sem assinalar a participação da população, principalmente das comunidades locais, atingidas pelo uso restrito dos recursos naturais.

A nosso ver, é fundamental a participação desses grupos sociais na definição da categoria mais adequada, como recomendam os vários estudos recentes da UICN. [...]é necessário distinguir as formas de relação sociedade/natureza que são perniciosas e danosas, das que conduzem à preservação da natureza e são mais condizentes com ela. Nesse projeto não se estabelece diferença entre essas formas de relação nem entre os vários grupos sociais e seus sistemas de reprodução social, cultural e econômica. [...] É preciso melhorar as condições de vida dessas populações, sem afetar essencialmente sua relação mais harmoniosa com a natureza (DIEGUES, 2001, p. 119-120).

As UCs integram mecanismos de ações e objetos contidos nas relações de poder e identidade, na qual surgem diversificados conflitos de uso e ocupação do território, apresentando-se como espaço paternalista, a exemplo dos moradores mais dinâmicos, na maioria os jovens que exercem a função de “guarda-parques” (DIEGUES, 2001).

A governança na gestão de UC se efetiva também mediante a atuação dos conselhos deliberativos oportunizando diretamente a participação dos atores sociais, apresentando-se de forma consolidada na organização dos conselhos gestores, instâncias reconhecidas legalmente pelo ICMBio, possibilitando que a sociedade civil e a gestão da UC estabeleçam relações e dialoguem diretamente (BRAGHINI, 2016).

Outra forma de governança na gestão é a participação no manejo da UC, a qual é imprescindível na tomada de decisões e benefícios referentes aos objetivos de políticas de proteção ambiental. Assim, os marcos regulatórios por meio de decretos das áreas protegidas, estabelecem princípios para “a valorização da diversidade biológica e a conservação ecossistêmica, assegurando os mecanismos e procedimentos necessários para a participação da sociedade, sobretudo, através dos conselhos consultivos ou deliberativos” (FRANÇA, 2019, p. 61).

No arcabouço jurídico brasileiro referente às normas de gestão de UCs, encontra-se evidenciada a participação democrática inerente à gestão ambiental. Esta pode ser verificada na Lei nº 6.938, de 1981, ao tratar da Política Nacional de Meio Ambiente - PNMA, responsável pela criação do Sistema Nacional de Meio Ambiente - SISNAMA e do CONAMA. Estende-se a Lei CONAMA nº 9.985, de 2000, que estabelece o SNUC, também é expressivo com os conselhos de gestão de unidade de conservação, assim como o Plano Estratégico Nacional de Área Protegida – PNAP, instituído pelo Decreto nº 5.758, de 2006.

Em sentido mais amplo, a governança compreende a perspectiva democrática deliberativa e a democrática-participativa. Em se tratando de UCs, observa-se a que possui maior proximidade, podendo esta responder de forma direta as seguintes características: “[...] explicitação, negociação e resolução de conflitos; a construção coletiva do espaço público, incluindo a identificação de problemas e a construção de propostas para sua solução; o controle social dos processos governamentais relativos à gestão” (COZZOLINO, 2014, p. 243).

Então, cabe dizer que a gestão do território em que se insere a unidades de conservação poderá atingir seus objetivos de proteção/conservação se houver capacidade de governança e as condições para tal se estabelecem mediante concertação dos interessados em instâncias de diálogo e busca de consensos. Esta perspectiva reforça o valor da participação dos interessados na identificação e seleção dos problemas e tomadas de decisão. É nesse sentido que a governança se fundamenta e se materializa no espaço (BRAGHINI, 2016, p. 123).

A expressão governança em áreas protegidas, é um termo relativamente recente, apresenta-se mais efetivamente com a constituição do PNAP, compreendido de forma metodológica com o objetivo de “promover a governança diversificada, participativa democrática e transparente do SNUC, [...] potencializar o papel das Unidades de Conservação e demais áreas protegidas no desenvolvimento sustentável e na redução da pobreza” (BRASIL, 2006).

O referido Plano propõe a governança com ampla participação social, equidade, repartições de custo e benefícios, resultantes da criação e gestão de UCs, o mesmo traz em seu escopo a questão social, como foco de discussão nos processos participativos, considerando a relevância da diversidade sociocultural, debates envolvendo saberes, bem como a intrínseca relação das áreas protegidas com o desenvolvimento (MACEDO, 2008).

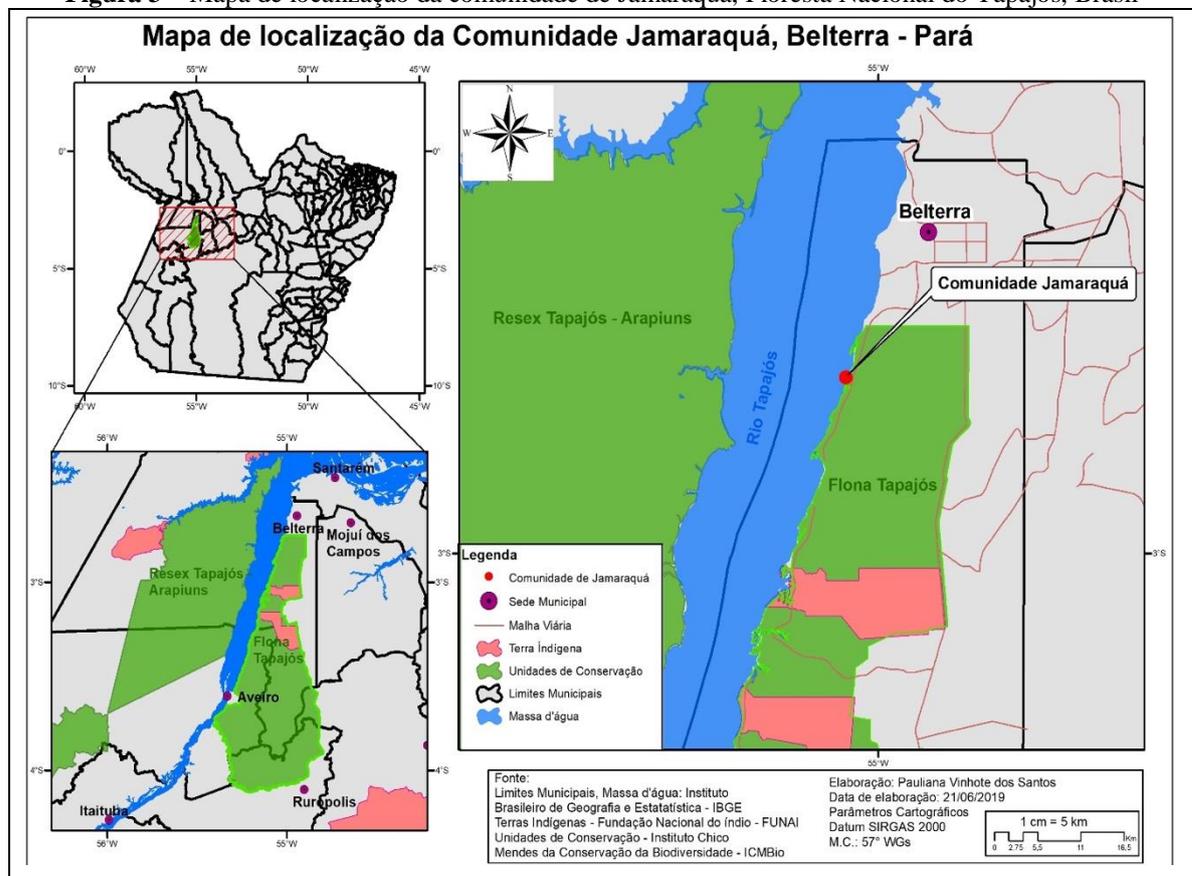
Nesse sentido, a governança em UCs presume alterações resultantes das transições na gestão governamental, assim como de intervenções políticas e jurídicas, propiciando deliberações cooperativas ou conflituosas envolvendo a gestão e os atores sociais. Assim, a gestão participativa constitui-se de “uma aliança estabelecida em comum acordo entre os interessados de um território ou um conjunto de recursos, amparados sob o estado de proteção para compartilhar com eles as funções do manejo, direitos e responsabilidades” (MARINHO, 2013, p. 57).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1 Contextualizações do Local da Pesquisa

A FLONA Tapajós ocupa parte do território dos municípios de Belterra, Aveiro, Rurópolis e Placas, na Amazônia Oriental, trata-se de uma UC localizada a 50 km de distância da cidade de Santarém/PA e coordenada pelo ICMBio, Regional SR3 Santarém. Ao lado norte se limita com a área urbana de Belterra e ao Sul com o município de Rurópolis. De acordo com ICMBio (2019) na FLONA do Tapajós existem três aldeias indígenas e 21 comunidades situadas à margem direita do Rio Tapajós, dentre as quais destaca-se Jamaraquá (Figura 3), povoada por 32 famílias agroextrativistas, somando 115 moradores.

Figura 3 – Mapa de localização da comunidade de Jamaraquá, Floresta Nacional do Tapajós, Brasil



Fonte: Adaptado de Santos (2019)

Jamaraquá é uma comunidade localizada na região norte da FLONA, na margem direita do rio Tapajós, com distância de 25 km de Belterra/PA e 75 km de Santarém/PA, cidades mais próximas. Possui clima pela classificação de Köppen, do tipo Ami, temperatura

média anual de 25,5 °C, e concentração de chuvas no período janeiro a maio, resultando em uma precipitação média anual de 1820 mm (BARROS et al., 2018; ICMBIO, 2019).

A base econômica da comunidade se constitui da agricultura, artesanato, extrativismo, pesca artesanal e o turismo e o manejo florestal sustentável. A comunidade Jamaraquá faz parte de uma rota turística, com vasto cenário de praias, igarapés, trilhas e passeios, além da produção e comercialização de artesanatos produzido, principalmente, de látex e sementes (biojoias), representando a maior parcela da economia local (MOREIRA e BURNS, 2015; ICMBIO, 2019).

3.2 Caminhos da pesquisa

Para atender ao tema e responder aos objetivos do estudo, foram utilizadas abordagens qualitativa e quantitativa, no intuito de entender as experiências sobre governança comunitária praticada pela organização social estudada “em profundidade e em extensão às qualidades” (BRUMER et al. 2008, p. 137). A abordagem norteou a caracterização das atividades socioeconômicas desenvolvidas no lócus de estudo, assim como na identificação e descrição da organização e governança da associação.

Quanto ao método de investigação, foi desenvolvido um estudo de caso, por possibilitar a coleta e análise dos dados de forma mais minuciosa acerca de um único caso, pois “consiste num estudo profundo e exaustivo de um ou mais objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento” (GIL, 2010, p. 37).

Com foco a substanciar a pesquisa de campo, bem como elementos que possibilitasse verificar o estado atual da associação, realizou-se a observação participante pela qual a pesquisadora passou uma semana ininterrupta acompanhando as reuniões e processos decisórios da ASMORJA. A observação participante é essencial no trabalho de campo para melhor entendimento da realidade estudada, entendida por Mota (2005, p. 35) “como um processo em construção e permeável às ações dos diferentes atores”, a qual contribuiu para descrever processos políticos e sociais praticados pelos atores sociais e sua instituição de vínculo.

Durante a pesquisa de campo foi realizada entrevista semiestruturada (MANZINI, 2003) com os associados (APÊNDICE A), as quais foram gravadas e transcritas, para assim, caracterizar as atividades socioeconômicas da comunidade Jamaraquá e observar as estratégias de governanças apresentadas pelos associados.

Na sistematização, tabularam os dados com o suporte do software *Excel for Windows 2010*[®], úteis no delineamento do perfil socioeconômico dos associados. Na sequência reali-

zou-se a análise textual dos discursos dos entrevistados, que para Jara (2012), compreende momento relevante à produção de novos conhecimentos, derivados de experiências prática, a saber, esclarecimentos reais e provenientes holisticamente da prática social e histórica.

O tratamento dos dados se deu à luz da Análise Textual Discursiva – ATD, abordagem de análise dos dados com interação entre duas formas: análise de conteúdo e a análise de discurso, a qual “[...] tende a assumir entendimentos que a situam entre essas duas abordagens de análise, focalizando geralmente a profundidade e complexidade dos fenômenos” (MORAES e GALIAZZI, 2016, p. 182). Processos executados em fases de investigação, conforme Torres et al., (2008) destacam que esses procedimentos:

Favoreceram a sistematização do processo de interpretação do conhecimento dos sujeitos envolvidos nessa investigação. Além de relacionarmos as etapas, levantamento preliminar da realidade e unitarização, escolha das situações significativas/diálogos descodificadores e categorização, redução temática/sala de aula e comunicação, entendemos que a Análise Textual Discursiva pode estar presente em cada uma das etapas da Investigação Temática (TORRES et al., 2008, p. 43).

A ATD é uma técnica com características que possibilitam desenvolver de modo integrado Análise de Conteúdo e Análise de Discurso no que concerne à descrição e interpretação na análise como processos complementares na busca de sentidos e significados, surgindo como “nova opção de análise para pesquisas de natureza qualitativa e de caráter hermenêutico” (MORAES e GALIAZZI, 2016, p. 162), os autores apontam ainda, que a ATD:

[...] pode ser compreendida como um processo auto organizado de construção de compreensão em que novos entendimentos emergem a partir de uma sequência recursiva de três componentes: a desconstrução dos textos do “corpus”, a unitarização; o estabelecimento de relações entre os elementos unitários, a categorização; o captar o emergente em que a nova compreensão é comunicada e validada (MORAES e GALIAZZI, 2016, p.34).

Nesse sentido, a ATD contribuiu no entendimento do processo auto-organizado possibilitando a concepção com clareza de novos aspectos que surgem a partir da continuidade recursiva de três componentes: desconstrução do corpus, a unitarização e a categorização (MORAES, 2003).

Processo que inicialmente realizou-se a desconstrução do *corpus*, procedimento chamado de unitarização, quando se deu a separação dos textos em unidades de significados, que por sua vez contribuíram para geração de outros grupos de unidade, originadas da interlocução empírica, teórica e das análises realizadas pela pesquisadora. “Neste movimento de interpretação do significado atribuído pelo autor exercita-se a apropriação das palavras de outras vozes para compreender melhor o texto” (MORAES e GALIAZZI, 2006, p. 118).

Após ser realizado o processo de unitarização iniciou-se a junção de significados análogos, denominado categorização, por se tratar de procedimento que reúne as unidades em categorias conforme suas semelhanças, colaborando de forma significativa para organização textual, podendo gerar diversos níveis de categorias de análise (MORAES, 2003).

As categorias retiradas das unidades possibilitaram uma nova compreensão da análise como um todo, sendo está estabelecida e validada, tendo como resultado o meta-texto, construído a partir do arranjo de diversos elementos, evidenciados no resultado da confluência das etapas anteriores. Os meta-textos “são constituídos de descrição e interpretação, representando o conjunto de um modo de compreensão e teorização dos fenômenos investigados”, originando produções que precisam de constantes reescritas e aperfeiçoamento (MORAES, 2003, p. 202).

3.3 Sujeitos participantes da pesquisa

Os participantes da pesquisa foram associados (as) da ASMORJA, conforme critérios de inclusão estabelecidos para aplicação do questionário quais sejam: associados maiores de 18 anos e residentes na comunidade Jamaraquá, sendo excluídos para fins da pesquisa os moradores não associados e menores de 18 anos, assim como possíveis membros da associação residentes em outras comunidades. Para identificar os sujeitos inclusos na pesquisa, realizou-se o levantamento junto à diretoria da associação. Foram entrevistados 40 dos 57 associados da ASMORJA, correspondendo a 72% dos membros da associação.

As entrevistas foram realizadas em sua maioria no mês de março de 2020, quando também ocorreu reunião com a Direção da ASMORJA para levantamento de dados institucionais e organizativos. Houve interrupção na coleta de dados devido o fechamento das UCs em cumprimento a Portaria ICMBio nº 227 de 22 de março de 2020 (ANEXO C), em decorrência da pandemia da Covid – 19. E no mês de setembro, após reabertura de visitação na UCs, conforme portaria nº 890 de 25 de agosto de 2020 (ANEXO D), deu-se continuidade na aplicação de questionários junto aos associados nos domicílios. Como finalização das atividades de campo em outubro de 2020 foram realizados registros fotográficos conforme autorização do ICMBio (ANEXO E). As últimas ações de pesquisa de campo foram executadas seguindo os protocolos de biossegurança indicados pela Organização Mundial de Saúde: Uso de máscara de proteção individual, álcool em gel, luvas descartáveis de látex, assim como foi mantido o distanciamento dos entrevistados de dois metros de distância.

3.4 Procedimentos éticos

O estudo obedeceu às regras estabelecidas pelo Conselho Nacional de Saúde, Resolução nº 510 de 07 de abril de 2016, sendo aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa – CEP da Universidade do Estado do Pará – Campus XII – Tapajós, com o parecer número 3.853.006 (ANEXO A), e a partir de sua aprovação em março de 2020, iniciou-se a pesquisa de campo.

Após a obtenção do parecer do CEP, o projeto de pesquisa foi apresentado à direção da ASMORJA para solicitar autorização e apoio para realização do estudo dentro da comunidade, a qual emitiu uma declaração (ANEXO B) autorizando o desenvolvimento da pesquisa na comunidade.

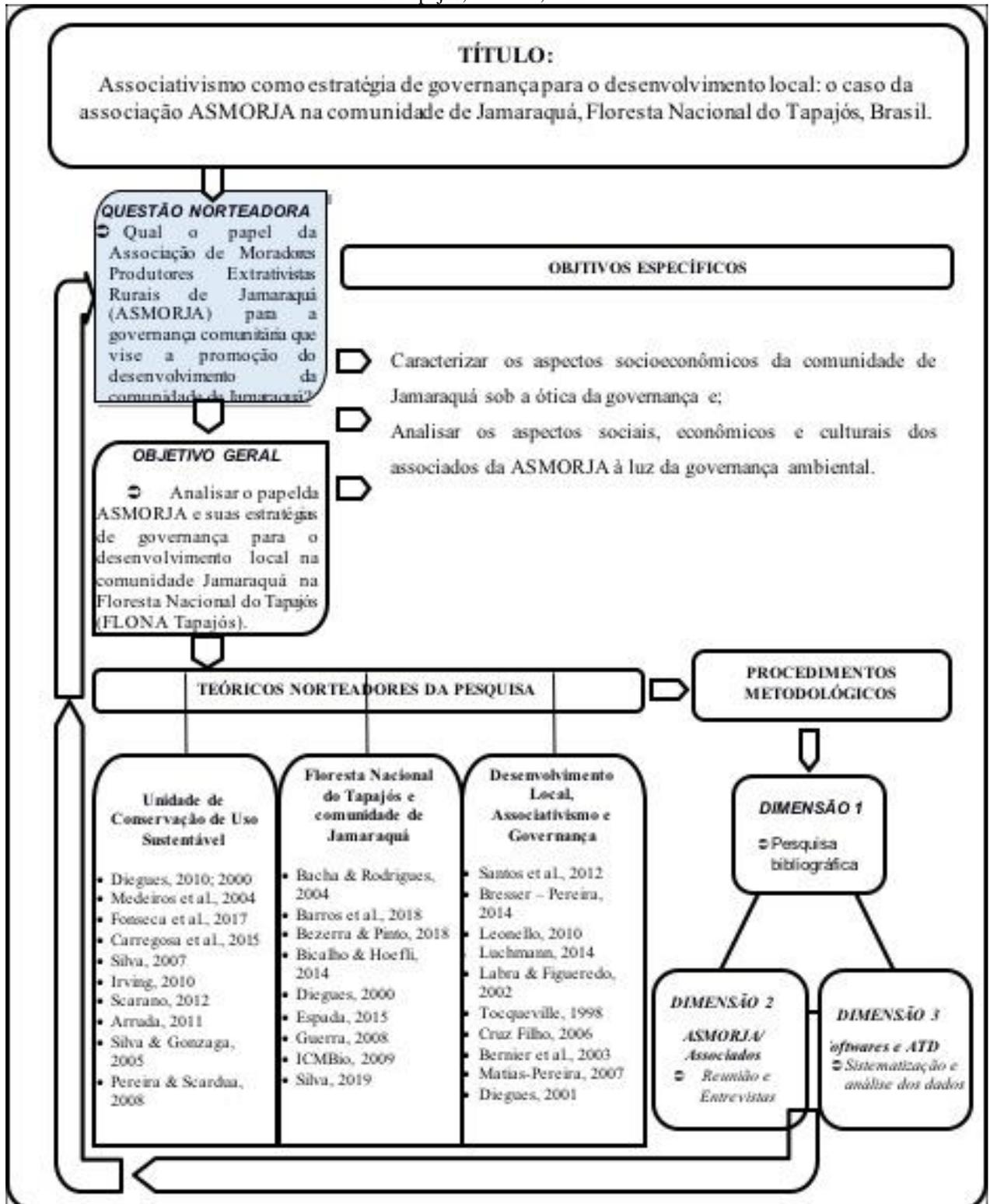
Por se tratar de uma pesquisa em uma UC, o projeto foi submetido ao Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade – SISBIO, tendo sido aprovada a realização da pesquisa neste âmbito (ANEXO C e F). Além disso, os associados que concordaram em participar do estudo, manifestaram sua anuência a partir da assinatura do Termo de Consentimento Livre Esclarecido – TCLE (APÊNDICE C).

Na realização da pesquisa *in lócus* para aplicação do questionário com os participantes, alguns procedimentos foram tomados:

- Perguntado se tinha interesse em participar da pesquisa;
- Em caso de afirmação, a pesquisadora informou os procedimentos metodológicos da pesquisa;
- Realização da leitura do TCLE de forma conjunta e colhida à assinatura/rubrica do participante;
- O questionário foi aplicado no período disponível para cada participante em local por este definido, e o tempo de aplicação foi de aproximadamente 40 minutos;
- Na aplicação do questionário utilizou-se o gravador, para auxiliar no registro das respostas dos participantes da pesquisa;
- Os entrevistados (as) foram identificados ao longo das análises e discussões dos dados através de um código numérico, como forma de salvaguardar sua identidade.

Resumidamente se apresenta o mapa conceitual (Figura 4) contendo os principais pontos da trajetória metodológica, propiciando uma compreensão objetiva do planejamento e desenvolvimento da pesquisa.

Figura 4 – Mapa conceitual da trajetória metodológica utilizada na comunidade de Jamaraquá, Floresta Nacional do Tapajós, Belterra, Pará



Fonte: elaborado pela autora (2020)

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Caracterização Socioeconômica da Comunidade Jamaraquá

Este tópico foi construído intercalando informações colhidas em fontes primárias e secundárias, ou seja, coletamos informações durante as pesquisas de campo, diretamente com associados e associadas da ASMORJA e em obras de autores que tem como foco as relações no âmbito de Jamaraquá e/ou da FLONA do Tapajós. A caracterização socioeconômica da comunidade Jamaraquá foi construída neste trabalho com esses dois tipos de informação.

4.1.1 Comunidade de Jamaraquá

Com base no histórico produzido pelos comunitários e na reunião com os membros da coordenação da ASMORJA, a formação da comunidade Jamaraquá se originou da localidade São Benedito. Vale destacar que antes da criação da FLONA (1974) as comunidades que se localizavam do Igarapé da Boca Nova até São Benedito, futuramente passou a chamar-se Jamaraquá, e eram vistas como parte da comunidade Maguari (MAIA, 2018).

Os precursores de São Benedito foram o senhor Marcelino Monteiro da Fonseca e esposa Sebastiana Adelaide dos Santos, por volta do ano 1900. Na medida em que filhos e filhas do casal constituíam suas famílias a comunidade foi aumentando sua população, as quais viviam estreita relação de parceria com a comunidade de Maguari, principalmente no uso de infraestruturas como escola, igreja, campo de futebol, dentre outros.

Os comunitários de São Benedito prevendo aumentar a interação com as comunidades vizinhas e promover lazer aos habitantes local, em 1981 fundaram o “Progresso Futebol Clube”, nomenclatura dada aos times feminino e masculino, existentes até hoje, que contribuiu para o desenvolvimento esportivo e econômico da comunidade de Jamaraquá e sua circunvizinhança.

Em março de 1985, as famílias de São Benedito mudaram o nome da comunidade para Jamaraquá, motivadas pela presença em grande quantidade na região da planta chamada Jamacaru (Figura 5), com propriedade curativa, muito usada pelos índios para curar picadas de insetos, trata-se de uma espécie de cacto ainda existente na localidade, porém em escassez.

Figura 5- Planta Jamacaru

Fonte: Arquivos da pesquisa (2020)

O processo de ocupação de Jamaraquá se deu pelas margens do rio Tapajós (Quadro 4), única forma de acesso para os moradores e interligação com as demais comunidades e a cidade de Santarém, na época. A partir do ano de 2000, com a construção da Transtapajós, inicia-se o acesso via terrestre, meio de integração com outras localidades da FLONA, sede de Belterra, Santarém e demais cidades (BARROS et al., 2018).

Quadro 4 – Ocupação espacial da comunidade de Jamaraquá, Floresta Nacional do Tapajós, Pará, Brasil.

PERÍODO/ANO	EVENTO	DESCRIÇÃO
Final do século XIX	Início da ocupação pelos primeiros moradores da comunidade	O processo inicial de ocupação teria ocorrido por volta de 1850 – 1900
1999	Fundação da ASMORJA	Associação fundada pelos moradores
2002	Atividade de turismo comunitário	Ação desenvolvida pelo Projeto Saúde e Alegria - PSA com o projeto Bagagem
2003	Implantação de trilhas interpretativas	Consolidação de atividade de ecoturismo na FLONA Tapajós
2004	Implantação do projeto Tecbor (cooperativa de mulheres de Jamaraquá que produzem biojóias do látex e sementes)	Projeto liberado pela Universidade de Brasília

Fonte: Barros et al. (2018)

De acordo com Bezerra e Pinto (2018), na comunidade, a população possui estilo de vida simples que acompanha o ritmo das águas do rio Tapajós e suas residências apresentam características arquitetônicas que não fogem aos costumes da região, com domicílios em sua maioria construídos de madeiras e cobertos de palhas. Destaca-se que em toda comunidade existe os serviços de energia elétrica, sinal de telefone e internet, fornecidos pela empresa detentora do serviço no estado do Pará.

O TBC apresenta-se como principal fonte de renda da comunidade, tendo como fontes secundárias a agricultura, pesca e o extrativismo vegetal, especialmente o manejo da seringueira (*Hevea brasilienses*) e de outras espécies para a produção de biojoias. Na comunidade a reserva de mata primária de uso coletivo propicia a coleta de sementes e outros produtos da floresta como: piquiá (*Caryocar villosum*), castanha (*Bertholletia excelsa*), tucumã (*Astrocaryum aculeatum*), mel de abelha, breu (*Protium* spp.), cipós, uxi (*Endopleura uchi* (Huber) Cuatrec.), bacaba (*Oenocarpus* spp.), copaíba (*Copaifera multijuga* Hayne) e jutaí (*Hymenaea* spp.), que são utilizados no consumo e para comercialização, além da madeira extraída para recuperação das moradias e a palha de uso coletivo (BEZERRA e PINTO, 2018; SILVA, 2015; MMA, 2004).

Os lagos são utilizados para a pesca, lazer e passeios de canoas para os ecoturistas que visitam o local. Com relação ao uso desses recursos, os moradores estão satisfeitos com a forma como a comunidade vem os utilizando, pois estão sabendo usar sem degradar a natureza, principalmente, por não estarem jogando lixo na comunidade, um termômetro da consciência ambiental (SILVA, 2015, p. 42-43).

O turismo contribui expressivamente para a economia local, propiciando melhorias na infraestrutura, novos conhecimentos, assim como a conservação da natureza, pois devido a este, houve maior preocupação com os recursos naturais. Na comunidade, nos meses de julho a dezembro, quando ocorre o período da seca, há uma vasta faixa de belas praias (Figura 6), tornando um atrativo para turistas de todo Brasil e estrangeiros, além da trilha na floresta (Trilhas do Piquiá e Castanheira) e os passeios nos igarapés (SILVA, 2015; BARROS et al., 2018).

Nas atividades turísticas, os moradores tradicionais, por possuírem vasto conhecimento baseado na vivência direta com a natureza e seus ciclos, são capazes de exercer funções como de guias locais, demonstrando aos visitantes o seu conhecimento sobre o mundo natural, inserindo estes em culturas diferentes das suas (DIEGUES, 2003). Em Jamaraguá, além de serem guias, eles atuam como gestores da atividade do turismo dentro da comunidade.

O modo de vida na comunidade e o uso dos recursos naturais são também retratados por contadores de histórias por meio de lendas e crenças, assim como por cantores e compositores de músicas que residem nas comunidades. As lendas narradas são simbologias importantes que expressam claramente o modo de vida e a relação da população com a natureza (SILVA, 2015).

Figura 6 – Praia da comunidade Jamaraquá, Belterra, Pará



Fonte: Arquivos da pesquisa (2020)

A comunidade de Jamaraquá possui diversidade em belezas naturais, atividades oriundas do extrativismo, formas de manejos, fauna e a encantadora paisagem das águas esverdeadas do rio Tapajós, entre outras. Diegues (2000) corrobora ao afirmar que a conservação dos ecossistemas naturais, se dá em sua maioria, pelas populações tradicionais por possuírem vínculos culturais com esses ecossistemas.

4.1.2 Governança na comunidade de Jamaraquá

As estratégias de governança comunitária na comunidade Jamaraquá, estão interligadas ao processo histórico de ocupação dessa região nos diferentes ciclos, que representam determinação e enfrentamento dos povos nativos e condescendentes, evidenciando o poder de forma compartilhado contra as diferentes táticas usadas para sujeição e expulsão dessas populações de seus habitats (RODRIGUES e MALO, 2006).

O levantamento em campo sobre o contexto histórico, evidenciou existência de processo de organização das lideranças comunitárias em nível de UC, desde que foi criada FLONA Tapajós em 1974, os habitantes se organizavam para buscar alternativas de renda, de modo que pudessem conciliar autonomia social, econômica e conservação dos recursos naturais e nesse contexto criaram as Associações intercomunitárias, que incluíam várias associações de comunidades.

No caso de Jamaraquá, além da ASMORJA, a comunidade também está contemplada pela Associação intercomunitária de Mini Pequenos Produtores Rurais da Margem Direita do Tapajós – ASMIPRUT, da comunidade de Piquiatuba até a Revolta. Em publicação realizada por Bicalho e Hoefle (2014) foi enfatizado sobre o papel das associações intercomunitárias na união de esforços para geração de renda a partir de atividades sustentáveis no processo de organizações socioeconômicas da UC, com destaque as organizações: ASMIPRUT, AITA e APRUSANTA.

O Quadro 5 apresenta a lista das associações comunitárias e intercomunitárias da FLONA Tapajós e suas respectivas nomenclaturas.

Quadro 5 – Associações comunitárias e intercomunitárias da FLONA Tapajós, Pará, Brasil.

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA	ASSOCIAÇÃO INTERCOMUNITÁRIA
<ul style="list-style-type: none"> – ACAMPPRIGRC – Associação Comunitária Agrícola dos Mini e Pequenos Produtores Rurais do Igarapé do Godinho; – ACOMTEP – Associação Comunitária dos Moradores Tradicionais e Extrativistas do Pini; – AMPROCEP – Associação de Moradores e Produtores Rurais e Extrativistas da Comunidade de Piquiatuba – Tapajós; – ASCATIJÓS – Associação de Moradores, Produtores Rurais e Extrativistas de Tauari; – ASCED – Associação de Moradores Produtores Rurais e Extrativistas de São Domingos; – ASCOMART – Associação Comunitária Maguari rio Tapajós; – ASCOMTN – Associação Comunitária de Moradores Tradicionais de Nazaré; – ASCOPRATA – Associação Comunitária de Pequenos Produtores da Comunidade de Prainha Tapajós; – ASMOJA – Associação de Moradores do Jaguarari; – ASMOP – Associação Comunitária dos Moradores Agroextrativistas de Pedreira; 	<ul style="list-style-type: none"> – AITA – Associação Intercomunitária dos Pescadores, Trabalhadores Rurais e Seringueiros da Margem Direita do rio Tapajós; – ASMIPRUT – Associação Intercomunitária de Mini e Pequenos Produtores Rurais e Extrativistas da Margem Direita do rio Tapajós; – APRUSANTA – Associação de Pequenos Produtores rurais de São Jorge, Santa Clara e Nossa Senhora de Nazaré;

Continuação...

Quadro 5 – Associações comunitárias e intercomunitárias da FLONA Tapajós, Pará, Brasil.

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA	ASSOCIAÇÃO INTERCOMUNITÁRIA
–ASMORJA – Associação de Moradores Produtores Extrativistas Rurais de Jamaraquá; – Associação Comunitária de Putubiri; – Associação Comunitária de São Francisco do Godinho; – Associação Comunitária de Uruará; – Associação Comunitária dos Produtores Rurais de Itapaiúna; – Associação de Moradores do Chibé; – Associação de Moradores; – Associação de Pescadores; Associação dos Agricultores ao Itapuama.	

Fonte: (ICMBIO, 2019)

De acordo com o ICMBio (2019), as associações intercomunitárias foram criadas com intuito de promover participação dos membros nas discussões sobre as questões fundiárias, além de ser possível canal para captação de recursos por intermédio de projetos. Em 1998, tais associações passaram a dialogar com o órgão gestor da FLONA, na época Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, sobre a implantação do Plano de Manejo Florestal Sustentável, processo que culminou com a Portaria IBAMA nº 040, de 22 de agosto de 2003, autorizando as associações intercomunitárias a implantar o Plano de Manejo Florestal Comunitário, possibilitando posteriormente a criação da COOMFLONA.

O envolvimento das lideranças das comunidades nas associações intercomunitárias, possibilitou grandes contribuições de aprendizado e estímulos no processo de organização social local. As lideranças buscavam articulações para consolidar a comunidade na conquista das demandas das famílias em diferentes âmbitos, e sabiam a relevância da criação de uma associação comunitária. Nesse sentido, o incentivo à participação e engajamento de todos os interessados e beneficiários foi determinante para formação e fortalecimento das organizações comunitárias locais (RODRIGUES e MALO, 2006).

De acordo com os autores acima, entre os anos 1987 e 1995, várias conquistas foram obtidas na comunidade, dentre as quais a chegada de um professor para lecionar em Jamaraquá, pois antes as crianças deslocavam-se para Maguari; construção e instalação da Rádio comunitária; delegacia sindical do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais - STTR de Belterra e obtenção de água potável às famílias, por intermédio da construção de dois poços semiartesianos na comunidade, com apoio do PSA.

Na época, o principal meio de transporte eram barcos e canoas e foi implantada a primeira linha de ônibus com itinerário de Jamaraquá a Santarém, nesse ínterim um grupo de comunitários organizaram um lote agrícola com recursos financiados para construção de galpão e plantios de mudas de diferentes espécies regionais. Além disso, novas estruturas foram inseridas na comunidade por meio de parceiras com instituições como, por exemplo, o PSA que dentre diversas colaborações para a comunidade articulou para realização da primeira copa de futebol (Três Rios), ação comentada por vários associados.

Em 1996, a comunidade recebeu várias instalações como expansão do campo de futebol, rádio informativo e ampliação do barracão comunitário (Figura 7).

Figura 7 – Barracão comunitário da comunidade de Jamaraquá, Floresta Nacional do Tapajós, Belterra



Fonte: Arquivos da pesquisa (2020)

Ainda que as lideranças da associação, por intermédio de articulações e solicitações formais junto aos órgãos governamentais e não governamentais tivessem acesso às políticas públicas e projetos em benefício da comunidade, algumas das conquistas não satisfaziam em totalidade os anseios dos associados. A exemplo da implantação do ensino básico na Escola de Ensino Fundamental João Paulo II, no ano de 2004 pela Prefeitura Municipal de Belterra, a qual vem funcionando desde sua fundação até os dias atuais em uma pequena casa construída por meio de puxirum com os sócios da ASMORJA. Situação decorrente da ausência do poder público em oferecer espaço adequado para o educandário, essa situação tem causado grande descontentamento entre os comunitários de Jamaraquá.

No entanto, outras políticas foram acessadas de forma exitosa contribuindo para a melhoria da qualidade de vida dos comunitários, como é o caso da energia elétrica fornecida pelo

Programa Luz para Todos, propiciando iluminação, uso de eletrodomésticos e desenvolvimento das atividades turísticas, principalmente relacionadas aos serviços de hospedagens dos visitantes.

A organização comunitária percebeu a relevância das articulações e a necessidade de fortalecimento da comunidade em prol de benefícios coletivos, o que culminou na criação da ASMORJA em 06 de junho de 1999. Essa organização foi considerada pelos associados (as) como instrumento jurídico corroborativo no processo de conquistas para a comunidade Jamaraquá, capaz de empenhar-se para captação e execução de projetos socioeconômicos, busca de parcerias para realizações de diversas atividades existentes ou futuras no âmbito da representatividade, conforme relato abaixo.

“A criação da ASMORJA [...] foi uma decisão de algumas lideranças porque era preciso buscar projetos próprios. A associação foi fundada com 22 sócios, depois outras pessoas foram se associando, para isso a pessoa escrevia uma carta e lia em voz alta na presença de todos os membros, dizendo qual era o interesse de participar da associação e tinha que concordar com as nossas regras, daí os sócios votavam, se fosse aprovado se tornava sócio da associação. Ainda hoje a associação age dessa forma” (DIRETORIA DA ASMORJA, 2020).

A associação cumpre papel legal representativo com seus associados e consequentemente abrange toda a comunidade, no entanto, nem todos os moradores da comunidade são associados na ASMORJA, por não se sentirem representados ou por questionarem alguma regra da entidade como a participação coletiva nas decisões e ações da comunidade, nos puxiruns etc., ou ainda, por não ver a necessidade de estar vinculado à associação como ocorre com algumas pessoas que são donas de comércios ou aposentadas, etc. São pessoas que não sentem a necessidade de se envolver nas ações da Associação.

De acordo com os entrevistados, alguns moradores não associados reivindicam obter os mesmos benefícios dos sócios ativos, e no sentido de evitar conflitos dentro da comunidade, a associação instrui as famílias a associarem os membros maiores de 18 anos, pagar a mensalidade (taxa de manutenção da associação) e participar das atividades de limpeza em mutirões, os quais terão acesso garantido aos benefícios adquiridos pela organização.

Os relatos apresentados pela gestão da associação, enfatizam que o regimento interno apresenta regras fundamentais e isso traz um diferencial à comunidade, tangente ao avanço e conquistas da organização bem como a melhoria de vida das famílias em Jamaraquá nos diversos resultados obtidos. Contudo, existe insatisfação de alguns que não concordam com as determinações da associação e por vezes agem de forma individual, o que causa conflitos na organização.

Muitas das realizações da associação foram resultados de parcerias, a grande maioria provém do trabalho com o turismo, alternativa que destaca a comunidade em âmbito regional, estadual, nacional e outros países, ajudando a fomentar a renda das famílias. O turismo iniciou com participação apenas de três comunitários, a partir do ano 2000 a ASMORJA passou a desenvolver na comunidade o TBC, implantado com apoio do Projeto Pró-Manejo, criado pelo IBAMA. Nessa modalidade de turismo se apresentam diversos atrativos para conhecimento da cultura local, floresta, igarapé e da biodiversidade, com destaque para as trilhas, ambientes sonorizados pelo canto dos pássaros das quais se destacam: trilha do Piquiá, da Samaúma (*Ceiba pentandra*) (MMA, 2004) e do Igarapé da Terra Preta.

A governança da associação na comunidade se reflete também na organização das mulheres, no ano de 2004, 10 mulheres reuniram-se e criaram o grupo das artesãs, voltado à confecção de produtos oriundos do extrativismo. Posteriormente, esse grupo se vinculou à associação comunitária em seu processo de gestão e diversas realizações, como: jogadoras nos times, coletoras de sementes e de látex de seringueira (Figura 8) e outras matérias-primas extrativistas que utilizam na produção de artesanatos naturais, além de atuarem efetivamente como guia de turismo.

No município de Belterra, onde está localizada a comunidade em estudo, as mulheres se destacam em diversos âmbitos. Um estudo realizado com associadas da Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Município de Belterra – AMABELA, mostra o dinamismo da mulher em diferentes atividades, destaca o potencial da participação feminina nas práticas agroecológicas, nas decisões referentes à propriedade com ênfase ao “empenho diante da natureza e o zelo ao meio ambiente, além de respeito e solidariedade comunitária” (LOBATO et al., 2018, p. 4). Apesar de não haver mulheres de Jamaraquá associadas na AMABELA, este estudo reproduz exatamente as práticas agroecológicas que elas praticam e vem repassando de geração a geração.

Figura 8 – Extração de látex da seringueira



Fonte: Arquivos da pesquisa (2020)

No contexto extrativista ressalta-se a relevância da seringueira como uma das principais fontes usada no artesanato. A coleta do látex por anos foi à base dos trabalhos desenvolvidos na comunidade, cultura que corrobora com suas árvores na composição da paisagem de Jamaraquá. De acordo com Gama et al. (2017), a presença de seringueiras nos roçados e quintais é tradição oriunda do ciclo da borracha, herança dos antepassados das famílias na região do Oeste do Pará.

Os comunitários (as), sócios (as) da ASMORJA ao longo dos anos têm recebido diversos benefícios provenientes das atividades realizadas com o látex, a exemplo do projeto Tecbor, parceria da Universidade de Brasília – UNB com algumas comunidades, irão desenvolver experimentos com látex no laboratório da própria universidade (SARMENTO, 2014). A partir da capacitação promovida pela UNB, os sócios da ASMORJA passaram a confeccionar as mantas emborrachadas coloridas (Figura 9), tecnicamente chamada FSA (Folha semi-artefato) com as quais produzem sandálias, colares, brinco, pulseiras (biojoias), bolsas e vendem na lojinha da comunidade, principalmente aos turistas. Além disso, comercializam as mantas para diversos estados brasileiros, expandindo as relações comerciais da entidade.

Figura 9 – Mantas confeccionadas de látex na comunidade de Jamaraquá



Fonte: Arquivos da pesquisa (2020)

As atividades supracitadas demonstram efetivo processo de organização da ASMORJA em diversos aspectos, nos quais a interação dos membros e expectativa de desenvolvimento local se amplia com as aquisições de novos conhecimentos e bens à comunidade, principalmente pelo aumento na renda familiar, aliada a conservação dos recursos naturais.

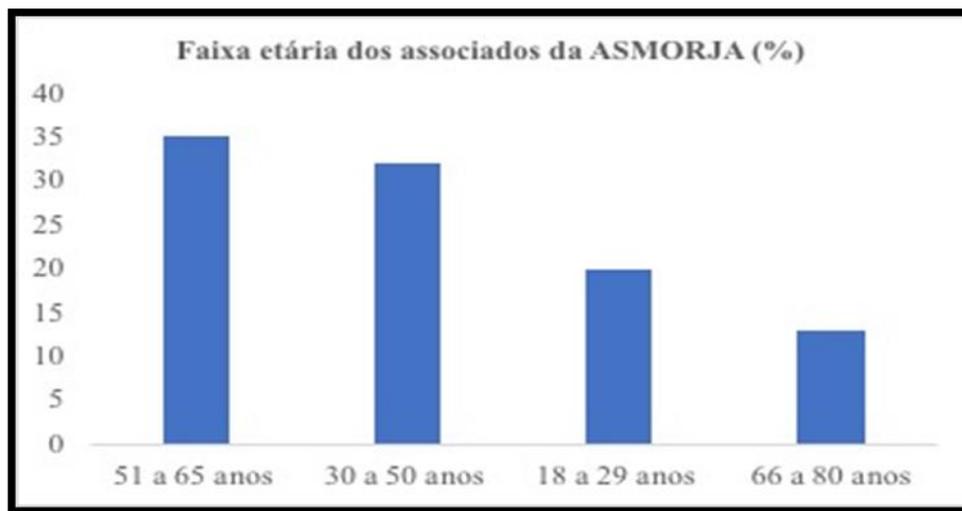
Assim, a entidade busca integralizar ações que promovam benefícios à coletividade, participação efetiva dos associados, aproximando o público ao contexto político e econômico, com distintas visões e compreensão de realidade, capaz de corroborar para tomada de decisão e impactar positivamente no desenvolvimento local.

4.2 ASMORJA e seus associados: perfil socioeconômico

A pesquisa revelou dados sobre os associados da ASMORJA os quais se apresentam nas características socioeconômicas dos membros sob o ponto de vista dos sócios (as). Atualmente, a entidade compõe-se de 57 sócios (as), sendo que estes não representam exclusivamente seu núcleo familiar, pois, todas as pessoas da família ao completarem a maior idade (18 anos) podem se associar, contribuir com a mensalidade e também nos trabalhos comunitários para obter os direitos nos bens e serviço da Associação. Assim sendo, numa única residência pode haver vários sócios dependendo do tamanho da família e a idade dos membros.

Os associados correspondem a 72% dos membros da associação. Este público tem em média 48 anos de idade, variando a faixa etária entre 18 e 80 anos. O maior percentual dentro da faixa etária está entre 51 e 65 anos representando 35% e o menor encontra-se entre 66 e 80 anos, correspondendo a 13% do total (Gráfico 1). Os dados encontrados neste estudo aproximam-se da pesquisa de mestrado realizada por Silva (2018) na FLONA, nas comunidades de Acaratinga e Jaguarari, no qual, nos resultados, os moradores estavam na faixa etária entre 19 a 75 anos e 25 a 75 anos, respectivamente.

Gráfico 1 – Faixa etária dos associados da ASMORJA



Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Na ASMORJA, os membros mais antigos buscam envolver os mais jovens nas atividades de gestão da organização, em especial nos processos que envolvem decisões sobre os rumos e o futuro da organização, reprodução das práticas sociais e culturais desenvolvidas pela Associação e comunidade Jamaraguá. Isso remete uma reflexão sobre a juventude rural, a qual convive cotidianamente com uma série de desafios.

Castro (2009) ressalta que o jovem é percebido como minoria, “categoria jovem rural” num contexto de relações hierárquicas e autoritárias em casa, na sociedade e mesmo nas organizações comunitárias, visto pela atuação, não como ator social, tais fatores somados a falta de oportunidade de trabalho, restrição de serviços e políticas, pressupõe em anseio em sair do campo. Tal impasse também foi observado por Kummer e Colognese (2013, p. 216) onde jovens rurais se questionam entre continuar no campo ou ir embora para cidades, pois “a falta de acesso a uma renda efetiva contribui para desestimular os jovens a permanecerem na atividade”.

Diversas são as motivações relacionadas aos jovens filhos de agricultores e o trabalho na zona rural, dentre as quais a de morar e trabalhar em sua comunidade, porém, com condições de ter autonomia financeira e formação profissional que lhes permitam um trabalho assalariado, esta motivação se relaciona a cultura e anseio de valorização do local de origem (RESQUE e MOTA, 2017).

As referidas inquietações não estão distantes da vivência dos jovens de Jamaraquá, bem como a motivação percebida por Resque e Mota (2017). A pesquisa mostra que os jovens veem no TBC uma alternativa de continuar morando e trabalhando em suas comunidades, com envolvimento nas ações da associação e aprendizagens de gestão comunitária que valorize a cultura e modo de vida tradicional, sobretudo com acesso as políticas públicas que lhes são de direitos, e conhecimentos que lhes permitam inovar e ter diferentes interlocuções, como aprender falar outros idiomas e avançar nas qualificações de atendimento ao turista, dentre outros.

Diante dessa realidade, percebeu-se que os anciãos da comunidade têm pretendido criar condições para que os jovens possam garantir a continuidade das ações da Associação, especialmente em cargos de gestão, visando a valorização e condução dos trabalhos efetivados pelos coordenadores ao longo da história de lutas dos associados, e também com efetiva promoção de inovações na organização.

Essa linha de atuação se assemelha a praticada na comunidade Chico Mendes objeto de estudo do mestrado realizado por Ribes (2005, p. 64), a qual revelou que os jovens dessa comunidade assumem protagonismo as organizações existentes. Para alcançar esse nível de engajamento social e comunitário os jovens foram motivados dentro da ONG Casa Chico Mendes, que promoveu oportunidades para “[...] expressão de suas formas associativas a partir da gestão compartilhada, criando-se espaços de possibilidades e dando-lhes visibilidade [...]”.

Sendo assim, a ASMORJA poderia ampliar as parcerias para criar alternativas de engajamento e motivação para o envolvimento dos jovens nas atividades comunitárias e condução do processo de gestão da entidade, aliando o saber tradicional e inovações gerenciais coletivas.

Dos sócios da ASMORJA, 60% são do sexo masculino e 40% do sexo feminino (Tabela 4). Esse dado evidencia que apesar das diversas conquistas alcançadas pelas mulheres, os homens ainda predominam nos espaços de tomada das decisões dentro da organização. Contudo, em Jamaraquá, mesmo sendo em minoria, é notável o forte desempenho das mulheres em todo contexto da associação ASMORJA.

Tabela 4 – Estado civil e gênero dos associados na ASMORJA, Belterra, Pará

Estado Civil							
Sexo	Casado	Separado	Solteiro	União estável	Viúvo	Total Geral	%
F	3	-	4	8	1	16	40%
M	6	1	4	13	-	24	60%
Total Geral	9	1	8	21	1	40	100%

Fonte: Dados da pesquisa (2020)

Essa produtividade das mulheres e participação fluente na rentabilidade financeira familiar, ocorre em vários âmbitos e atividades dentro da comunidade onde a pesquisa foi realizada. Realidade que difere da encontrada por Nogueira et al. (2019, p. 21), ao dissertarem sobre mulheres catadoras de caranguejo em uma UC em área litorânea, Maracanã estado do Pará, no qual destacaram que a maioria assume a responsabilidade de sustento de sua família e as atividades domésticas.

Corroborando com essa compreensão do cotidiano da vida das mulheres, Siqueira (2019, p. 8) enfatizou que a mulher exerce grande jornada de trabalho, desde afazeres da casa, cuidados com o marido e filhos e também trabalha fora de casa nas atividades produtivas, demandas, as quais tomam todo seu tempo não lhes permitindo “uma participação social e política no mesmo nível dos homens”.

As associadas da ASMORJA, assumem responsabilidades redobradas uma vez que, realizam suas tarefas produtivas e comerciais conjuntamente com os demais sócios da entidade, porém isso não as desvinculam de outras demandas, pois fazem trabalhos da casa, conciliando com as atividades externas. O estudo realizado por Silva et al. (2015) revelou dados sobre o papel das mulheres coletoras de sementes em comunidade da FLONA Tapajós destacando a existência de cooperação nas relações de gêneros, afirmando que o trabalho das mulheres é primordial na construção de saberes tradicionais no conjunto da vida social.

Em relação ao estado civil, os casados ou em união estável são 75% dos associados (Tabela 4). As pessoas solteiras quando anseiam constituir suas famílias e não conseguem relacionamento com pessoas da própria comunidade, buscam parceiros (as) de comunidades próximas ou mesmo das cidades como Santarém e Belterra, e geralmente ficam “amigadas” termo popularmente usado para o casal que vive em união estável, porém, não casados oficialmente em cartório, segundo a percepção dos entrevistados. É importante destacar que o fato da comunidade de Jamaraquá estar localizada no interior da FLONA do Tapajós, permite a permanência apenas dos moradores nascidos dentro da UC ou quando adquire casamento com morador local.

Na formação de uma nova família os pais parcelam seus terrenos e cedem para os filhos para que estes possam continuar vivendo no interior da UC. Nesse sentido, Barros, Ponte e Silva (2018) destacaram que por se tratar de UC de uso sustentável, os moradores da comunidade possuem contrato de concessão de direito real de uso da terra e que o tamanho dos lotes dos moradores mais antigos possuem em média 200 metros de frente por 10.000 metros de fundo, registrados em nome destes, ainda que os chefes das famílias parcele seu lote entre seus filhos e/ou dependentes, o contrato de concessão de direito real de uso da terra continua em nome do chefe da família que realizou o parcelamento do lote.

Sobre os filhos e/ou dependentes os dados da pesquisa apontam média de quatro filhos por associado, número acima da média nacional por domicílios particulares que é de 1,5, segundo o IBGE (2016). A quantidade de dependentes varia entre uma a sete pessoas, podendo esses serem netos ou outros agregados à família. Os núcleos familiares possuem em média quatro pessoas por residência com variação de um a dez moradores.

Observou-se durante a pesquisa que em termos gerais o número de filhos é maior que o número de dependentes, podendo ser justificado pelo fato de muitos filhos já possuírem seus próprios núcleos familiares e suas próprias residências seja na própria comunidade ou na cidade. Ao aprofundar os dados sobre os filhos e/ou dependentes, percebeu-se que a maioria, 58% dos membros estão com idade acima de 18 anos e são associados da ASMORJA, isso representa três sócios por residência, observou-se menor número de membros da família com idade entre zero a cinco anos de idade.

Dos participantes que informaram que não frequentaram a escola, a maioria são do sexo feminino com idade média de 68 anos (Quadro 6). Nesse sentido, Heredia e Cintrão (2006) evidenciam o acesso das mulheres do meio rural à escola, com maior frequência a partir da década de 1980, sendo esse um elemento que beneficiou mulheres das gerações mais recentes, o que contribuiu com a elevação dos níveis de escolaridade de mulheres rurais.

Em relação ao ensino médio incompleto, os dados estão relacionados aos membros com faixa etária de 12 a 17 anos. Cabe ressaltar que o Ensino Médio, etapa final da educação básica, mesmo sendo direito subjetivo de todo cidadão brasileiro, e não diferente da realidade local de todo país e principalmente na região amazônica, na comunidade de Jamaraquá ainda é um desafio, pois, devido à inexistência de educandário que ofereça tal escolaridade na comunidade, os alunos precisam se deslocar até a comunidade de Maguari para ter acesso ao ensino.

Quadro 6 – Escolaridade por sexo dos associados da ASMORJA.

Escolaridade	Feminino	Masculino	Total Geral	%
Não alfabetizado	3	1	4	10%
Ens ¹ . Fund ² . Completo	0	1	1	2,5%
Ens. Fund. Incompleto	4	14	18	45%
Ens. Médio Completo	6	5	11	27,5%
Ens. Médio Incompleto	3	2	5	12,5%
Ensino Superior	0	1	1	2,5%
Total Geral	16	24	40	100%

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

¹Ens = ensino; ²Fund=

Conforme demonstra o Gráfico 2, o percentual de analfabetismo dos filhos e ou dependentes dos associados da ASMORJA é menor (3%) se comparado ao percentual de analfabetismo dos pais que é de 10% (IBGE, 2010). No que diz respeito ao ensino superior evidenciou-se que entre os associados apenas 1% concluíram esse nível de ensino, sendo estes profissionais da educação que atuam na comunidade. Esse dado aponta que entre os associados nativos da comunidade não existe nenhuma pessoa que tenha iniciado ou concluído o ensino superior, por um lado, cursar o ensino superior implica sair da comunidade e ir para a cidade.

A grande questão de sair da comunidade é a falta de condições financeiras das famílias para manter as despesas de membros morando na cidade, além do risco de cair em situação de vulnerabilidade social. Por outro lado, existe certa segurança, garantia de trabalho e renda dentro da comunidade para os membros adultos, uma vez que, a Associação busca mecanismos, atividades e projetos que resultam em apoio e manutenção socioeconômica a seus membros.

Gráfico 2 – Escolaridade dos membros da família pertencentes a Associação Floresta Nacional

Fonte: Dados da pesquisa (2020)

Analisando os dados, observou-se que 43% dos entrevistados possuem ensino fundamental incompleto. Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, em seu Art. 5º. estabelece que o acesso ao Ensino Fundamental é direito público subjetivo, podendo qualquer cidadão, grupo de cidadãos, associação comunitária, organização sindical, entidade de classe ou outra legalmente constituída, e, ainda, o Ministério Público, acionar o Poder Público para exigi-lo (BRASIL, 1996).

Nesse sentido, destaca-se que em Jamaraquá o Ensino Fundamental nos anos iniciais, do segundo ao sexto ano, (seis a dez anos) é oferecido na modalidade multisseriado, por meio da Escola de Ensino Fundamental João Paulo II (Figura 10), funcionando em espaço construído por puxirum pelos sócios da ASMORJA. Mesmo sendo considerada grande conquista para a comunidade por meio da associação, esta escola não oferece espaço adequado com infraestrutura necessária a comodidade e aprendizado das crianças.

Com relação às condições de moradia, foram identificados três tipos de construção nas residências, sendo: alvenaria (tijolo com revestimento/tijolo sem revestimento), madeira e mista (madeira/tijolo). Observou-se predominância das residências no estilo alvenaria com e sem revestimento e de madeira (Figura 11); a cobertura predominante nesses dois tipos de moradia é de telha de fibrocimento.

Figura 10 – Escola Municipal de Jamaraquá



Fonte: Dados da pesquisa (2020)

Figura 11 – (1) Moradia tipo alvenaria sem revestimento; (2) Moradia tipo madeira

Fonte: Arquivos da pesquisa (2020)

Na Tabela 5, é possível observar, a predominância de residências com construção própria, ou seja, construída apenas com fundos do próprio associado, sem colaboração de capital externo que somam 82,5%. As demais residências (17,5%) foram adquiridas por meio do Programa Nacional de Habitação Rural - PNHR⁵, do Governo Federal (Figura 12).

Destaca-se que do total dos entrevistados 15% foram beneficiadas na comunidade. Segundo relatos dos moradores, o PNHR começou a dificultar o acesso ao financiamento das casas, o que diminuiu em muito o número de pessoas beneficiadas nos últimos anos.

Tabela 5 – Condições de moradia por predominância de material e forma de aquisição município

Forma de Aquisição	Moradia de Alvenaria	Moradia de Madeira	Moradia Mista	Moradia de Palha	Total Geral
Construção própria	5	6	21	1	33
Programa do governo	6		1		7
Total Geral	11	6	22	1	40

Fonte: dados da pesquisa (2020)

⁵ O PNHR foi criado pelo Governo Federal no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida, através da Lei 11.977/2009 e com a finalidade de possibilitar ao agricultor familiar, trabalhador rural e comunidades tradicionais o acesso à moradia digna no campo, seja construindo uma casa ou reformando/ampliando/concluindo uma existente (BRASIL, 2009).

Figura 12 – Moradia construída por meio do Programa Nacional de Habitação Rural



Fonte: Arquivos da pesquisa (2020)

Em relação à disponibilidade e acesso à infraestrutura básica (energia elétrica, abastecimento de água e esgotamento sanitário), 97,5% dos entrevistados informaram que dispõem de energia elétrica, por meio da concessionária Equatorial implementada por meio do Programa Luz para Todos. Observou-se predominância pelo microssistema de água comunitário sendo informado por 97,5% dos entrevistados. Conforme resultados da pesquisa, 77,5% dos entrevistados relataram que utilizam como forma de esgotamento sanitário a fossa séptica e 22,5% informaram que utilizam fossa rudimentar.

Apesar da disponibilidade de energia elétrica facilitar o desenvolvimento socioeconômico, seja individual ou comunitário, estudos realizados por Morante Trigo (2004) mostram que o serviço deve vir acompanhada de iniciativas e ações que abranjam a saúde, a educação, a produção e muitos outros setores complementares. Mesmo a comunidade sendo contemplada com o Programa Luz para Todos, esse serviço básico essencial não alcançou a todos os moradores da comunidade, constatou-se um morador sem acesso ao serviço de energia elétrica, utilizando lamparina como fonte de iluminação, o mesmo habita em uma pequena casa sem paredes, coberta de palha sem nenhuma mobília, somente o fogo a lenha no chão e a rede de dormir expostos na moradia, situação que denota grande vulnerabilidade social, considerando limitações até mesmo para aquisição de alimentos.

Apesar de todo o aparato utilizado pela ASMORJA para dar assistência aos seus membros, existem situações que fogem ao controle da Associação e demonstra fragilidade no que diz respeito à resolução de conflitos internos que ocorrem entre os membros, o que pode

ocasionar, assim como no caso observado no parágrafo anterior, isolamento social e exclusão no acesso aos benefícios da associação.

Na comunidade de Jamaraquá, ocorre variação na renda conforme período de baixa e alta temporada, a baixa temporada, janeiro a maio, período chuvoso com menor ou sem fluxo de visitação de turista, quando a renda dos associados diminui, enquanto que na alta temporada, junho a dezembro, com maior volume de turistas, ocorre aquecimento na economia local e de modo geral das comunidades da FLONA. Os meses considerados de alta temporada são identificados em estudos realizados por Barros et al. (2018) como principal período de visitação turística na comunidade de Jamaraquá.

As atividades turísticas são consideradas pelos entrevistados indispensáveis para o fomento da economia local, uma vez que aumenta o poder de compra das famílias e favorece condições para superar o período de baixa temporada. Para Bezerra e Pinto (2018), o turismo é a principal fonte de renda das famílias na comunidade Jamaraquá, uma alternativa para o desenvolvimento comunitário e oportunidade de autonomia no processo de gestão da organização. O turismo ecológico é um dos segmentos econômicos praticado na comunidade e que promovem a economia visando o desenvolvimento sustentável, reconhecendo a importância da cultural local, onde o termo “ecoturismo” é destacado por Silva (2015) que discorre que as atividades desse segmento promovem a economia visando o desenvolvimento sustentável, reconhecendo a importância da cultural local.

Vários estudos apontam a atividade que envolve o turismo na FLONA Tapajós como “ecoturismo”. A exemplo de Santos (2014) que discute avaliação da gestão da FLONA Nacional do Tapajós, na percepção dos moradores da comunidade de Maguari. Outro estudo é o de Silva (2018) que menciona o ecoturismo, fazendo análise da implantação de pousadas na comunidade de Jamaraquá e o de Spinola e Castro (2012) que analisaram o ecoturismo e gestão participativa em áreas protegidas.

No entanto, os associados da ASMORJA identificam essa atividade como “Turismo de Base Comunitária”, expressão que os fazem sentir melhor representados. Esse entendimento se justifica pela dinâmica da economia onde os comunitários e suas respectivas atividades estão relacionadas ao turismo, seja com maior ou menor intensidade de envolvimento na organização socioeconômica.

A atividade do turismo, principal fonte econômica para 50% dos entrevistados, propicia aos associados renda média mensal de R\$936,32, que somada à renda dos demais membros da família representa média mensal R\$1.510,00, podendo variar entre R\$600,00 a

R\$3.500,00, dependendo da temporada. A Tabela 6 demonstra as principais atividades que geram renda aos associados da ASMORJA, seja renda principal ou complementar.

Tabela 6 - Fonte de renda principal e complementar informado pelos participantes da pesquisa

Atividade	Fonte de renda principal	%	Fonte de renda complementar	%
Turismo	20	50	5	12,5
Pesca Artesanal	0	0	2	5
Agricultura	3	7,5	4	10
Extratativismo	0	0	7	17,5
Artesanato	4	10	2	5
Outros	13	32,5	20	50
Total	40	100	40	100

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Referente a economia familiar nas comunidades tradicionais da Amazônia, Calderon (2013) pondera que a principal fonte de renda tem por base a extração dos recursos naturais, principalmente não madeireiros, tanto para a comercialização *in natura* quanto para a confecção de artesanatos e outros produtos, confeccionados na maioria das vezes por mulheres, além da prática de agricultura de subsistência.

Vale destacar que não foram utilizados os dados sobre a variável da aposentadoria, serviço público e nem das transferências governamentais (bolsas de fomento), ainda que essas variáveis façam parte da composição da renda familiar, esses dados foram deixados em segundo plano para não fugir ao interesse precípua desta fase da pesquisa que é a geração de renda por meio de trabalhos realizados na comunidade sob a governança da ASMORJA.

4.3 Principais Atividades Econômicas dos Associados (as) da ASMORJA

4.3.1 Turismo de Base comunitária - TBC

Os entrevistados, sócios da ASMORJA ao mencionarem o trabalho com o TBC, destacam também a realização do extrativismo e fabricação de artesanatos, pois consideram essas atividades importantes e prestigiadas pelos turistas. Os sócios (as) conservam a prática de coleta de frutos alimentícios e matéria-prima na floresta para confecção dos produtos artesanais como: castanha, bacuri, sementes, palhas cipós, raízes, látex, dentre outros.

Mesmo exercendo tais atividades, percebeu-se que não é comum os associados (as) se identificarem como extrativistas e artesãos, pois compreendem que o turismo engloba as várias atividades que desenvolvem. Nesse aspecto Barbosa (2005, p 110) ao tratar do turismo como um fator de desenvolvimentos local define como “oferta turística o conjunto dos fatores naturais, equipamentos, bens e serviços”, capaz de gerar total satisfação ao turista. Assim sendo, o (a) guia turístico da ASMORJA, além da receptividade e acolhimento durante a permanência do visitante na comunidade, apresentam os elementos naturais e a biodiversidade: floresta, pequenos animais, insetos, igarapés, igapó, e pôr fim a maioria comercializa os produtos artesanais confeccionados a partir do extrativismo.

Essa atuação observada na pesquisa sobre o (a) guia turístico dialoga com Pinho (2018, p, 98), ao tratar sobre o uso e ocupação da terra na FLONA do Tapajós, enfatiza que os (as) guias são capacitados pelo ICMBio para exercício da atividade e durante os passeios fazem apresentação do “ambiente e das espécies de animais e vegetais existentes”. Assim, percebe-se que parte dos guias de turismo de Jamaraquá também é extrativista, artesão, ajudante de artesão e/ou comerciante de artesanato, além de anfitrião conhecedor (a) da comunidade e seus atrativos, conforme fala de membro da diretoria durante a reunião.

O turismo mudou a vida aqui na comunidade todas as famílias sabem o quanto é importante receber bem o turista, ter a comunidade limpa e explicar tudo que o turista quer saber nas trilhas da floresta, do igarapé, o turista tem que sair daqui satisfeito. Um dos atrativos turísticos são as trilhas, aqui temos de várias distâncias, a trilha do Piquiá tem aproximadamente 8.400 metros, três horas e meia de caminhada ida e volta; a trilha para Igarapé do Paulo explorada em 2018 tem aproximadamente 11 km, nesta trilha tem o igarapé que é a coisa mais linda e ainda temos a mini trilha que são 2.400 metros (DIRETORIA DA ASSOCIAÇÃO, 2020).

Barros et al. (2018) destacam as trilhas da floresta mais conhecidas que são as do Piquiá e da Castanheira, rotas em que os turistas podem conhecer seringais, a prática de extração do látex, árvores centenárias, frutos e seus benefícios, plantas medicinais, casa do seringueiro, vestígios arqueológicos, roças e o mirante, bem como, acessar o igarapé do Jamaraquá que possui imensa beleza natural. Moreira e Burns (2015, p.3) dizem que a comunidade “apresenta cenário paradisíaco, além de praia e trilhas o visitante também pode ter acesso ao passeio de canoa pelo igarapé”.

O passeio na trilha ocorre em grupo (Figura 13), o pacote envolvendo cinco pessoas custa em média R\$100,00 (cem reais) e para dormir na floresta o valor cobrado é de R\$ 200,00 (duzentos reais), desse valor arrecadado 80% ficam com o responsável pela execução da atividade e 20% é destinada a associação. Essa organização financeira é destacada na

pesquisa de Barros et al. (2018), como forma de o turismo beneficiar a todos, tanto famílias quanto a associação da comunidade.

Durante os passeios fica explícito o respeito dos guias pela natureza e os seres místicos existentes que podem causar encantamento, em relatos de fatos ocorridos o Guia (01) explica que “nunca é bom andar sozinho na floresta, já houve situação de espíritos da floresta aparecerem a alguém através de uma caça e a pessoa vai atrás da caça e resulta ficando perdido na mata”. Nesse sentido, Figueiredo e Barros (2016) destacam que as estruturações desses conhecimentos se originam das relações que as populações etnicamente estreitam com a natureza, considerando os saberes tradicionais que devem ser valorizados e podem ser tomada como ponto de partida dos debates sobre a conservação e forma de manejo do sócio-biodiversidade na terra.

Figura 13 – (1) Grupo de Turista saindo da comunidade Jamaraquá para trilha; (2) Trilha do Igarapé da Terra Preta



Fonte: Arquivo da pesquisa (2020).

Na época da cheia do rio Tapajós, as águas inundam a floresta das margens do igarapé Preto, propiciando passeio de canos entre as árvores, ambiente denominado de igapó (Figura 14) pelos entrevistados, alternativa muito requisitada pelos turistas, pela beleza do local, possibilidade de observação dos animais (aves, jacarés, insetos. etc.) e pelo conhecimento *in lócus* dessa vivência de populações tradicionais de Jamaraquá.

Figura 14 - Floresta alagada (Igapó)

Fonte: Arquivo da pesquisa (2020).

Dessa forma, compreende-se que o turismo em Jamaraquá potencializa a geração de renda dos associados da ASMORJA de forma sustentável, através das atividades desenvolvidas na comunidade, propiciando aos turistas inter-relações nas práticas de extrativismo, produção e comercialização, além dos diversos serviços que incluem hospedagem, alimentação dentre outros.

4.3.2 Extrativismo e artesanato

Nas observações dos associados da ASMORJA, o extrativismo é uma atividade que faz parte do cotidiano das famílias de Jamaraquá e está relacionado com aquisição de alimentos e de matéria-prima para produção dos artesanatos. Essa atividade é historicamente desenvolvida pelas populações da região e estreitamente tem se relacionado com TBC. Silva (2015), ao tratar sobre o extrativismo na FLONA Tapajós, destaca a existência de floresta primária onde os comunitários podem coletar sementes e outros produtos, retirando da floresta piquiá, castanha, tucumã, mel de abelha, breu, cipó, uxi, bacaba, copaíba e Jutaí, a maioria dos produtos é usada para consumo, além desses também extraem andiroba (*Carapa guianensis* Aubl.) , seringa, leite de sucuba (*Himatanthus sucuuba* (Spruce) Woodson) (MMA, 2004), dentre outros, que são muito utilizados pela população local.

As artesãs e artesãos trabalham manualmente, na confecção da biojoias, principalmente de látex e sementes, deixando-as com um aspecto natural, entretanto buscam aperfeiçoamento das técnicas de trabalho através de cursos de capacitação, através das parcerias estabelecidas entre a associação e entidades externas como as ONGs. Além da biojoias outros produtos são confeccionados, como cadernetas, bolsas, sandálias, dentre

outros (Figura 15). Santos et al. (2018) destacam que a produtividade do artesanato produzido na comunidade Jamaraquá se dá por mulheres com apoio dos esposos e filhos, principalmente na aquisição de matéria-prima.

Figura 15 – (1) Artesanatos de sementes e látex (biojoias); (2) Sandálias de látex



Fonte: Arquivo da pesquisa (2020)

As artesãs realizam as atividades em suas residências e para comercialização se revezam atendendo na lojinha organizada para exposição e comércio dos produtos, local de grande circulação de turistas. Outro ponto de venda é apresentado por Santos et al. (2018) onde as artesãs da ASMORJA têm enviado seus produtos para ser comercializado no Cristo Rei – Centro de Artesanato do Tapajós⁶. De acordo com a pesquisa, algumas associadas consideram o espaço competitivo para venda dos produtos, devido à exposição de produtos de diversas comunidades ribeirinhas e indígenas no local, “difícil a gente mandar nossos produtos para vender em Santarém porque demora, lá tem muitas lojas de artesanato no mesmo local, aqui na comunidade quando é época de receber turista, a gente vende muito rápido nossos produtos”.

Entrevistados expõem que existe uma interdependência dos artesãos com a natureza, pois sabem da importância dos recursos disponíveis, do modo sustentável a se utilizar, bem como da autonomia propiciadas às comunidades a partir desses elementos. Isso reflete na percepção de Sarmiento (2014), que diz que na comunidade de Jamaraquá as sementes e fibras utilizadas no artesanato são retiradas da natureza, com baixa dependência de produtos

⁶ Centro de Artesanato do Tapajós, inaugurado em junho de 2015 após restauração no prédio histórico pertencente à Diocese de Santarém. Composto por 12 lojas para exposição de produtos artesanais e uma loja para plantas e flores artesanais. Fonte: RG 15/O Impacto e CCOM/PMS (2015). Disponível em: <<https://oimpacto.com.br/2015/06/23/nos-354-anos-de-santarem-cristo-rei-centro-de-artesanato-do-tapajos-e-entregue-a-populacao/>>. Acesso em 29 de dez. 2020.

comprados fora da comunidade e Guerra (2008) quando afirma que no processo de produção dos artesanatos, usa-se matéria-prima extraída com baixo impacto ao ecossistema.

Nesse sentido, Silva (2014), em estudo realizado com as mulheres coletoras de sementes na FLONA Tapajós, destaca que a floresta é um espaço “natural” apropriado às coletoras de sementes que é exercício da atividade laboral, que requer conhecimentos práticos para extrair os recursos ali existentes. As coletoras de produtos naturais aprendem desde cedo a identificar as sementes mais resistentes, onde encontrar, período do ano, perecibilidade etc., isso representa profundo conhecimento sobre as dinâmicas ecossistêmicas e etnoconhecimento das populações da FLONA Tapajós.

Diante disso, ressalta-se que as atividades de extrativismo fazem parte da vida das famílias de Jamaraquá e são passadas de gerações em gerações, elas são exercidas tanto para promover renda as famílias, quanto para alimentação. A realização dessas atividades esta imbuída de conhecimentos tradicionais e respeito à natureza, uma vez que, extrativistas reconhecem a contribuição dos recursos naturais para vivencia das famílias em sua comunidade.

4.3.3 Agricultura

No que se refere à agricultura, a mandioca (*Manihot esculenta* Crantz) (MMA, 2004) é o principal cultivo, mas poucas famílias exercem a atividade, somente 7,5% dos entrevistados cultivam mandioca e produzem farinha, a maioria compra farinha para o consumo. As áreas cultivadas somam em média dois hectares por ano, sempre aproveitando áreas de capoeira. Ao fazerem a farinha, aproveitam outros derivados da mandioca como: tapioca, tucupí, bejú dentre outros, para alimentar a família, havendo excedente comercializam ou trocam na comunidade por outros produtos ou serviços.

Comparando a outros estudos, observa-se diminuição na produção da farinha, Cromberg e Greco (2005) destacam que a maioria das famílias da FLONA do Tapajós possuíam casas de farinha e utilizavam o produto como principal fonte de renda. Em Jamaraquá os mais antigos moradores rememoram que “antigamente” toda família tinha sua casa de farinha e hoje não se vê mais, das poucas que ainda existem na comunidade, a maioria está desativada e sem uso, assim como o forno que se verifica na figura 16. Nessa comunidade a farinha ainda é alimento bastante utilizado, porém pouco produzida.

Figura 16 - Estrutura de casa de farinha desmontada e sem uso atualmente na comunidade



Fonte: Arquivo da pesquisa (2020).

Observou-se nos diversos relatos feitos pelos moradores que devido ao esforço físico exigido no cultivo da mandioca, produção de farinha e seus derivados ocorreu a migração das famílias produtoras de farinha para outras atividades menos exaustivas do que a roça, as quais oportunizaram renda. Essa mudança está diretamente ligada às alternativas encontradas ao longo do tempo, que possibilitaram melhorias e garantia de recursos financeiros para sobrevivência a partir do uso da floresta e seus elementos naturais, configurando um modo sustentável de viver.

As mudanças de atividades ao longo do tempo na comunidade, está relacionado com o fortalecimento da ASMORJA que realiza parcerias para buscar novas alternativas de trabalho as famílias, utilizando a floresta e seus recursos naturais, bem como capacitações para os associados (as). Espada e Vasconcellos Sobrinho (2015) destacam que as parcerias contribuem para criação de redes sociais e produtivas, sucedendo no empoderamento dos envolvidos e na governança ambiental, de forma a efetivar o desenvolvimento comunitário.

4.3.4 Pesca Artesanal

O peixe é o principal alimento das famílias, quando o comunitário vai pescar e é farta a pescaria por vezes comercializam o excedente na própria comunidade, em especial para pousadas e restaurantes que atendem turistas. Nos últimos anos está diminuindo o pescado no rio Tapajós e Igarapés, conforme relato do entrevistado “antigamente na floresta alagada ou mesmo no rio, rápido se fazia uma pescaria, porque tinha muito peixe, mas agora caiu muito à quantidade, tem dia que tá bastante ruim de peixe”.

Essa diminuição de pescado decorre de vários fatores. Para Barros et al. (2018), existem conflitos pelo uso dos recursos pesqueiros envolvendo a pesca comercial predatória,

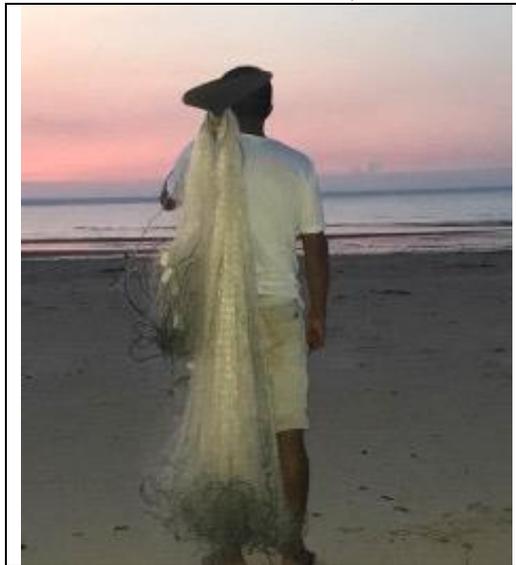
onde geleiras de outros lugares, como Santarém, invadem a área de pesca da comunidade em busca de peixes.

Ainda observando a inter-relação das famílias com os rios e igarapés, para aquisição de um dos principais alimentos que é o pescado, Sousa et al. (2018, p. 178) ao pesquisarem sobre a resistência de pescadoras de Santarém, no Pará, para a preservação do lago do Maicá, destacam a existência de forte ligação da pesca artesanal com o meio ambiente, assim como a relação do consumo alimentar das pessoas com o pescado, o dia a dia dos comunitários se dá numa inter-relação ecológica estabelecida com o lago. No caso de Jamará também têm destaque os igarapés e o rio Tapajós, estando os pescadores atentos a períodos de cheia e vazão num entendimento de como lidar com esses sistemas aquáticos em seus respectivos períodos, zelando para que não se esgote o pescado.

“Aqui não pescamos de arrastão, só com tarrafa, anzol, arpão e já tem algumas pessoas que nem pesca mais, tem época que pegamos vários tipos de peixes, seria muito bom que todas as pessoas pensassem em preservar, seja os mais velhos e também os mais novos, porque mesmo nos fazendo nossa parte a gente vê que muita coisa já está mudando de antigamente para cá, teve época que já bebemos água do igarapé e até do rio, agora não se pode mais fazer isso porque pode se adoecer” (ENTREVISTADO Nº 11, 2020).

Ademais, associados enfatizam que o rio, igarapés e lagos são utilizados para a pesca artesanal (Figura 17), lazer e passeios de canoas nas atividades com os visitantes, esses ambientes devem ser usados com zelo para que não haja degradação e possa servir para manter as famílias presentes e as futuras gerações.

Figura 17 - Pescador da comunidade, sócio da ASMORJA



Fonte: Arquivo da pesquisa (2020).

Assim, observa-se que parte dos (as) associados (as) da ASMORJA em Jamaraquá referenciam os elementos naturais destacando sempre a importância da conservação desses recursos e da dependência que as famílias têm dos produtos da natureza, para continuar habitando na comunidade com suprimento de suas necessidades.

4.3.5 Uso da fauna e flora

Quando perguntado aos entrevistados se usa a fauna nativa, 55% disseram que sim, caçam para o consumo familiar, compreendendo que essa atividade contribui para subsistência, contudo não pode ser desenvolvida para comercialização. Isso se reforça por Barros et al. (2018) quando informam que a prática é proibida no interior da UC, e permitida apenas de forma manejada e para subsistência das famílias locais.

Nesse sentido, vale destacar o entendimento de Betti e Denardin (2013) quando trata de desenvolvimento local em UC, aborda que os recursos da natureza em áreas protegidas, devem ser utilizados em atividades para subsistência dos comunitários, empenhando-se pela representação sociocultural e garantia dos direitos.

Também se investigou se existe corte e uso da vegetação nativa na comunidade de Jamaraquá, 70% dos entrevistados responderam que sim, com propósito apenas para o consumo para construir casas, canoas e outras atividades que necessitem no dia a dia das famílias, não para comercialização, dando prioridade ao uso de florestas secundárias e quando para realização de roçados preferem área de capoeira.

De acordo com os sócios há consciência da forma como se deve manejar a floresta na UC e o processo de comercialização de madeira só seria possível com autorização do ICMBio através de Plano de Manejo. Essas práticas são compatíveis ao que destaca Silva (2014) quando se refere que o êxito na manutenção da biodiversidade e sociobiodiversidade do planeta é indispensável para práticas que incentivem a sustentabilidade de ações relacionadas às populações tradicionais e ao meio ambiente.

As relações entre os associados da ASMORJA e o ambiente local constituem segundo Silva (2014), importante acervo cultural dos moradores da FLONA Tapajós, transmitido por meio de conhecimentos de geração para geração. Além disso, a relação estabelecida com a floresta é permeada de valores éticos e morais, orientando as formas de exploração dos recursos naturais. O autor aponta que as populações tradicionais que mantêm relação estreita com o espaço natural, enxergam para além de sua dimensão material,

resultando num saber prático que aglutina as esferas do material e do invisível que compõem a realidade local.

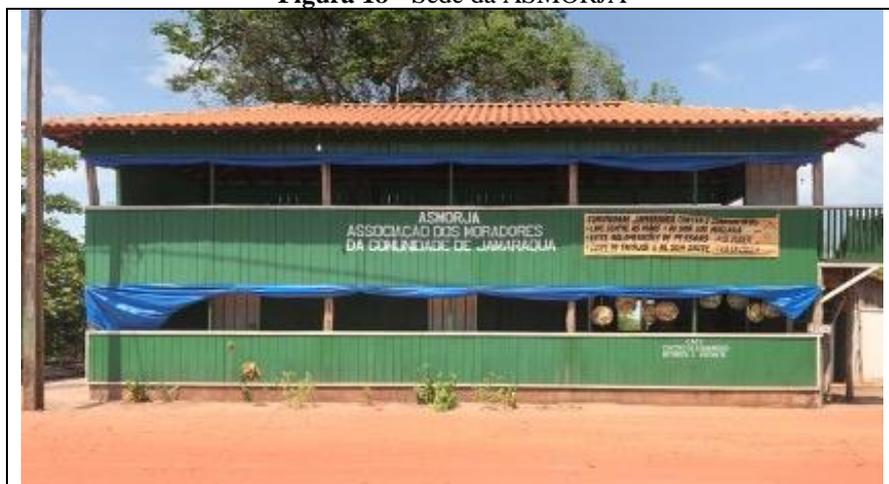
Desse modo, se evidenciam as percepções dos associados no que tange a sua relação no interim da associação, mas o assunto extrapola ao associativismo, ou seja, o trabalho coletivo ganha dimensão internacional associado/associação e natureza envolvendo os recursos naturais, biodiversidade e as forças invisíveis que protegem e guardam as florestas, os rios, igarapés, igapós, etc.

O conhecimento tradicional dos anciãos e anciãs de Jamaraquá que são repassados de geração a geração ensina aos mais novos que os seres encantados e invisíveis (representados e reconhecidos pelos moradores das comunidades da FLONA Tapajós) devem ser respeitados, esse conhecimento tradicional envolve as formas de organização cultural, política e social das pessoas que vivem na comunidade. No próximo tópico serão explicitadas as percepções dos associados da ASMORJA, sobre as questões sociais, políticas e ambientais que permeiam o processo organizacional.

4.4 Aspectos Socioeconômico e Cultural da ASMORJA à Luz da Governança Ambiental

Neste tópico, será abordado o contexto da ASMORJA (ver sede de associação na figura 18), atuação e atividades voltadas aos aspectos sócios econômicos, produtivos e culturais, em interface a utilização dos recursos ambientais. Sobretudo compreendendo os elementos que alicerçam a governança da associação para o desenvolvimento local, com base na percepção dos associados.

Figura 18 - Sede da ASMORJA



Fonte: Arquivos da pesquisa (2020)

A entidade é uma organização sem fins lucrativos de direito privado, gerida por coordenação composta de: presidente, vice-presidente, secretário vice-secretário, tesoureiro e vice tesoureiro, dois conselheiros fiscais e dois suplentes, essa gestão é a mesma que administra a comunidade Jamaraquá, a qual tem grande maioria dos habitantes associados na ASMORJA.

4.4.1 Parcerias da ASMORJA

A governança da ASMORJA perpassa por interação, articulação e/ou parcerias com diversas organizações no âmbito da UC, visando contribuir potencialmente para o desenvolvimento local e sustentabilidade ambiental. As parcerias se estabelecem numa relação de conservação dos ecossistemas e bem estar social, a partir do uso dos recursos da natureza, fator relacionado com a qualidade de gestão e governança. A habilidade de articulação entre os diferentes atores possibilita ascensão nos trabalhos de gestão ambiental e local, não havendo essas parcerias o crescimento pode retroceder (ESPADA et al., 2018).

Nesse sentido, vale destacar algumas organizações parceiras a exemplo da Federação das Organizações e Comunidades Tradicionais da FLONA do Tapajós, entidade formada pelas associações da FLONA do Tapajós, fundada em 2004, de grande importância no contexto da gestão da FLONA Tapajós. A federação tem o papel de articular, debater e buscar soluções às situações diversas na UC, dedicou-se às questões fundiárias, tendo como pauta demandada a aquisição do contrato com o ICMBio para obtenção do direito real de uso de partes da Unidade de Conservação (ICMBIO, 2019).

Também é plausível enfatizar a relação da ASMORJA com a Associação - ASMIPRUT⁷ alinhando-se aos objetivos comuns, esta última trata-se de uma associação intercomunitária composta por diversas comunidades, dentre as quais, Jamaraquá também faz parte. De acordo com relatos dos entrevistados, a ASMIPRUT, efetivamente tem contribuído para o fortalecimento das comunidades, dado ao engajamento por implementação de políticas públicas, projetos de captação de recursos e conquistas na aquisição do direito a execução do Plano de Manejo Florestal Sustentável, além de debater temas diversos em defesa das comunidades, principalmente relacionados à regularização fundiária (ICMBIO, 2019).

⁷ Associação Intercomunitária de Mini e Pequenos produtores Rurais e Extrativistas da Margem Esquerda do rio Tapajós organização que abrange as comunidades: Piquiatuba, Pedreira, Jaquarari, Acaratinga, Maguari, São D-ASMIPRUT Domingo, Jamaraquá e Revolta. As organizações intercomunitárias a partir de 1998 passaram a dialogar com as comunidades e o IBAMA sobre a implementação do Plano de Manejo Florestal Sustentável (ICMBIO, 2019).

Para a diretoria da ASMORJA, a grande base de apoio da organização é o ICMBio, órgão gestor da FLONA do Tapajós, cuja inter-relação vivenciada e trabalho dos associados, seguem as orientações da instituição federal, amparadas pelo SNUC, Lei 9.985/2000, visando equilíbrio entre as famílias moradoras da comunidade e o uso sustentável dos recursos naturais. Essa parceria entre a associação e o órgão gestor da UC, propicia o fortalecimento da gestão da associação no processo organizacional, principalmente em casos de descumprimento das normas de convivência comunitária e diretrizes ambientais, conforme pode ser constatado no relato a seguir.

Aqui a gente trabalha, usa os benefícios da floresta conforme o que manda o ICMBio, quando alguém está trabalhando de forma errada essa pessoa é orientada, as vezes é feita uma reunião para tratar do assunto, quando não resolve na comunidade aí só o ICMBio pode resolver porque é ele o gestor geral aqui da FLONA (ENTREVISTADO Nº 22, 2020).

No contexto organizativo da Associação, as parcerias com ONGs ocorrem em diversos aspectos, especialmente no que diz respeito a orientações para a execução de projetos na comunidade. Dentre as organizações, os entrevistados destacaram o Instituto de Estudos Integrados Cidadão da Amazônia – INEA, por desenvolver ações de capacitação contribuindo para o incremento da renda das famílias de Jamaraquá, “O INEA é muito importante para a associação porque trouxe o conhecimento para se trabalhar com o látex e para fazer mantas e outros produtos, artesanais nas oficinas [...]” (ENTREVISTADO Nº 09, 2020).

Também destacaram a parceria com o PSA, considerada pela maioria dos comunitários, como importante organização. A entidade tem realizado ações geradoras de benefícios para Jamaraquá e comunidades vizinhas, principalmente relacionadas à saúde e qualidade de vida das famílias, a exemplo da realização de cursos de capacitação e cuidados com a água, conforme Santos (2019, p. 120) o projeto desenvolve atividades dentro da UC desde 1987.

No contexto das parcerias o Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia - IPAM é percebido como organização efetiva nas ações em comunidades da FLONA do Tapajós, primando por ações de conservação ambiental, proteção da floresta e biodiversidade. Cromberg e Greco (2005) realçaram ações do instituto, como capacitações para bom uso do fogo, qualificando os comunitários para realização de queimadas controladas e práticas do cultivo agroecológico.

Aquí a associação recebe muitos apoios de entidades, o PSA tem dado grande ajuda à comunidade, com vários projetos, hoje a associação tem carro, temos nosso microssistema de água e outros projetos que nos ajudou. Também o IPAM já trouxe

alguns benefícios para a associação, deu curso, mais conhecimento sobre o uso de fogo, para não queimar a floresta, muitas parcerias chegam para nossa associação, isso é muito importante para nós (ENTREVISTADO N° 18, 2020).

Os associados ressaltam que a ASMORJA e demais associações da FLONA do Tapajós, por meio da Federação, se inter-relacionam com a COOMFLONA na execução dos planos e programas estabelecidos no Plano de Manejo Florestal Sustentável-PMFS e projetos derivados. Tal relação possibilita às comunidades alguns benefícios, principalmente porque a maioria dos cooperados são de comunidades da UC, entre os quais seis pertencem a Jamaraquá. Como se constitui em terra pública, a comercialização da madeira, beneficia tanto aos comunitários que estão diretamente envolvidas no manejo quanto as comunidades em geral, principalmente pelo fundo corroborativo direcionados as iniciativas dos comunitários não cooperados (SOUSA et al., 2019).

Em sua maioria, os projetos realizados na FLONA Tapajós englobam várias associações e suas respectivas comunidades, como forma de beneficiar maior quantidade de público dentro da UC. A ASMORJA é contemplada por vários projetos, especialmente porque as atividades da Associação têm relação direta com a natureza: extrativismo para consumo, produção de artesanato manual e o turismo de base comunitária sustentável com práticas tradicionais.

Nesse sentido, um exemplo é o projeto em desenvolvimento da Conservação Internacional Brasil, financiado pelo Fundo Amazônia, cujo objeto trata da implantação de uma serraria em parceria com a COOMFLONA, ações de fortalecimento organizacional na UC e chamada pública voltada para a cadeia produtiva não madeireira (SANTOS, 2019). Para lideranças que assumem a organização comunitária, esse projeto aponta novas perspectivas na gestão da ASMORJA, principalmente no âmbito da capacitação para melhoria da qualidade dos produtos oriundos do extrativismo (biojoias), inserção em estratégias empreendedoras de comercialização e novos conhecimentos aos (as) associados (as).

A ASMORJA mantém relação com o STTR de Belterra, sobretudo por se tratar de entidade que ao longo dos anos tem realizado diversos trabalhos, principalmente de capacitação junto à comunidade, voltados à seguridade de direitos dos (as) trabalhadores (as), inclusão e justiça social. No entanto apenas 6,6% dos entrevistados da entidade, atualmente estão vinculados ao Sindicato, sob a justificativa de que pouco se sentem representado, especialmente no que tange a aposentadoria rural. Outra questão diz respeito ao valor da contribuição mensal, que segundo os associados onera o orçamento familiar, conforme pode ser verificado no relato do entrevistado, a seguir.

“Os sócios às vezes não participam de várias organizações que poderiam porque se torna caro, o associado da ASMORJA paga dois reais para ASMIPRUT e um real para ASMORJA, parece barato, mas existem outras taxas, STTR tem o boleto mensal de vinte reais, além disso, pagamos água do microssistema na comunidade e energia elétrica” então é muito dinheiro que sai da renda do comunitário” (ENTREVISTO Nº 18, 2020).

Por outro lado, participar em mais de uma organização é uma necessidade, mesmo tendo alto custo, pois as organizações representam os interesses dos membros dentro e fora da comunidade, visando melhorias a comunidade. Diante disso, observa-se que a ASMORJA interage com organizações, ações e projetos, isso se reflete nas atividades sociais produtivas, extrativistas e ambientais, desencadeando de forma colaborativa o desenvolvimento local.

A aquisição de projetos e/ou captações de recursos, são na maioria das vezes, provenientes das articulações externas com outras organizações, principalmente das ONGs parceiras, consideradas pelos associados de grande relevância no processo de captação de recursos e gestão de projetos.

Dessa forma, ver-se que a associação ainda convive com a deficiência de capacidade técnica para elaboração de projetos e captação de recurso, bem como de operacionalizar a gestão financeira, daí a dependência de outras organizações, isso reforça a percepção de Santos (2019) que aponta as associações como sendo pouco organizadas, com necessidades de capacitação técnicas de ONGs para captação de recursos.

Desse modo, a governança da ASMORJA se evidencia principalmente na organização interna, junto aos sócios, nas realizações de diversas atividades e nas participações representativas da comunidade junto a órgãos públicos e entidades não governamentais. As práticas internas decorrem de normas que estabelecem direitos e benefícios adquiridos aos sócios participantes das ações predefinidas em regimento interno da associação e/ou nas reuniões e assembleias.

4.4.2 Motivação para participação dos sócios na ASMORJA

O principal motivo para ingresso dos sócios na ASMORJA está relacionado à aquisição de direitos aos benefícios da Associação, como, infraestruturas sociais, participação em projetos e trabalhos realizados pela maioria dos membros. Essas ações são planejadas e articuladas pela associação, oportunizando aos associados condições de morar e trabalhar na própria comunidade, a exemplo de 13% dos entrevistados que se associaram com a finalidade

de usufruir dos bens e serviços da entidade, sobretudo, porque a estrutura da comunidade é provida pela associação e é utilizada por todos os moradores.

Tudo que temos na comunidade tem envolvimento da ASMORJA e nas reuniões a gente conversa sobre todas essas coisas, como o centro de atendimento ao turista, o esporte, as atividades da igreja, a escola, a coleta do lixo, os projetos e os trabalhos que são feitos com o turismo e o artesanato, por isso achamos que a associação está à frente das atividades (ENTREVISTADO N° 14, 2020).

Para a coordenação da ASMORJA as ações do turismo de base comunitária são muito importantes, pois fortalece a economia local, através de diversas atividades: extrativismo, produção de artesanato, serviços (pousadas, redários, restaurantes) dentre outros. Além disso, os envolvidos adquirem vínculos mais fortes com a comunidade, causando introspectivo sentimento de pertencimento da associação e da comunidade, e altruísmo as conquistas coletivas.

Mumic et al. (2016) ressaltaram que o associativismo é um meio necessário corroborativo, que aponta rumo aos trabalhadores para inserção no mercado. Mesmo considerando que o objetivo principal da organização associativista não é atividade econômica e sim a defesa dos interesses de um grupo de pessoas que descobriu na união de esforços uma solução mais próspera para determinados problemas.

Dos entrevistados, 30% afirmaram que os motivos para se associar decorre do interesse em contribuir com o crescimento da associação, no que tange a aquisição de projetos para a melhoria da comunidade, movidos pelo sentimento de valorização da cultura e de todo processo de luta de seus antepassados, assim se verifica no relato a seguir.

“Meu envolvimento com a associação é porque na geração passada, coordenadores de nossa associação, tinham dificuldade até mesmo para se expressar, eram analfabetos e não sabiam se defender, às vezes passavam a mão na cabeça das pessoas, e elas se aproveitavam, eram enganados, humilhados, quando precisavam falar em público às vezes choravam por não saber como falar. Isso me despertou o interesse de estudar e assumir cargos de coordenação da associação, a fim de defender a associação em qualquer situação ou lugar e lutar para melhoria da vida das famílias” (ENTREVISTADA N° 37, 2020).

Os relatos destacam que quando por algum motivo o (a) associado (a) necessita sair da comunidade para residir em outra localidade terá seu vínculo com a associação suspenso, mas se retornar a fazer moradia na comunidade deverá logo que possível reintegrar-se à ASMORJA. Os jovens residentes na comunidade ao completarem 18 anos são orientados a associar, há situação em que pais de jovens, sabendo da importância do vínculo com a associação, orientam os filhos ou até mesmo tomam iniciativa de levá-lo para associar-se.

É sabido que a participação de comunitários na associação deve acontecer livremente, sem nenhuma coerção, em cumprimento ao que expressa a Constituição Federal artigo 5º § XX “ninguém poderá ser compelido a associar-se ou a permanecer associado”. Contudo para a ASMORJA não há determinação de obrigatoriedade aos moradores de Jamaraquá a tornar-se associados, mas o acesso aos benefícios da Associação se limita aos sócios. Considerando que as famílias de Jamaraquá interessam receber políticas e projetos, isso por si só é um estímulo para associar-se. Em reunião com diretoria, o membro falou que “A diretoria não obriga ninguém a ser sócio da ASMORJA, mas esse é o melhor caminho para fortalecer associação e assim ela poder lutar para melhoria de todos da comunidade” (MEMBRO DA DIRETORIA, 2020).

De modo geral os membros da ASMORJA estão envolvidos nas ações da associação, em contrapartida a entidade se empenha em articular com empresas e outras organizações para fortalecimento do turismo de base comunitária e aquisição de projetos, prevendo que seus membros tenham trabalho e se beneficiem das conquistas. A maioria dos associados comentam que Jamaraquá se diferencia de outras comunidades, devido ao sistema organizativo da ASMORJA, onde os membros assumem responsabilidades com a estruturação da associação, numa dinâmica de manutenção dos espaços, bens e participação nas atividades de geração de renda, conforme mostra o Quadro 7.

Quadro 7 - Principais atividades coletivas da associação, segundo a percepção dos entrevistados.

• Puxirum semanal, limpeza dos espaços e de equipamentos da ASMORJA
• Reunião mensal de prestação de contas
• Assembleia ordinária
• Assembleias extraordinárias
• Capacitações
• Torneios de futebol
• Eventos para angariações de recursos (festas dançantes e promoções)
• Rezas e novenas
• Limpeza de trilhas e igarapé
• Trabalhos na festa do padroeiro (São Benedito)
• Rodízio nas atividades do turismo comunitário
• Colaboração em pesquisas de professores da UFOPA

Fonte: Dados da Pesquisa.

Para Gohn (2010, p, 17) “este é um novo momento na trajetória do associativismo brasileiro” considerando os movimentos sociais com atuação mais visível, sobretudo, organização de lutas para promoção de mudanças sociais. Nesse entendimento é fundamental a participação cidadã dos membros nas organizações. A reflexão da autora, em parte, se percebe nas expressões dos associados da ASMORJA, onde 85% dos entrevistados afirmam que participam das tomadas de decisões na associação, principalmente no interm das reuniões, sendo este importante espaço de debates e afinamentos das demandas da organização.

Existe algumas pessoas que não vem para reunião e depois quer saber o que foi dito lá acho isso muito errado porque todos associados devem saber seu papel dentro da associação, quando me perguntam o que houve na reunião eu digo para a pessoas participar das reuniões (ENTREVISTADO N° 01, 2020).

Essas concepções reveladas pelos entrevistados demonstram que de alguma forma existe o comprometimento de associados (as) com o desempenho da associação, seja no exercício da gestão, nas atividades, nos mutirões de manutenção dos espaços da organização e/ou nas discussões e debates. Esse engajamento dos membros da associação manifesta o espírito de coletividade, explicitado em entrevistas quando os sócios (as) consideram, a organização um espaço democrático no qual ocorrem às tomadas de decisões e oportuniza melhores condições para seus membros.

Entretanto existe entendimento da maioria dos membros que a participação na associação se aporta em sentir-se incluso nas conquistas da organização, principalmente em ações que possibilite aumento da renda familiar, não negando o compromisso e envolvimento de todos. Assim, Gohn (2010) ao tratar sobre ações coletivas civis na atualidade, inclui entre os movimentos sociais as associações, num rol de organizações que assumem responsabilidades vinculadas ao compromisso social e com o desenvolvimento sustentável, não apenas algo de cunho material, mas engajamento por construção coletiva de consciência social.

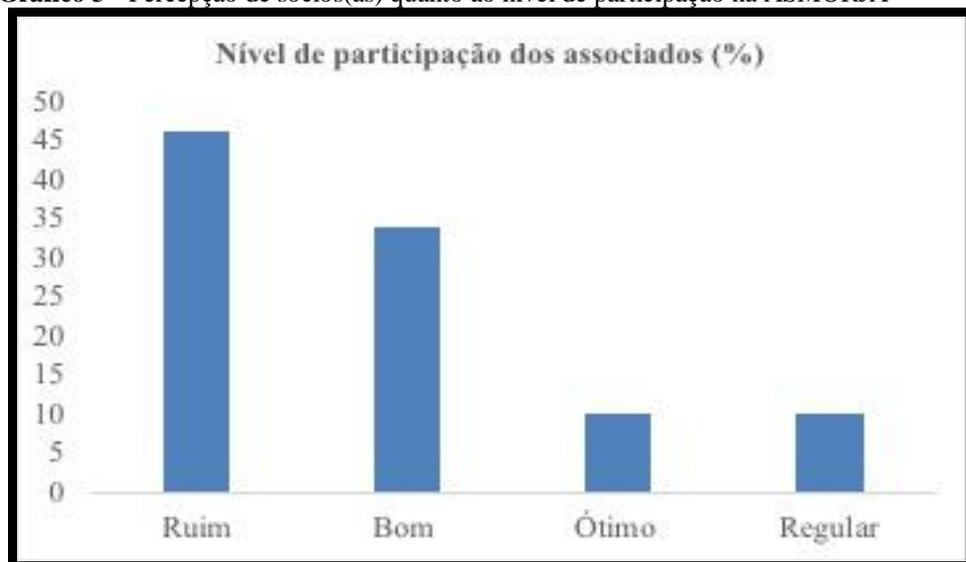
A pesquisa mostra que a participação dos associados (as) está relacionada as formas de comunicação, sobretudo com relacionamento entre associados e gestores, no que tange ao acolhimento dos membros e envolvimento destes nas ações colaborativas da organização. constatou-se que 85% dos associados participam das tomadas de decisão na Associação, 12% não participa e 3% participa as vezes, esse dado representa um alto nível de participação dos membros nas deliberações da ASMORJA. A participação efetiva dos membros resulta na melhor representatividade dos interesses dos associados nas ações da associação. Para a

diretoria é relevante tanto à presença dos membros quanto a efetiva participação nas discussões e atividades.

Na percepção da maioria dos entrevistados a participação dos sócios (as) na associação é ruim (Gráfico 3), devido à demanda de reuniões sem efetiva solução das questões, fato considerado como desperdícios de tempo. “Não gosto muito de ir para reunião porque lá se fala muito, mas não decidem quase nada” (ENTREVISTADO Nº 16, 2020). Outros associados dizem ir minimamente as reuniões porque a forma de mobilização não contempla a todos, se dá por meio da entrega de convite nos domicílios os quais nem sempre chegam ao destinatário.

No entanto para 34% a participação dos associados é boa, considerando que os eventos da associação são meios onde se expressa opiniões e fica atualizado dos assuntos discutidos na associação “ir às reuniões é muito bom, para gente saber o que está acontecendo dentro da associação, poder divulgar as decisões tomadas com verdade” (ENTREVISTADO Nº 02, 2020).

Gráfico 3 - Percepção de sócios(as) quanto ao nível de participação na ASMORJA



Fonte: da pesquisa (2020).

Ao perguntar aos sócios, quais incentivos para participarem ativamente da associação de forma colaborativa nas atividades, destacaram os vários cursos de capacitação, a maioria voltados ao aprimoramento do associado (a) no atendimento ao turista, qualificação para extração de matéria-prima, látex e coleta de sementes, produção de artesanatos e comercialização de produtos. Além disso, os associados (as) apontam a mobilização como meio de comunicação que contribui para participação das atividades da associação,

oportunizando que todos estejam informados dos acontecimentos, dar sua opinião e se integrar nas ações da organização.

Ajudei na fundação da associação e não deixo de participar das atividades da associação porque lá a gente delibera o que deve ser feito, como nosso trabalho também tem a organização da associação é muito importante acompanhar de perto as decisões. Se nos quiser que nossa comunidade melhore somos nós que temos de lutar e nos envolver em tudo (ENTREVISTADO, N° 31, 2020).

A participação nos eventos sociais da associação também é incentivo para alguns sócios, pois promove sentimento de colaboração e partilha na organização. Tais realizações se efetivam conforme o credo religioso, em Jamaraquá as famílias se denominam cristãs vinculadas à igreja da Paz ou a igreja Católica, pelas quais manifestam suas culturas religiosas. Dentre os eventos realizados destaca-se a festa de São Benedito, para qual a ASMORJA organiza seus membros em grupos e distribui as tarefas do festejo, além de homenagear o santo padroeiro, angariam recursos para investir nas atividades da igreja.

Para a maioria dos associados, principalmente os mais jovens, os torneios de futebol realizados em Jamaraquá e comunidades circunvizinhas são atrativos, proporcionam lazer e angariam recursos para manutenção dos times da comunidade. Mesmo com diversas atividades que estimulam os associados, há aqueles que dizem não ter estímulo para participar da associação, pois não se sente representados pela entidade.

Em relação a atuação dos sócios, 26% afirma que sua maior atuação consiste no pagamento da taxa mensal, outros 26% afirma que participa das reuniões da Associação, e 48% participa das ações coletivas da entidade. A associação possui variadas despesas para sua manutenção e compra de equipamentos, cujo benefício se dará a todos associados (as), e estas para serem sanadas precisam do apoio financeiro dos associados, quitando pontualmente suas mensalidades e deixando o percentual dos trabalhos no cofre da associação. Para os entrevistados, por mais que essa arrecadação pareça pequena, pelo fato da maioria dos membros também estar vinculada a outras organizações, são despesas mensais que oneram significativamente nos custos e por vezes desfalcam a economia familiar.

Considerando que mesmo sendo alto custo para famílias são essas organizações individual ou em parcerias que representam os interesses dos membros, visando captar melhorias a comunidade. Entrevistados também enfatizam a participação em reuniões, como sua forma de atuação dentro da associação, pois consideram um espaço de debate, onde cada membro pode se expressar combinar sobre as diferentes atividades, e a partir daí realizar o que foi acordado.

Mumic et al. (2015) destacam a importância do associativismo, como forma de organização que objetiva conseguir benefícios comuns a seus membros através da coletividade e atuação democrática. Esse entendimento é perceptível no interm da ASMORJA, pelo comprometimento da maioria dos associados com o desempenho da associação, seja no exercício da gestão, nas atividades providenciadas pela associação, nos mutirões de manutenção dos espaços da organização e/ou nas discussões e debates. Desse modo, na ASMORJA se evidencia o engajamento da maioria de seus membros, considerando que o crescimento e conquistas da organização advêm do compromisso e envolvimento da maioria, por um espaço coletivo e democrático.

4.4.3 Conflitos na associação

Partindo de pressupostos teóricos, desde o princípio da humanidade a existência de conflitos faz parte do cotidiano das relações humanas, no entanto, a forma de compreensão diverge com o passar dos anos. Nas publicações de Robbins (2002, p. 326; 2010) é possível perceber essa diferença de compreensão de conflitos no século XX:

- **Visão tradicional:** prevaleceu nas décadas de 1930 a 1940 e descreve o conflito como algo ruim que deve ser evitado.
- **Visão de Relações Humanas:** argumenta que o conflito é uma consequência natural e inevitável em qualquer grupo, não sendo necessariamente algo ruim, podendo vir a ser positivo no desempenho de um grupo. Existiu de 1940 a 1970.
- **Visão de abordagem interacionista:** Da década de 1970 até a atualidade. Propõe não só que o conflito seja uma força positiva, como defende a tese de que o mínimo de conflito é absolutamente necessário para o desempenho eficaz de um grupo.

Seguindo a lógica da terceira visão, a existência de conflitos é necessária para provocar mudanças nas relações humanas e sociais, considerando que a divergência de ideias individuais pode ajudar no processo de análise e construção de novas concepções, possibilitando capacidade de reflexão crítica, gerenciamento pessoal, empatia de opiniões e harmonia nas relações interpessoais. No âmbito coletivo, os conflitos podem promover divergência positivas dentro das relações comunitárias e contribuir com o processo de crescimento local ou proporcionar divergências negativas. Por outro lado, podem ser essenciais no fortalecimento da atuação e efetividade das organizações locais (ROBBINS, 2010).

Desse modo, vale observar a teoria durkheimiana, base de estudo das regras do método sociológico na percepção da existência de coerção nas práticas sociais. Tendo em vista que as organizações coletivas são estabelecidas por meio de regras como padrão comum,

tais regras são absorvidas no convívio cotidianamente, mas claramente se evidenciam quando existe resistências ao cumprimento destas, causando dissensão entre o membro e o coletivo (DURKHEIM, 1978).

Essa questão na lógica da ação coletiva tratada por Olson (1999), parte do princípio de que na organização existem interesses comuns, mas os membros também possuem seus interesses individuais que diferem de outros partícipes do coletivo, podendo causar divergências. Por outra ótica, se observa que nas ações das organizações existem “a criação de novos valores (amizade, solidariedade) que não se comportam apenas como interesses puramente pragmáticos” (LAZZARETTI, 2014, p. 145).

Nesse sentido, em se tratando dos conflitos na associação, a pesquisa detectou que para 95% dos entrevistados existem diversos conflitos. O mais comum, diz respeito ao descumprimento das normas estabelecidas pela associação que orientam as atividades desenvolvidas, a exemplo, passeios turísticos, taxa de 20% do valor adquirido com a realização dos trabalhos, baixa participação nas atividades coletivas como limpezas no centro da comunidade, sede da associação, centro de atendimento ao turista, canoas, carro, bem como nos ambientes naturais visitados pelos turistas como as trilhas. O Quadro 8 apresenta outras questões levantadas que motivam conflitos entre os associados e coordenação da ASMORJA.

Quadro 8 - Recortes das percepções sobre os conflitos existentes na ASMORJA.

Entrevistado (a)	Resultado
Entrevistado nº 08	“aqui tem pessoas que não quer respeitar as regras da associação, ao invés de subir para a trilha do centro da comunidade sobe e desce com turista pela sua casa isso está errado, porque tem família que quer agir por conta própria”.
Entrevistado nº 26	Pessoas que quer ter muito poder só porque estão na diretoria e nem sequer é da comunidade, enquanto tem sócios que são da comunidade e às vezes não tem tal oportunidade; Nos cursos de capacitação para o turismo dão oportunidade as aprendizagens a quem chegou agora na comunidade retirando a vaga de um nativo
Entrevistado nº 13	Sócios não querem atender e seguir as regras da comunidade
Entrevistado nº 10	Falta de diálogo, perturbação na associação, abordagem arrogante
Entrevistado nº 14	Porque existem pessoas que não querem participar das atividades da associação, mas querem os mesmos direitos
Entrevistado nº 13	sócios não respeitam a ordem da diretoria dentro da Associação
Entrevistado nº 11	ingeri bebida alcoólica e perturba a comunidade
Entrevistado nº 10	Moradores jovens que se juntam com pessoas que são de outras comunidades e não querem participar das atividades coletivas

Continuação...

Quadro 8 - Recortes das percepções sobre os conflitos existentes na ASMORJA.

Entrevistado (a)	Resultado
Entrevistado nº 14	As pessoas acham que são donas de seus negócios, contudo é a Associação que é a proponente de tudo é a associação.

Fonte: Dados da Pesquisa (2020)

De acordo com entrevistados, a associação movimenta e ou/orienta todas as ações da comunidade como as atividades do turismo, do clube de futebol, eventos e promoções da comunidade, uso dos recursos naturais, comercialização dos produtos, etc. Os entrevistados elencaram situações geradoras de conflitos, mas também reconhecem que os avanços obtidos na comunidade são provenientes do esforço e articulação da associação junto aos órgãos públicos e entidades não governamentais. Para a maioria, a ASMORJA é uma organização competente, que luta pelos associados e pelo bem da comunidade, sempre trabalha de forma transparente envolvendo todos os associados nas atividades.

No ato da reunião com a coordenação da ASMORJA, os membros abordaram que a gestão da associação prima pela colaboração de todos os sócios e promove comunicação dos associados com a coordenação, estimulando a todos a realização das atividades de forma interativa em colaboração uns aos outros, contudo existem sócios que ignora o acolhimento da associação e ainda querem agir individualmente.

Contudo, a gestão preconiza sua atuação como relevante para o desenvolvimento local, porque as atividades colaborativas potencializam a economia e conseqüentemente a melhoria da qualidade de vida dos associados. Isso decorre da relação que considera harmoniosa com a natureza, através do uso consciente dos recursos naturais utilizados com responsabilidade, respeitando a floresta e toda biodiversidade, percebendo os comunitários como parte desse sistema, os quais, assim como os demais elementos da natureza devem viver com qualidade e dignidade em seu habitat.

Esse entendimento fundamenta a realização das ações dentro da ASMORJA e o esforço da entidade para conquista de bens e serviços aos associados. Do mesmo modo compreende fundamental a organização estrutural, (coordenação e fiscalização), como sendo, sistêmica, planejada e inclusiva para condução de todo processo social, cultural, produtivo, extrativista e econômico da organização e conseqüentemente da comunidade.

A gestão da associação perpassa por diferentes âmbitos da comunidade, os cargos são diversos e todos distribuídos entre os membros, como zelador do microsistema de água, secretária do Centro de Atendimento ao Turista, guia turístico, atendimento comercial na lojinha de artesanato, dentre outros. Essas decisões para nomeação a cargos de responsabilidades dentro da comunidade, bem como de planejamento das ações coletivas são tomadas nas assembleias.

A coordenação aponta a Assembleia como maior instância da associação, nela é votado às decisões que orientam o desenvolvimento da organização. A ASMORJA realiza Assembleia ordinária no mês de novembro, uma vez por ano, onde se trata de temas gerais a acontecer durante o ano, como balanço financeiro anual, eleição de nova diretoria dentre outros.

As assembleias extraordinárias acontecem a partir do surgimento de demandas a se discutir e tomar decisões importantes ao desenvolvimento da organização. Mensalmente é realizada a reunião de prestação de contas das ações de turismo e apresentado os percentuais arrecadados pela associação, podendo incluir na pauta outras temáticas se necessário.

4.4.4 Aspectos ambientais

Os impactos ambientais em unidade de conservação sustentável dependem das relações entre usuários e o meio ambiente, através do compromisso responsável no uso dos recursos naturais, Queiroz e Peralta (2006, p. 454) em pesquisa realizada na Reserva Mamirauá, ao tratar sobre a relação humana com a conservação da biodiversidade, aponta dois pilares fundamentais, a participação das populações e embasamento científico refletido no Plano de manejo, que traduzem normas de uso para UC:

A garantia de um envolvimento duradouro e a formação de um compromisso claro entre as populações locais e as ações de conservação só se atinge por meio do estabelecimento de uma clara relação entre a conservação dos recursos naturais e a melhoria da qualidade de vida [...] estabelecida esta relação, decorre conseqüentemente a redução da pressão antrópica sobre o meio ambiente (QUEIROZ e PERALTA, 2006, p. 454).

Essa relação de populações locais com a natureza tende a minimizar os impactos que poderiam surgir, principalmente, com as atividades turísticas, Espínola e Castro (2012, p, 283) advertem que o turismo saudável requer planejamento e prioridade não apenas aos aspectos econômicos, mas também “sociais, culturais e ambientais” possibilitando o desenvolvimento em conformidade as demais áreas de abrangência.

Nesses aspectos, a pesquisas questionou se as atividades realizadas pela ASMORJA causam algum tipo de impacto ambiental, 32% dos entrevistados respondeu que não, 6% responderam que sim e 2% não souberam informar. A maioria dos sócios considera que o modo de vida das famílias ainda é tradicional, utilizando as riquezas naturais com zelo pelo meio ambiente, valorizando a cultura de seus antepassados que tinham relação de respeito entre humano e natureza. Assim, não descartam lixo na comunidade nem nos espaços de turismo como as trilhas e igarapés, entendendo que vivem da renda que obtém através do turismo e por vezes utilizam o solo e as águas para aquisição da alimentação.

Aqui ainda tem algumas famílias que fazem pequenos roçados, e fazem farinha, outros compram alimentos na cidade, mas tem muita gente que pesca para alimentação da família, eu mesmo pesco quase todos os dias no fim de tarde, boca de noite é o melhor horário (ENTREVISTADO Nº 19, 2020).

Por outro lado, os entrevistados destacaram que ainda existem pessoas que não tem consciência ambiental e agem de forma agressora com a natureza, como por exemplo, a utilização do Igarapé da Ponte, os entrevistados ao referir-se sobre esse curso d'água lamentam a ação das pessoas ao usar o igarapé sem respeito, causando imensa poluição.

O Igarapé da ponte fica a poucos quilômetros da comunidade, era um ambiente maravilhoso, a água era muito limpa. Esse igarapé fica na estrada, era muito grande a quantidade de gente que vinha se divertir lá, colocavam os carros na encosta do igarapé as vezes jogavam até lixo no local, nos aqui sempre orientamos como deve usar os ambientes, mas lá não tinha como a gente controlar. O igarapé fica na descida da ladeira lá passava muitos carros, com as enxurradas das chuvas começou a aterrar o igarapé, para não ficar pior o ICMBio interditou, agora ninguém usa mais (ENTREVISTADO Nº16, 2020).

De acordo com Plano de Manejo da FLONA Tapajós, as áreas de lazer devem ser fiscalizadas “principalmente devido à falta de cuidado de alguns banhistas nas áreas próximas aos igarapés” (ICMBIO, 2019 p, 221). Para os membros da associação, os turistas locais, ou seja, os que moram às proximidades da FLONA (municípios vizinhos) e alguns comunitários, são os que mais poluem, pois “não tem consciência e jogam lixo no chão e às vezes na beira do igarapé, os turistas de fora tem boa educação e não poluem” (ENTREVISTADO Nº 31, 2020).

Com relação atuação da ASMORJA na redução de impactos ambientais na comunidade de Jamaraquá, 95% dos entrevistados responderam que a associação trabalha para minimizar os impactos ambientais na comunidade, 3% disseram que a ASMORJA não faz nada e 2% não opinou. As ações desenvolvidas com vista a estimular os associados ao uso

correto dos recursos ambientais são discutidas nas reuniões, visando conscientizar os associados, com base no regimento interno da associação e no Plano de Manejo da UC.

Além disso, a ASMORJA estabelece parcerias com o ICMBio, Ministério Público Federal e Estadual, outras associações e ONGs. O trabalho integrado tem contribuído para realizações de capacitações de guias, os quais orientam aos turistas as normas para turismo na unidade e destacam os efeitos da poluição. Também realizam mutirões de limpeza na comunidade e palestras nas escolas sobre educação ambiental, todas essas atividades colaboram para manutenção dos espaços naturais com baixa poluição.

Os turistas que chegam aqui na nossa comunidade ficam muito feliz ver que somos limpinhos e organizados e não destruimos a natureza, porque nós a respeitamos, porque é dela que a gente vive, então para ter tudo assim organizado todas as quintas feiras temos puxirum onde zelamos o centro da Associação, as canoas, as trilhas, tudinho (ENTREVISTADO Nº 19, 2020).

Quando a ASMORJA identifica ocorrência de crime ambiental na área da comunidade e não consegue resolver com os recursos disponíveis, principalmente o diálogo, realiza denúncias ao ICMBio e órgãos competentes. No caso do igarapé da Ponte o entrevistado comenta que:

Não foram nós da comunidade que poluímos o igarapé, nem os turistas que vem de fora do estado, foi o próprio pessoal de comunidades e cidades próximas. Nós tinha um ambiente muito apreciado pois era um lugar lindo, quando a pessoa chegava lá esquecia de problemas, o igarapé era uma beleza, todo mundo queria ser fotografado lá, mas a chuva levava a terra da ladeira para dentro do igarapé pois da estrada e da ponte foi sem um plano certo, isso trouxe muito problema para nós, aí o jeito foi o ICMBio interditar, Hoje dá uma tristeza ver o estado do nosso Igarapé da Ponte, mas nós acreditamos que um dia vai voltar como era antes (ENTREVISTADO Nº 09, 2020).

Vale observar que o igarapé faz parte do contexto natural de Jaramaquá, lugar de lazer para as famílias locais, comunidades circunvizinhas e turistas, as quais utilizavam sem danos ao ambiente natural, mas ao passo que houve aglomerações e práticas desrespeitosos à natureza, mudou o cenário natural paradisíaco em deterioração e poluição ambiental.

Na visão das lideranças, a ASMORJA está emponderada na sua capacidade enquanto organização comunitária administra as visitas de turistas e uso dos recursos naturais através do Turismo de base comunitária, sobretudo efetiva parcerias com agencia de turismo, principalmente de Santarém e Alter do Chão. Ofertando pacotes de passeios com variedade de atividades em locais naturais da comunidade Jaramaquá: caminhada nas trilhas, avistando a floresta densa com sua biodiversidade, passeio de canoa no igapó e nos igarapés, banhos em

igarapés e praias, além de apreciação da culinária típica regional. O movimento de interação entre ASMORJA a organização gera fluidez de diversos trabalhos em Jamaraquá.

A pesquisa mostra que a ASMORJA promove diversas atividades visando à conscientização da população da comunidade e visitantes aos ambientes turísticos de Jamaraquá, como confecção de placas com avisos, orientação de uso adequado dos recursos naturais, limpeza coletiva semanalmente, utilização de lixeiras para depósito do lixo coletado duas vezes ao mês pela prefeitura de Belterra, além disso, parte dos sócios são guias turísticos capacitados para acompanhamento ao visitante.

Temos muito cuidado para não gerar problemas ambientais em nossa comunidade, isso é sempre falado nas reuniões, todos devem ser conscientes porque precisamos manter viva nossa floresta, igarapé e zelar da limpeza para que o turista se sinta bem e nos também possamos manter um ambiente natural, assim como nossos antepassados deixaram para nós, aos poucos estamos conseguindo alguma coisa para melhorar, agora a prefeitura do município passou a coletar o lixo (ENTREVISTADO Nº 30, 2020).

Na entrevista foi perguntado sobre os conhecimentos dos associados com relação à lei SNUC, considerando a relevância desta lei à sociedade, em especial aos que habitam no interior e entorno de uma UC. Porém a maioria (98%) disse não ter conhecimento, sobre o que significa SNUC e 2% já ouviu falar, mas não sabem do que se trata. Essa constatação traz alerta, dada à importância dessa lei para direcionar o manejo da unidade e modos de vida nesse habitat. Entretanto alguns concordam que o ICMBio coordena a UC e estabelece normas as quais acreditam estarem baseadas em lei.

A maioria dos membros da ASMORJA se considera ribeirinhos e população tradicional, mantém em sua trajetória relação de harmonia com a natureza, pela interdependência no uso dos recursos naturais para geração de renda e respeito cultural a natureza e sua biodiversidade.

Ao analisar os aspectos sociais, econômicos e culturais da ASMORJA à luz da governança ambiental, observa-se que está se encontra atrelada ao estabelecimento de regras, normas e condutas, objetivando propiciar reflexões aos sujeitos associados sobre valores e importância do engajamento na organização. Nesse sentido, o trabalho realizado pela associação, se apresenta como contribuição para estabelecer melhores condições para racionalidade coletiva, enfatizando práticas que incitam responsabilidade socioambiental. Conforme destacou Lemos e Agrawal (2006), a governança ambiental equipara-se a interferência deliberada para modificar estímulos relacionados ao ambiente, saberes, comportamentos e tomadas de decisões.

A governança ambiental percebida no contexto da ASMORJA, refere-se ao conjunto de processos e organizações que visam promover ações e resultados ambientais, envolvendo relações sociais e econômicas e visem a gestão qualificada dos recursos naturais. Promove entendimento dos conflitos locais, propiciando orientações e conhecimentos capazes de contribuir para a transformação das práticas em torno do desenvolvimento local.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa revelou que as comunidades Maguari sempre colaborou com Jamaraquá desde a fundação, por meio de estruturas utilizadas pelos moradores da comunidade vizinha e até mesmo alguns projetos implantados que contemplaram as duas comunidades. Com a criação da ASMORJA, as famílias passaram a ter organização legal para representatividade e fortalecimento das lutas, aliando a participação social em prol de alternativas capazes de gerar estabilidade socioeconômica, produtiva e cultural dos comunitários. A união de forças com outras organizações comunitárias, intercomunitárias e a Federação, bem como a interação com o ICMBio, para efetivo cumprimento das normas de uso da UC estabelecida no Plano de Manejo foram primordiais nesse processo organizativo.

As diversas parceiras da ASMORJA com órgão governamental, do terceiro setor e empresas privadas, favoreceram a realização da principal atividade na comunidade Jamaraquá que é o Turismo de Base Comunitária, envolvendo associados da organização em diversos serviços: guia turístico, produção de artesanato oriundos do extrativismo, comercialização de produtos, hospedagens e produção de alimentação, promovendo renda aos associados e condição de sustento as famílias, assim como benefícios a associação que investe em estruturas e bens, visando melhores condições de trabalho dos associados (as).

O TBC em alta temporada fomenta a economia local por meio de diferentes atividades desenvolvidas pelos comunitários, porém quando chega o inverno amazônico, cheia do rio Tapajós e Igarapés, o período é de escassez financeira. As famílias sobrevivem do extrativismo, da pesca e criação de pequenos animais. Sobre essas questões se observou a ausência de um planejamento estratégico da associação capaz de orientar sistematicamente as ações da associação e apresentar alternativas econômicas as famílias durante o período de baixa temporada. A associação pode estreitar laços de parcerias com instituições que possam auxiliar e treiná-los para este tipo de planejamento, de modo que no futuro possam realizar constantemente.

A governança da Associação é percebida efetivamente na mobilização das famílias para associar-se e na inclusão dos sócios nas atividades coletivas, que vai desde os mutirões realizadores de diversas atividades, a administração dos trabalhos de turismo e apoio de organizações que efetivamente desenvolvem projetos em Jamaraquá. Contudo, por se tratar de processo em desenvolvimento é importante que se fortaleça a participação dos jovens, bem como a ampliação das atividades e inclusão de mulheres que ainda não estão envolvidas nas atividades da associação.

O associativismo de modo geral, pelo fato de incluir comunitários e proporcionar participação nos processos decisórios, vem somando forças na comunidade em vários ângulos e contribuindo para a permanência das famílias em suas localidades, isso transparece nas observações principalmente dos mais idosos da ASMORJA, como orgulho de continuar a cultura local e remanescer costumes antigos. Todavia a luta da entidade e outras organizações da região não conseguiram ultrapassar fronteiras da indiferença das políticas públicas. Mesmo com visibilidades nas mídias sociais e visitada por turistas nacionais e internacionais, Jamaraquá ainda convive com ausência da escola de qualidade e, falta de atendimento de saúde na localidade.

Estes resultados podem subsidiar a discussão e o planejamento de organizações comunitárias, apresentando características do processo organizativo e governança ambiental, assim como cooperar na elaboração e efetivação de políticas públicas pelos órgãos governamentais, que vislumbrem a sustentabilidade e considerem as especificidades locais. Nesse sentido, tem-se uma contribuição na discussão de elementos do desenvolvimento local para uma UC.

Com este estudo, buscou-se demonstrar a importância da governança ambiental no contexto do desenvolvimento local. Onde se observou a existência de diversos conflitos socioambientais, mas que podem ser sanados ou minimizados com execução de medidas governamentais de proteção ambientais em comunidades da UC, especificamente em Jamaraquá, município de Belterra, além de capacitação dos associados em gestão de conflitos socioambientais. Dentre as ações podemos citar projetos na área de captação de recursos para aprimorar os espaços de oferecimento de serviços turísticos e aquisição de equipamentos para as atividades, além de programa que possam valorizar e apoiar as atividades turísticas e de geração de renda.

Atualmente novos desafios se emergiram com o contexto da pandemia de Covid-19, que pode ser sentido em diferentes aspectos, devido a insegurança diante de um vírus com alto grau de letalidade e convívio das famílias num ambiente onde não se dispõe no local de estrutura de saúde pública, como posto médico, medicamentos, ambulância, dentre outras estruturas necessárias para atendimento à saúde.

Além disso, a comunidade Jamaraquá é de fácil acesso (terrestre e fluvial) e que por ser o turismo de base comunitária uma das principais fontes de renda das famílias, a pandemia afetou em muito o contexto econômico local. Mesmo com a reabertura da UC ainda em período no qual a pandemia ainda não foi controlada, não se deve perder de vista que o risco de contágio continua e é iminente. Portanto, não é difícil perceber a vulnerabilidade das

famílias em relação ao risco de contágio de Covid-19, esse fator se agrava com a ausência de políticas públicas que efetivamente assegure o direito à saúde das famílias. Assim sendo, esse cenário apresenta necessidades de pesquisas futuras sobre os efeitos da pandemia na comunidade Jamaraquá e na ASMORJA.

REFERÊNCIAS

- AMARAL, W. A. N.; BRITO, M. C. W.; ASSAD, A. L. D.; MANFIO, G. P. Políticas Públicas em Biodiversidade: Conservação e uso Sustentado no País da Megadiversidade. **International Studies on Law and Education**, v.1, 2009. Disponível em http://www.hottopos.com/harvard1/politicas_publicas_em_biodiversi, Acesso em 15 de agosto de 2019.
- ANDRADE, C. G. C. **Manejo florestal da Floresta Nacional do Tapajós, Pará, com ênfase na espécie *Minquartia guianensis***. 2016, 72f. Dissertação (Mestrado em Ciência Florestal), Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2016. Disponível em: Acesso em: 10 de jul. de 2019.
- ARRUDA, R. Populações tradicionais e a proteção dos recursos naturais em unidades de conservação. **Ambiente & sociedade**, n. 5, p. 79-92, 1999.
- AZEVEDO, S.; ANASTASIA, F. Governança, accountability e responsividade. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 22, n. 1, n. 85, p. 79-97, 2002.
- BACHA, C. J. C.; RODRIGUEZ, L. C. E. Impactos socioeconômicos do projeto ITTO na Floresta Nacional do Tapajós. **IPEF - Instituto de Pesquisas e Estudos Florestais**, 2004.
- BARBOSA, F. F. O turismo como um fator de desenvolvimento local e/ou regional/Tourism as a local and/or regional development factor. **Caminhos de Geografia**, v. 6, n. 14, 2005.
- BARRETO, E. O.; TAVARES, M. G. C. O Turismo de Base Comunitária em uma comunidade ribeirinha da Amazônia: O Caso de Anã na Reserva Extrativista Tapajós-Arapuins, Santarém (PA). **Revista Brasileira de Ecoturismo (RBEcotur)**, v. 10, n. 3, 2017.
- BARROS, A. B. G.; SILVA, N. L. O.; SPINOLA, N. D. Desenvolvimento local e desenvolvimento endógeno: questões conceituais. **RDE-Revista de Desenvolvimento Econômico**, v. 8, n. 14, 2007.
- BARROS, M. J. B.; PONTES, S. K. M. B.; SILVA, G. G. P. Território, Sociedade e Natureza na Amazônia: o caso da comunidade de Jamaraquá, Belterra, Pará. In: BARROS, M. J. B. (Org.). **Floresta Nacional do Tapajós: território, economia, gestão e manejo de recursos naturais na Amazônia**. 1ed. Santarém: UFOPA, v. 1, p. 147-165, 2018. Disponível em: <https://www.gpdam.com.br/images/download/e-bookFlorestaNacionaldoTapajos.pdf>. Acesso em 20 de out. 2019.
- BERNIER, L.; BOUCHARD, M.; LÉVESQUE, B. Attending to the general interest: new mechanisms for mediating between the individual collective and interest in Québec. **Annals of Public and Cooperative Economics**, n.74, v. 3, 2003.
- BETTI, P.; DENARDIN, V. F. Turismo de base comunitária em Unidades de Conservação: justiça ambiental para o desenvolvimento local. **Revista Brasileira de Ecoturismo (RBEcotur)**, v. 6, n. 4, 2013.

BEZERRA, G. B. C.; PINTO, A. F. F. Turismo e Reorganização do Espaço Local: uma análise geográfica acerca da comunidade Jamarauá, Belterra/Pará. In: **XIX Encontro Nacional DE Geógrafos**, João Pessoa: UFPB, 2018.

BICALHO, A. M. de S. M., HOEFLE, S. W. Política ambiental e conflito social na floresta nacional do Tapajós e no parque nacional da Amazônia. **Anais do I Congresso Brasileiro de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território**. Porto Alegre: Editora Letra1, 2014.

BOURDIEU, P. Le capital social: notes provisoires. **Actes de la recherche en sciences sociales**, v. 31, n.1, p. 2-3, 1980.

BRAGHINI, C. R. **Gestão Territorial de Unidades de Conservação no litoral sergipano**. 2016. 390 f. Tese (Doutorado em Geografia) Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2016.

BRASIL. **Lei Nº 11.516, de 28 de Agosto de 2007b**. Dispõe sobre a criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - Instituto Chico Mendes; altera as Leis nº 7.735, de 22 de fevereiro de 1989, 11.284, de 2 de março de 2006, 9.985, de 18 de julho de 2000, 10.410, de 11 de janeiro de 2002, 11.156, de 29 de julho de 2005, 11.357, de 19 de outubro de 2006, e 7.957, de 20 de dezembro de 1989; revoga dispositivos da Lei nº 8.028, de 12 de abril de 1990, e da Medida Provisória nº 2.216-37, de 31 de agosto de 2001; e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Lei/L11516.htm. Acesso em 30 de ago. de 2019.

BRASIL. **Decreto nº 1.298, de 27 de outubro de 1994**. Aprova Regulamento das Florestas Nacionais, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d1298.htm. em 28 de outubro de 2019.

BRASIL. **Decreto nº 5.746, de 5 de abril de 2006**. Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas. Regulamenta o art. 21 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. Brasília: Presidência da República, 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5746.htm. Acesso em 20 de jul. de 2019.

BRASIL. **Decreto nº 73.684, de 19 de fevereiro de 1974**. Cria a Floresta Nacional do Tapajós, e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 1974. Disponível em: http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-conservacao/FLONA_tapajos.pdf. Acesso em 30 de ago. de 2019.

BRASIL. **Lei Federal Nº 9.985, de 18 de julho de 2000**. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19985.htm. Acesso em 30 de ago. de 2019.

BRASIL. **Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002**. Institui o Código Civil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406.htm. Acesso em: 21 de outubro de 2019.

BRASIL. **Lei Nº 11.977, de 7 de julho de 2009**. Dispõem sobre o Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 29 de jan. de 2021.

BRASIL. **Lei Nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007a**. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6040.htm. Acesso em 30 de ago. de 2019.

BRASIL. **Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 30 de ago. de 2019.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Áreas prioritárias**. [2016]. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/biodiversidade/biodiversidade-brasileira/areas-prioritarias>. Acesso em: 30 de ago. de 2019.

BRASIL. Presidência da República (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao. Acesso em: 30 de ago. de 2019.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Desenvolvimento, progresso e crescimento econômico. **Lua Nova**, n. 93, p. 33-60, 2014.

BROSE, M. Desenvolvimento local: uma conceituação empírica. In: **Coleção Cadernos Unijuí**. Série Gestão Pública, n.1, 2004.

BRUMER, A., ROSENFELD, C. L., HOLZMANN, L., SANTOS, T. S. D. **A elaboração de projeto de pesquisa em Ciências Sociais**. Ciências Humanas: pesquisa e método. Porto Alegre: Editora da UFRGS, p. 125-146, 2008.

CALDERON, R. de A. **Mercado de produtos florestais não madeireiros na Amazônia Brasileira**. Tese de Doutorado em Ciências Florestais, Brasília, 2013. <https://repositorio.unb.br/handle/10482/14318>.

CAMPOS, A. C.; CASTRO, S. S. Unidades de conservação, a importância dos parques e o papel da Amazônia. **Terra Livre**, n. 1, v. 26, p. 127-141, 2015.

CARREGOSA, E. A.; E SILVA, S. L. DA C.; KUNHAVALIK, J. P. Unidade de Conservação e comunidade local: uma relação em construção. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 35, p. 305-319, 2015. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/made/article/view/40563/27102>. Acesso em: 10 de ago. de 2019.

CASTRO, E. G de. Juventude rural no Brasil: processos de exclusão e a construção de um ator político. **Revista latinoamericana de ciencias Sociales, Niñez y juventud**, v. 7, n. 1, p. 179-208, 2009.

COZZOLINO, L. F. F. **Governança na gestão de Unidades de Conservação: Democratização na esfera pública ou legitimação de poder?** 2014. 272 f. Tese (Doutorado em Psicossociologia das Comunidades e Ecologia Social) Universidade Federal de Rio de Janeiro, Universidade do Brasil, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Instituto de Psicologia, Programa EICOS, Rio de Janeiro, 2014.

CROMBERG, M.; GRECO, T.M. **Estratégias de adaptação das comunidades na Floresta Nacional do Tapajós.** Piracicaba: Esalq, 2005. 19p. Disponível em: https://projects.ncsu.edu/project/amazonia/brazil_proj/Result/Greco_Cromberg_tapajos.pdf. Acesso em 24 de jun. de 2019.

CRUZ FILHO, P. R. A. **Governança e Gestão de Redes na Esfera Pública Municipal: O caso da rede de proteção à criança e ao adolescente em situação de risco para a violência em Curitiba.** 150f. Dissertação (Mestrado em Administração). Pontifícia Universidade Católica, Curitiba, 2006.

DIEGUES, A. C. As áreas naturais protegidas, o turismo e as populações tradicionais. In: SERRANO, C. M. T.; BRUHNS, H. T. (Orgs). **Viagens à natureza: turismo, cultura e ambiente.** 6 ed. Campinas, SP: Papirus, 2003.

DIEGUES, A. C. **Etnoconservação: Novos Rumos para a conservação da natureza.** São Paulo: HUCITEC, 2000.

DIEGUES, A. C. **O mito moderno da natureza intocada.** 3 ed. São Paulo: Hucitec, 2001.

DRUMMOND, J. A.; FRANCO, J. L. A.; OLIVEIRA, D. Uma análise sobre a história e a situação das unidades de conservação no Brasil. **Conservação da Biodiversidade: Legislação e Políticas Públicas.** Brasília: Editora Câmara, 2010.

DURKHEIM, E. **O que é fato social.** As regras do método sociológico. São Paulo: Abril Cultural, p. 87-109, 1978.

ESPADA, A. L. V. et al. Manejo florestal comunitário em parceria na Amazônia brasileira: o caso da FLONA do Tapajós. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 14, n. 1, 2018.

ESPADA, A. L. V. **Parceria Enquanto Dimensão da Governança Ambiental para o Manejo Florestal Comunitário na Amazônia: o caso da Floresta Nacional do Tapajós.** Dissertação (Mestrado em Gestão de Recursos). Universidade Federal do Pará, Belém, 2015.

ESPADA, A. L. V.; VASCONCELLOS SOBRINHO, M. Manejo comunitário e governança ambiental para o desenvolvimento local: análise de uma experiência de uso sustentável de floresta na Amazônia. **Administração Pública e Gestão Social**, p. 169-177, 2015.

ESPÍNOLA, R. S; CASTRO, V. M. Ecoturismo e gestão participativa em Áreas Protegidas: o caso da Floresta Nacional do Tapajós (PA). **Revista Brasileira de Ecoturismo (RBEcotur)**, v. 5, n. 2, 2012.

- FARIA, C. A. P. Idéias, conhecimento e políticas públicas: um inventário sucinto das principais vertentes analíticas recentes. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 18, n. 51, p. 21-29, 2003.
- FIGUEIREDO, R. A. A. de; BARROS, F. B. Sabedorias, cosmologias e estratégias de caçadores numa unidade de conservação da Amazônia. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 36, 2016.
- FONSECA M.; KASECKER T. P. O Papel das Unidades de Conservação, **Scientific American Brasil**, 2010.
- FONSECA, M. J. M.; MAINTINGUER, S. I. Áreas Protegidas no Brasil. In: Seminário Políticas Públicas e Desenvolvimento Territorial, Araraquara - SP. **Anais do Seminário Políticas Públicas e Desenvolvimento Territorial**, v. 1. p. 1-9, 2017. Disponível em: <https://uniara.com.br/arquivos/file/eventos/2017/seppu/anais/fonsecamaintinguer.pdf>. Acesso em: 03 de nov. de 2019.
- FRANÇA, E. B. **Ordenamento territorial na perspectiva da governança em Unidade de Conservação no litoral sul de Alagoas**. São Cristovão-SE, 195 f. Dissertação Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Sergipe, 2019.
- FRANCO, A. **O Lugar mais Desenvolvido do Mundo**: investindo no capital social para promover o desenvolvimento comunitário. Agência de Educação para o Desenvolvimento – AED, 2004.
- FRANTZ, W. **Desenvolvimento local, associativismo e cooperação**, 2002. Disponível em: <http://www.unijui.tche.br/~dcre/frantz.html>. Acesso em 20 de jul. de 2019.
- FREY, K. Governança Urbana e Participação Pública. **RAC-Eletrônica**, v. 1, n. 1, p. 136-150, 2007.
- FURTADO, C. **A nova dependência: dívida externa e monetarismo**. Rio de Janeiro: Paz e GAMA, J. R. V. et al. Potencial de produção dos seringais de Jamaraguá, estado do Pará. **Advances in Forestry Science**, v. 4, n. 1, p. 77-82, 2017.
- GANANZA, A. C. **Associativismo no Brasil características e limites para a construção de uma nova institucionalidade democrática participativa**. (Dissertação de Mestrado). Universidade de Brasília, 2006. Instituto de Ciência Política. Mestrado em Ciências Política.
- GIL, A. C. **Como elaborar Projetos de Pesquisa**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- GODELIER, M. **Lidéel et le matériel**. Paris: Fayard. 1984.
- GOHN, M. G. Ações coletivas civis na atualidade: dos programas de responsabilidade/compromisso social às redes de movimentos sociais. **Ciências Sociais Unisinos**, v. 46, n. 1, p. 10-17, 2010.
- GROPPO, L. A. Tocqueville, o associativismo e alguns apontamentos sobre o terceiro setor. **Revista de Filosofia Aurora**, v. 20, n. 26, p. 55-74, 2008.

GUERRA, F. G. P. Q. **Contribuição dos produtos florestais não madeireiros na geração de renda na Floresta Nacional do Tapajós-Pará**. 119f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Florestal), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2008.

HEREDIA, B. M. A.; CINTRÃO, R. P. Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro. **Revista Nera. Presidente Prudente**, v. 9, n. 8, p. 21, 2006. Disponível em: <http://www.mstemdados.org/sites/default/files/1443-4191-1-PB.PDF>. Acesso em: 10 out. 2019.

IBAMA. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. **Plano de manejo da Floresta Nacional do Tapajós**. IBAMA: Santarém, 2004.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. Censo 2010. **Estatística de Gênero**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/apps/snig/v1/?loc=0,0R&cat=-1,2,-2,-3,128&ind=4693>. Acesso em: 30 de agosto de 2019.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios: síntese de indicadores 2015 / IBGE, Coordenação de Trabalho e Rendimento**. - Rio de Janeiro: IBGE, 2016.108p.

ICMBIO. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **Plano de Manejo da Floresta Nacional do Tapajós. Volume I – Diagnóstico**. ICMBio: Santarém, 2019.

ICMBIO. **Instrução Normativa Nº 7, de 21 de dezembro de 2017**, Gabin/ICMBio Estabelece diretrizes e procedimentos para elaboração e revisão de planos de manejo de unidade de conservação da natureza federais. Disponível em: http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/portarias/intrucao_normativa_07_2017.pdf. Acesso em: 30 de ago. de 2019.

ICMBIO. **Relatório de Gestão 2019**. Disponível em: https://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/Acesso_Informacao/Auditorias/Processos_d_e_Contas_Anuais/relatorio_de_gestao_Ano_2019.pdf. Acesso em: 29 de dez. 2020.

IRVING, M. A. Áreas Protegidas e Inclusão Social: uma equação possível em políticas públicas de proteção da natureza no Brasil? **Sinais Sociais**, v. 4, p. 122-147, 2010.

IUCN. International Union for Conservation of Nature. **Guidelines for applying protected area management categories**. 2008. Disponível em: <https://portals.iucn.org/library/efiles/documents/PAPS-016.pdf>. Acesso em: 29 de dez. 2020.

JACOBI, P. R. Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade. **Cadernos de Pesquisa**, v. 118, p. 189-205, 2003.

JALES, E. F. **Associativismo nos municípios rurais: uma alternativa para desenvolvimento local em Portalegre-RN**. 2009. 110p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Disponível em: <https://goo.gl/X3e2hy>. Acesso em: 20 jul. de 2019.

JARA, O. **A sistematização de experiências**: prática e teoria para outros mundos possíveis. Brasília, DF: CONTAG, 2012.

KUMMER, R.; COLOGNESE, S. A. Juventude rural no Brasil: entre ficar e partir. **Tempo da Ciência**, v. 20, n. 39, p. 201-220, 2013.

LABRA, M. E. L.; FIGUEIREDO, J. Associativismo, participação e cultura cívica. O potencial dos Conselhos de Saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 7, n.3, p. 416-425, 2002.

LAZZARETTI, M. Â. Mancur Olson e a Lógica da Ação Coletiva Aplicada ao MST. **Tempo da Ciência**, v. 21, n. 41, p. 154-162, 2014.

LE GALÈS, P. Á chaque ville as gouvernance. Auxerre: Sciences Humaines. **Hors-série**. n. 44, 2004.

LE MOS, M. C.; AGRAWAL, A. Environmental Governance. **Annual Review of Environment and Resources**, v.31, p.297-325, 2006.

LEONELLO, J. C. **O associativismo como alternativa de desenvolvimento na dinâmica da economia solidária**. 145f. Tese (Doutorado em Serviço Social). Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2010.

LOBATO, C. C. et al. Experiência agroecológica de uma agricultora da AMABELA, Belterra-PA. **Cadernos de Agroecologia**, v. 13, n. 1, 2018.

LÖFFLER, E. Governance: Die neue Generation von Staats - und Verwaltungsmodernisierung. **Verwaltung und Management**, v. 7, n. 4, p. 212-215, 2001.

LÜCHMANN, L. H. H. Abordagens teóricas sobre o associativismo e seus efeitos democráticos. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 29, p. 159-178, 2014.

LUCON, O.; COELHO, S. Depois da Rio + 10: as lições aprendidas em Johannesburgo. **Revista do Departamento de Geografia**, v. 15, p. 11-18, 2002. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/rdg/article/view/47292/51028>. Acesso em 20 de jul. de 2019.

MACEDO, H. S. **Processos participativos na gestão de áreas protegidas**: estudos de caso em unidades de conservação de uso sustentável da zona costeira do sul do Brasil. 2008. 204 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2008.

MAIA, E. C. S. Gestão Participativa em Unidades de Conservação: análise da atuação da ASCOMART no Conselho Consultivo da Floresta Nacional do Tapajós. In: BARROS, M. J. **Floresta Nacional do Tapajós: Território, economia, gestão e manejo dos recursos naturais na Amazônia**. 1ed. Santarém: UFOPA, 2018, v. 1, p. 147-165. Disponível em: <https://www.gpdam.com.br/images/download/e-bookFlorestaNacionaldoTapajos.pdf>. Acesso em: 20 de out. 2019.

MANZINI, E.J. Considerações sobre a elaboração de roteiro para entrevista semiestruturada. In: MARQUEZINE: M. C., ALMEIDA, M. A.; OMOTE; S. (Orgs). **Colóquios sobre pesquisa em educação especial**. Londrina: Eduel, p. 11-25, 2003.

MARINHO, M. A. **Territorialidade e Governança em Áreas protegidas**: o caso da comunidade do Marujá, no Parque estadual da Ilha do Cardoso (Cananeia- SP). 2013. 175 f. Tese (Doutorado em Geografia Física) Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de Geografia, Programa de Pós-Graduação em Geografia Física. São Paulo.

MATIAS-PEREIRA, J. **Governança no Setor Público**. São Paulo: Atlas, 2010.

MEDEIROS, R. IRVING, M.; GARAY I. A proteção da natureza no Brasil: evolução e conflitos de um modelo em construção. **RDE. Revista de Desenvolvimento Econômico**, v. 5, n.9, p. 83-93, 2004.

MENDES, A. B. V.; FERREIRA, L da C. Conservação ambiental e direitos multiculturais: apontamentos sobre direito e ciências. **Scientific Magazine**. v. 5, n. 2, p. 19-31, 2010.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE (MMA). **Floresta Nacional do Tapajós – Plano De Manejo Volume I – Informações Gerais**. 2004. Disponível em: https://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/flona_tapajoss.pdf. Acesso em: 20 de out. 2019.

MONTEIRO, S. M. C. Reflexões jurídico-institucionais a respeito do território da FLONA do Jamanxim: avanços, recuos e conflitos atuais. **Revista Ciências da Sociedade**, v. 2, n. 3, p. 281-300, 2018.

MORAES, M. d' Á. de. Até que ponto a ciência pode contribuir para a conservação da diversidade biológica? **Ciência e Cultura**, v. 62, n. 3, p. 6-7, 2011.

MORAES, R. Uma tempestade de luz: a compreensão possibilitada pela análise textual discursiva. **Revista Ciência e Educação**, v. 9, n. 2, p. 191-211, 2003.

MORAES, R.; GALIAZZI, M. C. **Análise textual discursiva**. 3. ed. Ijuí: Ed. Unijuí, 2016. 264p.

MORAES, R.; GALIAZZI, M. C. Análise textual discursiva: processo reconstrutivo de múltiplas faces. **Ciências & Educação**, v. 12, n. 1, p. 117-128, 2006.

MORANTE TRIGOSO, F. B. **Demanda de energia elétrica e desenvolvimento socioeconômico**: o caso das comunidades rurais eletrificadas com sistemas fotovoltaicos. 2004. 311 p. Tese Doutorado). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004. Disponível em: http://www.energia.usp.br/lfsf/pdf/doutorado/Doutorado_Federico_Morante.pdf. Acesso em: 20 de out. 2019.

MOREIRA, J.C.; BURNS, R. Turismo, manejo de uso público e a percepção dos visitantes: coleta de dados na Floresta Nacional do Tapajós (Pará). In: Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação, 8. **Anais...** Curitiba: Editora da Fundação Grupo Boticário, v. 1, p. 1-14, 2015.

MOTA, D. M. da. **Trabalho e sociabilidade em espaços rurais**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil: Embrapa Tabuleiros Costeiros, p. 25-47, 2005.

MUMIC, B.; AGUIAR, K. A. P.; LIVRAMENTO, D. E. do A importância do associativismo na organização de produtores rurais. **Revista de Iniciação Científica da Libertas**, v. 5, n. 1, 2016.

NIMUENDAJÚ, C. Excursões pela Amazônia. **Revista de Antropologia**, v. 44, n. 1, p. 189-199, 2001.

NOBRE, C. A. Uma reflexão sobre mudanças climáticas, riscos para a agricultura brasileira e o papel da Embrapa. In: **Olhares para 2030: Desenvolvimento Sustentável**. Embrapa. 2018. Disponível em: https://www.embrapa.br/olhares-para-2030/artigo/-/asset_publisher/SNN1QE9zUPS2/content/carlos-nobre?redirect=%2Folhares-para-2030%2Fartigo&inheritRedirect=true. Acesso em 3de ago. de 2019.

NOGUEIRA C.C., ARGÔLO A.J.S., ARZAMENDIA V., AZEVEDO J.A., BARBO F.E., Bérnils R.S., ... MARTINS M.C.M. 2019. **Atlas of Brazilian snakes: verified point-locality maps to mitigate the Wallacean shortfall in a megadiverse snake fauna**. South American Journal of Herpetology 14(Special Issue 1):1–

NOVAES, W. Eco-92: avanços e interrogações. **Estudos avançados**, v. 6, n. 15, p. 79-93, 1992.

OLIVEIRA, G. B. de. Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. **Revista da FAE**, v.5, n2, p. 37-48, 2002.

OLSON, M. **Lógica da ação coletiva**: os benefícios públicos e uma teoria dos grupos sociais; tradução Fábio Fernandez. São Paulo: EDUSP, p. 65-77, 1999.

PARÁ. SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE. **Plano de manejo da estação ecológica do Grão-Pará**: capítulos I, II e III: cinco reinos, pesquisas e serviços ambientais. Belém, 2011. 206 p.

PENNA FILHO, P. Reflexões sobre o Brasil e os desafios Pan-Amazônicos. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 56, n. 2, 2013.

PEREIRA, D.; SANTOS, D.; VEDOVETO, M.; GUIMARÃES, J.; VERÍSSIMO, A. **Fatos Florestais da Amazônia**. Belém: Imazon, 2010.

PEREIRA, P.; SCARDUA, F. P. Espaços territoriais especialmente protegidos: conceito e implicações jurídicas. **Ambiente & Sociedade**, v. 11, n. 1, p. 81-97, 2008.

PINHO, E. R. P. Uso e Ocupação da Terra na Floresta Nacional do Tapajós: a comunidade de Maguari, Belterra (PA). In: BARROS, M. J. **Floresta Nacional do Tapajós**: Território, economia, gestão e manejo dos recursos naturais na Amazônia. Santarém: UFOPA, 2018.

QUEIROZ, H. L; PERALTA, N. Reserva de Desenvolvimento Sustentáveis: manejo integrado dos recursos naturais e gestão participativa. In: GARAY, I.; BECKER, B. K. (Org.) **Dimensões Humanas da Biodiversidade**: o desafio de novas relações Sociedade-Natureza no Século XXI. Petrópolis: Vozes. 2006. p. 447-473.

RESQUE, M. F. A. S; DA MOTA, D. M da. Motivação de jovens para o trabalho na Amazônia paraense. **Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas**, v. 37, n. 2, p. 117-133, 2017.

RIBES, S. C. **Histórias de vida saberes informais e formais do sujeito jovem da comunidade Chico Mendes**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós Graduação em Educação – CED. 2005. p. 116. Disponível em: <http://www.bdae.org.br/bitstream/123456789/2105/1/tese.pdf>. Acessado em: 10 de janeiro de 2021.

ROBBINS, S. P. **Comportamento Organizacional**. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

ROBBINS, S. P; JUDGE, T. A., SOBRAL, F. **Comportamento Organizacional**. 14 ed. SP Pearson Prentice Hall, 2010.

RODRIGUES, A. L.; MALO, M. C. Estruturas de governança e empreendedorismo coletivo: o caso dos doutores da alegria. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 10, n. 3, p. 29-50, 2006.

ROSENAU, J. N. Governança, Ordem e Transformação na Política Mundial. In: ROSENAU, J. N. e CZEMPIEL, E.O. **Governança sem governo: ordem e transformação na política mundial**. Brasília: Ed. Unb e São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, p. 11-46, 2000.

SANTOS, E. L.; BRAGA, V.; SANTOS, R. S.; BRAGA, A. M. S. Desenvolvimento: um conceito em construção. **DRd - Desenvolvimento Regional Em Debate**, v. 2, n. 1, p. 44-61. 2012. <https://doi.org/10.24302/drd.v2i1.215>.

SANTOS, G. R.; BARBOSA FILHO, J.; COELHO, L. M. Avaliação da gestão da floresta Nacional do Tapajós, Belterra – PA, na percepção dos moradores da comunidade Maguari. **Revista Uniara**, v. 17, n. 2, 2014.

SANTOS, M. F.; COSTA, D.L. da; GAMA, J. R. V.; SOUSA, I. R. L.; FREITAS, B. B. de. Produção de biojóias e geração de renda de artesãs na comunidade Jamaraquá, Belterra, Pará. **Cadernos de Agroecologia** v. 13, n. 1, 2018.

SANTOS, Z. J. C. G. dos. **Governança dos recursos florestais em unidades de Conservação na Amazônia**: o manejo florestal comunitário na Floresta Nacional do Tapajós. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Porto Alegre, Brasil, 2019.

SARMENTO, F. **Design para a Sociobiodiversidade**: Perspectiva para o uso sustentável da borrada na FLONA Nacional do Tapajós. - São Paulo, 2014. 231 p.

SARTORI, R. R. V.; LIMA, M. R. A importância das Associações Comunitárias na construção de uma sociedade democrática. **Revista Jurídica do Ministério Público do Estado do Paraná**, v. 5, n. 8, p. 296- 289, 2018.

SCARANO, F. R. et al. **Potência Ambiental da Biodiversidade**: um caminho inovador para o Brasil. Relatório Especial do Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas e da Plataforma

Brasileira de Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos, 1a ed. PBMC/COPPE-UFRJ, Rio de Janeiro, 2018, 62p.

SCHERL, L. M. et al. **As áreas protegidas podem contribuir para a redução da pobreza?** Oportunidades e limitações. IUCN, Gland Suíça e Cambridge, Reino Unido, 2006, 60p.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. Editora Companhia das Letras, 2018.

SILVA, A. T. R. Áreas protegidas, populações tradicionais da Amazônia e novos arranjos conservacionistas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 34, n. 99, p. 1-22, 2019.

SILVA, G. G. P. da. Sociobiodiversidade na comunidade de Jamaraquá, Belterra, Pará. In: BARROS, M. J. B. (Org.). **Floresta Nacional do Tapajós: território, economia, gestão e manejo de recursos naturais na Amazônia**. Santarém, Pará: UFOPA, 2018. 223p. E-book.

SILVA, H.; GONZAGA, G. A importância das unidades de conservação na preservação da diversidade biológica. **Revista Logos**, Rio de Janeiro, n. 12, p. 127-151, 2005.

SILVA, M. O. Saindo da invisibilidade a política nacional de povos e comunidades tradicionais. **Inclusão social**, v. 2, n. 2, 2007.

SILVA, R. E. Coletoras de Sementes do Tapajós: Mulheres, saberes práticos, relações de gênero e a floresta. **Vivência: Revista de Antropologia**, v. 1, n. 43, 2014.

SILVA, S. M. S. Ecoturismo em Comunidades Tradicionais na Floresta Nacional do Tapajós/Belterra-PA: o caso de Maguari e Jamaraquá. In: FIGUEIREDO, S. L.; AZEVEDO, F. F. de; NÓBREGA, W. R. de M. (Org.). **Perspectivas Contemporâneas de Análise em Turismo**. 38ed. Belém: NAEA, v. 01, p. 38-60, 2015.

SIMONIAN, L. T. L. Políticas públicas, desenvolvimento sustentável e recursos naturais em áreas de reserva na Amazônia brasileira. In: COELHO, M. C. N.; SIMONIAN, L. T. L.; FENZL, N. (Org.). **Estado e políticas públicas na Amazônia**. Belém: CEJUP, p. 09-53, 2000.

SIQUEIRA, T. D. A. A Organização Familiar na Amazônia ocidental. **BIUS-Boletim Informativo Unimotrisaúde em Sociogerontologia**, v. 11, n. 3, p. 1-10, 2019.

SOUSA, A. M. P. et al. Cooperativism in forest Communities in the amazon: what do non-members say?. **Ambiente & Sociedade**, v. 22, 2019.

SOUSA, W. L. de; SILVA, R. E.; VIEIRA, T. A. Preservar e Resistir: a luta dos pescadores artesanais em defesa do território pesqueiro do lago do Maicá, em Santarém-Pará. **Vivência: Revista de Antropologia**, v. 1, n. 52, 2018.

SOUZA JUNIOR, M. F.; CUNHA, M. X. C.; ALMEIDA, H. O., OLIVEIRA NETO, J. G. C. **Panorama dos sistemas de informação do CEFET-AL: foco em integração**. I Congresso de Pesquisa e Inovação da Rede Norte Nordeste de Educação Tecnológica - CONNEPI. Natal-RN, 2006

TOCQUEVILLE, A. de. **A democracia na América**. São Paulo: Editora da USP, 1998, 597 p.

TORRES, J. R. et al. Resignificação Curricular: contribuições da Investigação Temática e da Análise Textual Discursiva. **Revista Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências**, v. 8, p. 2, 2008.

VALLEJO, L. R. Unidade de conservação: uma discussão teórica à luz dos conceitos de território e políticas públicas. **Geographia**, n. 4, v. 8, p. 57-78, 2002.

VIVACQUA, M.; VIEIRA, P. H. F.; Conflitos socioambientais em Unidades de Conservação. **Política & Sociedade**, v. 4, n. 7, p. 139-162, 2005.

WAWZYNIAK, J. V. Humanos e não-humanos no universo transformacional dos ribeirinhos do rio Tapajós–Pará. **Revista de Ciências Sociais**, v. 17, n. 1, p. 17-32, 2012.

XIMENES, T. Capital social, redes sociais e inovações produtivas. **Ambiente & Sociedade**, n. 11, v. 2, p. 389-404, 2008.

APÊNDICE A – ROTEIRO ENTREVISTA DIRETORIA ASMORJA

ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA DIRETORIA DA ASSOCIAÇÃO

1. Em que ano foi fundada a Associação?
2. Como foi o processo de criação?
3. Qual a motivação para criação?
4. Quantas pessoas participaram do processo de criação?
5. Quantas pessoas compõe a diretoria e quais são os cargos?
6. Quantos sócios existem na associação?
7. O que levou a participar da diretoria da Associação?
8. Com qual periodicidade são realizadas as reuniões?
9. Como você avalia o nível de participação dos associados nas reuniões?
10. De onde vem as principais contribuições (projetos, parcerias etc.) para a Associação?
11. Em que situação se utiliza o CNPJ da Associação?
12. Qual o procedimento utilizado para emissão de notas fiscais da Associação?
13. Como se dá o processo de prestação de contas da associação aos associados?
14. A associação possui bens? Se sim, Quais?
15. Quem utiliza dos bens e quais procedimentos (regras) de uso?
16. Como cada bem foi adquirido?
17. O que você considera como conquistas importantes da Associação?
18. A comunidade vive um processo de desenvolvimento local? Se sim, qual?
19. Qual o destino dos produtos comercializados através da Associação?
20. A Associação é envolvida com outras organizações de gestão? Se sim, como se dá esta relação?
21. A Associação articula o poder público? Quais os resultados (políticas públicas) para comunidades?
22. Qual a importância da Associação para os associados? Por quê?
23. A Associação trabalha pela sustentabilidade ambiental e bem estar humano? Sim
24. Quais as principais ações?
25. Atualmente quantas famílias habitam em Jamaraquá?
26. Quantas famílias existiam quando foi fundada a comunidade?
27. De onde vieram as primeiras famílias?
28. No início quantas eram?
29. Qual melhor período para se extrair o Látex?
30. Qual a principal cultura/tradição de Jamaraquá?
31. A coordenação da Associação já fez algum intercambio para conhecer outras?
32. Realidades? () sim () não - Se sim, Para onde? O que conheceu qual aprendizagem?
33. Os clubes de futebol de adultos são formados apenas por sócios da ASMORJA?
34. Qual foi a organização que construiu o barracão comunitário? Quando?
35. Q nome das praias de Jamaraquá?
36. Como é o nome das trilhas e quantos quilômetros tem cada uma?
37. Nomes dos igarapés de turismo?
38. As terras de Jamaraquá são loteadas? Qual tamanho para cada família?
39. Quantas famílias ainda fazem rocados?
40. Quais são as principais frutas de Jamaraquá?
41. Qual o principal base alimentar das famílias de Jamaraquá?
42. Quem ainda faz roça, qual principal cultura que planta?
43. Existe ai a casa do Seringueiro?
44. Existe um grupo de mulheres em Jamaraquá? Se sim, Qual o nome e o que realiza?
45. Quantas pousadas existem hoje em Jamaraquá?

46. Como estão estruturadas estas pousadas?
47. Em média cada pousada tem capacidade para hospedar quantas pessoas?
48. Qual é o período considerado de Alta Temporada?

APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO APLICADO AOS ASSOCIADOS

1. Dados Pessoais, Infraestrutura de Moradia

Nome: _____ Data de nasc: _____

Gênero da pessoa entrevistada: () Masculino () Feminino

Ramo de atividade em que atua _____

Há quanto tempo nesse ramo? _____

Reside em Jamaraquá? _____ há quanto tempo? _____

Se não. Onde reside? _____

Estado civil: () solteiro () casado () viúvo () união estável () separado

Possui filhos? () sim () não, quantos? _____

Nº dependente na família? _____

Quantas pessoas moram com você? _____ Idade acima de 18 anos () de 12 a 17 anos () de 0 a 11 anos ()

Quanto a Moradia: () Construção própria () aquisição por Programa/governo () cedida.

Estrutura da moradia: () alvenaria () madeira () mista.

Abastecimento de água: () Microsistema () Poço individual () nascente () Rio () outras formas;

Energia elétrica: () sim () não. Origem () motor de luz () Programa Luz para Todos () outros, Qual _____

Esgotamento Sanitário: () fossa séptica () Outras formas.

Qual? _____

2. Dados Socioeconômicos da Família (Escolaridade, renda)

Grau de instrução de membro da família.	Nº de indivíduos na categoria
a) Analfabetos?	() 1 () 2 () 3 () 4 () 5
b) Ensino fundamental incompleto?	() 1 () 2 () 3 () 4 () 5
c) Ensino fundamental completo?	() 1 () 2 () 3 () 4 () 5
d) Ensino médio incompleto?	() 1 () 2 () 3 () 4 () 5
e) Ensino médio completo?	() 1 () 2 () 3 () 4 () 5
f) Ensino superior incompleto?	() 1 () 2 () 3 () 4 () 5
g) Ensino Superior Completo?	() 1 () 2 () 3 () 4 () 5

Obs: _____

3. Fontes de renda familiar

Fonte de renda principal	Fonte de renda complementar:
() Turismo	() Turismo
() Extrativismo	() Extrativismo
() Pesca artesanal	() Pesca artesanal
() Comércio	() Comércio
() Agricultura familiar	() Agricultura familiar
() Criação de pequenos animais	() Criação de pequenos animais
() Serviço público remunerado	() Serviço público remunerado
() Direitos ou programas sociais	() Direitos ou programas sociais
() Diarista	() Diarista
Outra: se existe, Qual?	

Onde é vendida sua produção? () Na própria comunidade para visitante? () Na própria comunidade para moradores? () Em feiras na cidade? () para mercados institucionais? Quais?

Outras considerações

Qual sua renda mensal?

Existem contribuições da família com outra renda? () Sim () Não. Se sim, quais?

Totalizando, qual a renda familiar mensal?

4. Sobre a Associação

4.1 Governança da Associação

Você é associado à Associação ASMORJA? () Não () Sim.

Além da ASMORJA é sócio em outra organização? () Não () Sim. Qual: (is)

Porque se tornou sócio da associação ASMORJA?

Quais as atividades da associação, você mais participa?

Quais foram os principais resultados obtidos na comunidade a partir do trabalho da associação?

Como se dá a comunicação da diretoria da Associação para com os demais sócios e vice-versa?

Como são tomadas as decisões dentro da associação?

Como você avalia o nível de participação dos membros da associação?

Em sua opinião quais atividades a associação realiza que contribuem para a melhoria de vida das famílias?

Qual a sua atuação enquanto sócio da ASMORJA,

O que faz a associação para estimular a cooperação dos moradores frente às atividades?

Como a Associação atua para a sustentabilidade ambiental?

4.2 Conflitos

Existe algum tipo de conflito dentro da Associação? () Sim () Não,

Se a resposta for sim. Quais?

Quais os atores envolvidos?

5. Sobre a questão Ambiental

5.1 Assinale considerando o grau de importância do ambiente local em relação à (ao):

Utilidade do ambiente	Grau de importância
Local de moradia	() 0 () 1 () 2 () 3
Práticas de atividades de subsistência	() 0 () 1 () 2 () 3
Lazer da família	() 0 () 1 () 2 () 3
Turismo	() 0 () 1 () 2 () 3
Rio/ Lago/ Igarapé	() 0 () 1 () 2 () 3
Florestas do entorno	() 0 () 1 () 2 () 3
Fauna Silvestre	() 0 () 1 () 2 () 3
Outro? _____	() 0 () 1 () 2 () 3

0= Sem importância; 1= Baixa importância; 2= Média importância; 3= Alta importância.

Como você percebe os problemas ambientais listados (caso haja) na comunidade em grau de importância?

Problemas ambientais	Grau de importância
Lixo jogado a céu aberto	() 0 () 1 () 2 () 3
Poluição da água	() 0 () 1 () 2 () 3
Desmatamento	() 0 () 1 () 2 () 3
Queimadas	() 0 () 1 () 2 () 3
Pesca Predatória	() 0 () 1 () 2 () 3
Baixa produção natural de alimentos	() 0 () 1 () 2 () 3
Diminuição da Oferta de Peixes	() 0 () 1 () 2 () 3
Diminuição da Oferta de Caça	() 0 () 1 () 2 () 3
Aumento na temperatura da região	() 0 () 1 () 2 () 3
Diminuição das Chuvas	() 0 () 1 () 2 () 3
Criação de gado	() 0 () 1 () 2 () 3
Outro? _____	() 0 () 1 () 2 () 3

0= Sem importância; 1= Baixa importância; 2= Média importância; 3= Alta importância

Em sua opinião as atividades desenvolvidas causa algum impacto ambiental () sim () não.
Quais?

Como se dá a atuação da associação ASMORJA no combate aos impactos ambientais?

Em sua opinião o desenvolvimento local está compatível ao que orienta a lei SNUC para unidade de conservação sustentável?

Quanto aos recursos naturais:

Uso do Solo	
a) Utilização de produto químico no solo	() Sim () Não
b) Tipo de agricultura praticada	() Tradicional () Orgânica () Mecanizada
Como ocorre?	
Uso da Fauna e Flora	
a) Revitalização da vegetação nativa degradada	() Sim () Não
c) Corte e/ou uso da vegetação nativa	() Sim () Não
Se sim, qual propósito? () Consumo () Comercialização () Limpeza do terreno	
Uso da fauna nativa: () Sim () Não	
Se sim, qual propósito? () Consumo () Comercialização () Limpeza do terreno	
Você cria animais? () Sim () Não	
Se sim, quais:	
Se sim, qual propósito? () Consumo () Comercialização	

APÊNDICE C - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO (TCLE)

UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA
CENTRO DE FORMAÇÃO INTERDISCIPLINAR
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIEDADE, AMBIENTE E QUALIDADE
DE VIDA.

Título da Pesquisa: Associativismo como estratégia de governança para o desenvolvimento local: o caso da associação ASMORJA na comunidade de Jamaraquá, Floresta Nacional do Tapajós, Brasil.

Linha de Pesquisa: Políticas Públicas, Diversidade Cultural e Desenvolvimento Amazônico.

Maria da Luz Farias (mestranda do PPGSAQ/UFOPA)

Prof^a. Dr^a. Helionora da Silva Alves:
Orientadora
Prof. Dr. Thiago Almeida Vieira
(Coorientador)

Você está sendo convidado a participar de uma pesquisa científica. Caso aceite fazer parte deste estudo, após os devidos esclarecimentos, por favor, assine ao final deste documento, que está em duas vias (uma delas é sua e a outra é da pesquisadora), e rubriche as demais páginas deste documento. Caso você não tenha interesse em participar ou deseje retirar sua autorização, a qualquer momento, não haverá nenhum tipo de punição ou prejuízo.

Pela sua participação nesta pesquisa, você não receberá nenhum pagamento em dinheiro. No entanto você não terá custos e nenhuma despesa por sua participação.

A pesquisa se justifica pelo relevante papel das associações na interação social e ambiental, numa perspectiva de conciliar a harmonia entre a comunidade e a preservação dos recursos naturais. Outra questão refere-se ao potencial ecoturístico das comunidades da FLONA Tapajós, em especial a comunidade de Jamaraquá que atrai público em visitaçao de seus atrativos e fomenta a economia local.

Destaca-se ainda o amplo destaque nas mídias a nível nacional e a oferta de diversas atividades na modalidade turística de base comunitária, o que demanda maior envolvimento dos comunitários e da gestão organizacional da associação.

A pesquisa tem como objetivo geral analisar o papel da organização social, “Associação de Moradores Produtores Extrativistas Rurais de Jamaraquá (ASMORJA)” e suas estratégias de governança para o desenvolvimento local, na Floresta Nacional do Tapajós, Belterra Pará. Os participantes do estudo são os (as) sócios (as) da referida Associação residente na Comunidade de Jamaraquá.

As perguntas da pesquisa são relacionadas à sua vida social, econômica, ambiental e também a forma de atuação e governança comunitária, segundo Cruz Filho (2006) governança é a participação dos indivíduos de forma direta nos processos de decisão, como elemento determinante de reconhecimento da potencialidade da participação dos atores envolvidos na gestão do bem comum e no desenvolvimento da Associação a qual participa, (ASMORJA). Será responsabilidade de a pesquisadora ir até o (a) entrevistado (a), seja na residência ou no local de trabalho, para realização da pesquisa, conforme sugerido pelo entrevistado. Durante a aplicação do questionário escrito, a pesquisadora também poderá gravar a entrevista em

áudio, e registro de fotografia que fará parte de seu arquivo pessoal, conteúdo a ser utilizado na sistematização e análise das respostas.

No decorrer da aplicação do questionário, todo material produzido (áudio gravado, imagens respostas de questionários impressas em papel, roteiro de entrevista aos coordenadores) poderão ser disponibilizados para o (a) participante da pesquisa. O resultado da pesquisa após sua conclusão será encaminhado a Associação.

As respostas coletadas serão usadas exclusivamente para a presente pesquisa o destino dos dados escritos e gravados em áudio será arquivado pela pesquisadora e serão incinerados após cinco anos de conclusão da pesquisa.

Nesta pesquisa há riscos de constrangimento, uma vez que ocorrerá o contato direto da pesquisadora com os participantes do estudo. Os procedimentos envolvem alguns riscos e desconfortos e, ao concordar em participar desta pesquisa, o entrevistado (a) poderá estar exposto à: **a)** Invasão de privacidade; **b)** Desconforto pelo desconhecimento da temática pesquisada; **c)** Perder o autocontrole e a integridade ao revelar pensamentos e sentimentos nunca revelados; **d)** Induzir a prover informações que não são de seu interesse divulgar havendo discordância com o conteúdo da pesquisa; **e)** Tomar o tempo do participante ao responder o questionário.

Para diminuir ou anular estes riscos, serão tomadas as seguintes providências: a) assegurado o anonimato, garantindo a não utilização das informações em prejuízo das pessoas e/ou das comunidades, inclusive em termos econômicos – financeiros; b) caso o entrevistado (a) se sinta com vergonha ou desconfortável com alguma pergunta que lhe foi feita serão interrompidas as perguntas e só reiniciadas quando este (a) estiver se sentindo melhor e autorizar a continuidade da entrevista ; c) Para minimizar desconfortos será garantido local reservado e liberdade para não responder questões constrangedoras, respeitando suas respostas sem nenhum julgamento; e) Caso algum dano físico, moral ou psicológico lhe ocorra devido a realização da pesquisa, a pesquisadora deve assumir a responsabilidade de dar assistência integral às complicações e danos decorrentes dos riscos previstos. E caso considere necessário você terá direito a recorrer indenizações cabíveis.

Os benefícios (vantagens) de participação da pesquisa são referentes a contribuição para produção de conhecimento no que se refere as estratégias de governança para o desenvolvimento local, numa perspectiva de descrição do histórico da comunidade Jamaraquá. Além disso, as informações levantadas podem contribuir para levar ao conhecimento dos atores sociais envolvidos no processo de governança e desenvolvimento local, dados que o subsidiem no fortalecimento e capacidade de gestão organizacional. **O** resultado da pesquisa promoverá discussão com fundamentação teórica e como instrumento científico poderá contribuir na implementação ou melhorias de políticas públicas para os comunitários de Jamaraquá e conseqüentemente a toda FLONA tapajós.

Ao final, escreverei um trabalho dissertativo sobre as contribuições e apontamentos percebidos a partir desta pesquisa. Comprometo-me a voltar, e divulgar os resultados desse trabalho no lócus da investigação.

Sempre que quiser poderá pedir mais informações sobre a pesquisa através do telefone (93) 99138-4320, pelo e-mail: ecofarias@hotmail.com, ou no endereço: Alameda 10, nº 17, Bairro Jardim Santarém, Santarém/Pará.

Os resultados da pesquisa serão sistematizados na dissertação e posteriormente divulgados para associação ASMORJA, lócus da investigação.

Esta pesquisa foi analisada e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), caso tenha dúvida sobre os procedimentos e requisitos éticos aplicados à pesquisa você poderá contatar com este comitê. O mesmo é composto por vários professores que analisam os aspectos éticos da pesquisa, visando à proteção dos participantes da mesma. Depois destes

esclarecimentos, solicitamos a sua anuência livre, para participar desta pesquisa. Portanto preencha, por favor, os itens que se seguem:

CONSENTIMENTO DO PARTICIPANTE

Eu _____ declaro que li as informações sobre a pesquisa e que me sinto perfeitamente esclarecido sobre o seu conteúdo. Declaro ainda que por minha livre vontade, aceito participar desta pesquisa, cooperando para a coleta das informações necessárias, podendo retirar meu consentimento em qualquer momento, sem que isso traga penalidade ou prejuízos algum para mim.

. Autorizo que utilizem, divulguem e publiquem os resultados obtidos pela minha participação neste estudo, incluindo trechos da minha fala e imagens para fins científicos. Ressalto que estou assinando/rubricando em todas as folhas do TCLE e que isso está sendo feito em duas vias deste documento (TCLE), sendo que uma delas ficará comigo.

Jamaraquá, Pará ____/____/____.

Assinatura do Participante da Pesquisa

Declaro que obtive de forma apropriada e voluntária o consentimento livre e esclarecido deste participante, explicando-o sobre os procedimentos e riscos desta pesquisa e sanando suas dúvidas, conforme determina a Resolução CNS 466/12.

Maria da Luz Farias - Pesquisadora

ANEXO A – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

UEPA - UNIVERSIDADE DO
ESTADO DO PARÁ - CAMPUS
XII - TAPAJÓS



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: ASSOCIATIVISMO COMO ESTRATÉGIA DE GOVERNANÇA PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL: O CASO DA ASSOCIAÇÃO ASMORJA NA COMUNIDADE JAMARAQUÁ, FLORESTA NACIONAL DO TAPAJÓS, BRASIL

Pesquisador: MARIA DA LUZ FARIAS

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 28363819.9.0000.5168

Instituição Proponente: Universidade Federal do Oeste do Pará

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 3.911.818

Apresentação do Projeto:

Este trabalho tem como objetivo analisar o papel da Associação de Moradores Produtores Extrativistas Rurais de Jamará e suas estratégias de governança para o desenvolvimentolocal na Flona Tapajós, a partir de uma abordagem qualitativa e quantitativa, visando entender as experiências sobre governança comunitária na organização social estudada, assim como a identificação e descrição da organização e

governança da associação. O método de investigação será Estudo de caso, desencadeado por pesquisa de campo, com entrevista dos membros da coordenação da associação para compreensão da funcionalidade da gestão organizacional; aplicação de questionários semiestruturados com os associados (as), contendo perguntas abertas e fechadas, a fim de caracterizar as atividades socioeconômicas dessas famílias, como subsidio a pesquisa

de campo será realizada observação, através de reunião com os participantes da Associação com aplicação da Matriz S.W.O.T, permitindo conheceras potencialidades e fragilidades da organização, socializando informações dessa ferramenta com vista a propiciar melhor gestão organizacional. Os dados serão agrupados e sistematizados com suporte do programa Excel for Windows 2010®, para fins de análise estatística. A abordagem de análise se dará através de análise textual dos discursos à luz da Análise Textual Discursiva – ATD. Como resultado espera-se dessa pesquisa obter a descrição do processo histórico da Comunidade Jamará à luz da criação das estratégias de

Endereço: Av. Plácido de Castro, 1399

Bairro: Aparecida

CEP: 68.040-090

UF: PA

Município: SANTAREM

Telefone: (93)3512-8013

Fax: (93)3512-8000

E-mail: cepuepa@outlook.com

UEPA - UNIVERSIDADE DO
ESTADO DO PARÁ - CAMPUS
XII - TAPAJÓS



Continuação do Parecer: 3.911.818

governanças; a caracterização das atividades socioeconômicas desenvolvidas pelos associados da Asmorja; e a análise das atuais perspectivas de governança da associação, que levem em conta o desenvolvimento da comunidade e da Flona.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Analisar o papel da organização social, Asmorja, e suas estratégias de governança para o desenvolvimento local na Floresta Nacional do Tapajós

Objetivo Secundário:

Descrever o processo histórico da comunidade Jamaraquá à luz da criação das estratégias de governança;
Caracterizar as atividades socioeconômicas desenvolvida na comunidade Jamaraquá pelos associados da Asmorja;

Levantar as atuais perspectivas de governança da associação Asmorja, que levem em conta o desenvolvimento da comunidade e da Flona.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Foram descritos de forma adequada

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Trata-se de um tema relevante e inédito uma vez que, as associações são consideradas com papéis relevantes e atuação eficaz a sociedade, fato atrelado à visão aplicada à interação social e ambiental, na perspectiva de conciliar a harmonia entre a comunidade e a preservação dos recursos naturais.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Todos foram apresentados

Recomendações:

Vide conclusões

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

As pendências apontadas no parecer anterior forma resolvidas

Considerações Finais a critério do CEP:

Os(As) Pesquisadores(as) deverão apresentar relatórios parciais informando sobre o andamento da pesquisa, assim como deverão apresentar um relatório final, informando se a pesquisa apresentou

Endereço: Av. Plácido de Castro, 1399
Bairro: Aparecida **CEP:** 68.040-090
UF: PA **Município:** SANTAREM
Telefone: (93)3512-8013 **Fax:** (93)3512-8000 **E-mail:** cepuepa@outlook.com

**UEPA - UNIVERSIDADE DO
ESTADO DO PARÁ - CAMPUS
XII - TAPAJÓS**



Continuação do Parecer: 3.911.818

alguma intercorrência ética, assim como os principais resultados alcançados pela investigação. Tais relatórios devem ser submetidos a partir da Plataforma Brasil, acessando o projeto de pesquisa na janela LISTA DE PROJETOS DE PESQUISA, pelo botão "Detalhar" e então utilizando a ferramenta "Enviar Notificação".

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1490286.pdf	01/03/2020 11:45:24		Aceito
Outros	Questionario.pdf	01/03/2020 11:32:59	MARIA DA LUZ FARIAS	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projetodetalhado.pdf	01/03/2020 11:31:34	MARIA DA LUZ FARIAS	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	01/03/2020 11:30:36	MARIA DA LUZ FARIAS	Aceito
Folha de Rosto	folhaderosto.pdf	16/12/2019 12:21:13	MARIA DA LUZ FARIAS	Aceito
Outros	autorizacao_associacao.pdf	13/12/2019 18:38:15	MARIA DA LUZ FARIAS	Aceito
Outros	autorizacao_sisbio.pdf	13/12/2019 18:29:40	MARIA DA LUZ FARIAS	Aceito
Outros	roteiro_diretor_associacao.pdf	13/12/2019 18:17:16	MARIA DA LUZ FARIAS	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

SANTAREM, 11 de Março de 2020

Assinado por:
Rodrigo Luis Ferreira da Silva
(Coordenador(a))

Endereço: Av. Plácido de Castro, 1399
Bairro: Aparecida **CEP:** 68.040-090
UF: PA **Município:** SANTAREM
Telefone: (93)3512-8013 **Fax:** (93)3512-8000 **E-mail:** cepuepa@outlook.com

ANEXO B – AUTORIZAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO



UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
 PRÓ- REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA
 CENTRO DE FORMAÇÃO INTERDISCIPLINAR
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIEDADE, AMBIENTE E QUALIDADE DE VIDA

OFÍCIO Nº 093/ 2019

Santarém-PA, 18 de outubro de 2019.

Ao Senhor
 Donildo Lopes dos Santos
 Presidente da Associação de Moradores Produtores Extrativistas Rurais de Jamará (ASMORJA)

Assunto: **Autorização para Pesquisa**

Senhor Presidente, *Donildo Lopes dos Santos*
Su autorizo a entrada da pesquisa

1. Informamos que a mestranda em Sociedade, Ambiente e Qualidade de Vida, do Centro de Formação Interdisciplinar da Universidade Federal do Oeste do Pará- UFOPA, Maria da Luz Farias, matrícula nº 201810177, sob a orientação da docente Profa. Dra. Helionora da Silva Alves, está desenvolvendo a pesquisa "Associativismo como estratégia de governança para o desenvolvimento local: o caso da associação ASMORJA na comunidade de Jamará, Floresta Nacional do Tapajós, Brasil".
2. O objetivo da pesquisa é analisar o papel de uma organização social, a ASMORJA, e suas estratégias de governança para o desenvolvimento local na Floresta Nacional do Tapajós, bem como coletar dados, em data e horário conforme disponibilidade da Associação, onde serão realizadas coleta de informações, reunião, aplicação de questionários e entrevistas que darão embasamento para a pesquisa.
3. Os dados coletados têm finalidade puramente acadêmica e serão utilizados na elaboração da Dissertação.

Atenciosamente,

Prof. Dr. Itamar Rodrigues Paulino
 Prof. Dr. Itamar Rodrigues Paulino
 Coordenador do Programa de Pós-Graduação em
 Sociedade, Ambiente e Qualidade de Vida
 Portaria nº 2.095, de 24 de agosto de 2016

Jamará 25/10/2019
Donildo Lopes dos Santos
autorizo a pesquisa

ANEXO C - AUTORIZAÇÃO SISBIO



Ministério do Meio Ambiente - MMA
 Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio
 Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade - SISBIO

Autorização para atividades com finalidade científica

Número: 70944-1	Data da Emissão: 31/07/2019 16:40:05	Data da Revalidação*: 31/07/2020
De acordo com o art. 28 da IN 03/2014, esta autorização tem prazo de validade equivalente ao previsto no cronograma de atividades do projeto, mas deverá ser revalidada anualmente mediante a apresentação do relatório de atividades a ser enviado por meio do Sisbio no prazo de até 30 dias a contar da data do aniversário de sua emissão.		

Dados do titular

Nome: MARIA DA LUZ FARIAS	CPF: 339.243.092-72
Título do Projeto: GOVERNANÇA E OS PRINCÍPIOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: O CASO DO ASSOCIATIVISMO NA COMUNIDADE JAI	
Nome da Instituição: UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ	CNPJ: 01.469.655/0001-76

Cronograma de atividades

#	Descrição da atividade	Início (mês/ano)	Fim (mês/ano)
1	Aplicação de Questionários na comunidade de Jamaraguá	09/2019	10/2019

Observações e ressalvas

1	Esta autorização NÃO exige o pesquisador titular e os membros de sua equipe da necessidade de obter as anuências previstas em outros instrumentos legais, bem como do consentimento do responsável pela área, pública ou privada, onde será realizada a atividade, inclusive do órgão gestor de terra indígena (FUNAI), da unidade de conservação estadual, distrital ou municipal, ou do proprietário, arrendatário, posseiro ou morador de área dentro dos limites de unidade de conservação federal cujo processo de regularização fundiária encontra-se em curso.
2	Em caso de pesquisa em UNIDADE DE CONSERVAÇÃO, o pesquisador titular desta autorização deverá contactar a administração da unidade a fim de CONFIRMAR AS DATAS das expedições, as condições para realização das coletas e de uso da infraestrutura da unidade.
3	O titular de autorização ou de licença permanente, assim como os membros de sua equipe, quando da violação da legislação vigente, ou quando da inadequação, omissão ou falsa descrição de informações relevantes que subsidiaram a expedição do ato, poderá, mediante decisão motivada, ter a autorização ou licença suspensa ou revogada pelo ICMBio, nos termos da legislação brasileira em vigor.
4	Este documento somente poderá ser utilizado para os fins previstos na Instrução Normativa ICMBio nº 03/2014 ou na Instrução Normativa ICMBio nº 10/2010, no que especifica esta Autorização, não podendo ser utilizado para fins comerciais, industriais ou esportivos. O material biológico coletado deverá ser utilizado para atividades científicas ou didáticas no âmbito do ensino superior.
5	As atividades de campo exercidas por pessoa natural ou jurídica estrangeira, em todo o território nacional, que impliquem o deslocamento de recursos humanos e materiais, tendo por objeto coletar dados, materiais, espécimes biológicos e minerais, peças integrantes da cultura nativa e cultura popular, presente e passada, obtidos por meio de recursos e técnicas que se destinem ao estudo, à difusão ou à pesquisa, estão sujeitas a autorização do Ministério de Ciência e Tecnologia.
6	O titular de licença ou autorização e os membros da sua equipe deverão optar por métodos de coleta e instrumentos de captura direcionados, sempre que possível, ao grupo taxonômico de interesse, evitando a morte ou dano significativo a outros grupos; e empregar esforço de coleta ou captura que não comprometa a viabilidade de populações do grupo taxonômico de interesse em condição in situ.
7	Este documento não dispensa o cumprimento da legislação que dispõe sobre acesso a componente do patrimônio genético existente no território nacional, na plataforma continental e na zona econômica exclusiva, ou ao conhecimento tradicional associado ao patrimônio genético, para fins de pesquisa científica, bioprospecção e desenvolvimento tecnológico. Veja maiores informações em www.mma.gov.br/gen .

Outras ressalvas

1	FLONA DO TAPAJÓS: É necessário que o pesquisador solicite à Flona do Tapajós, até 5 dias (úteis) antes da expedição, autorização de entrada na UC, através do e-mail: flonatapajos.pa@icmbio.gov.br . Ressalto que as pesquisas realizadas nas Terras Indígenas em interface com a Flona do Tapajós devem ser autorizadas pela FUNAI e indígenas. A verificação da localização das T.I.s é responsabilidade do pesquisador. Caso a pesquisa seja realizada na área ocupada pelas populações tradicionais da UC, o pesquisador deverá providenciar a anuência das comunidades ou da FEDERAÇÃO (representante das comunidades), pelo e-mail: federacao.flona.tapajos@gmail.com .	FLONA do Tapajós
---	--	------------------

Este documento foi expedido com base na Instrução Normativa nº 03/2014. Através do código de autenticação abaixo, qualquer cidadão poderá verificar a autenticidade ou regularidade deste documento, por meio da página do Sisbio/ICMBio na Internet (www.icmbio.gov.br/sisbio).

Código de autenticação: 0709440120190731

Página 1/3



Ministério do Meio Ambiente - MMA
 Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio
 Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade - SISBIO

Autorização para atividades com finalidade científica

Número: 70944-1	Data da Emissão: 31/07/2019 16:40:05	Data da Revalidação*: 31/07/2020
De acordo com o art. 28 da IN 03/2014, esta autorização tem prazo de validade equivalente ao previsto no cronograma de atividades do projeto, mas deverá ser revalidada anualmente mediante a apresentação do relatório de atividades a ser enviado por meio do Sisbio no prazo de até 30 dias a contar da data do aniversário de sua emissão.		

Dados do titular

Nome: MARIA DA LUZ FARIAS	CPF: 339.243.092-72
Título do Projeto: GOVERNANÇA E OS PRINCÍPIOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: O CASO DO ASSOCIATIVISMO NA COMUNIDADE JAI	
Nome da Instituição: UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ	CNPJ: 01.469.655/0001-76

Locais onde as atividades de campo serão executadas

#	Descrição do local	Município-UF	Bioma	Caverna?	Tipo
1	Floresta Nacional de Tapajós	PA	Amazônia	Não	Dentro de UC Federal

Este documento foi expedido com base na Instrução Normativa nº 03/2014. Através do código de autenticação abaixo, qualquer cidadão poderá verificar a autenticidade ou regularidade deste documento, por meio da página do Sisbio/ICMBio na Internet (www.icmbio.gov.br/sisbio).

Código de autenticação: 0709440120190731

Página 2/3

ANEXO D – PORTARIA Nº 227 DE 22 DE MARÇO DE 2020

22/03/2020

SEI/ICMBio - 6866428 - Portaria

02070.002205/2020-83
Número Sei:6866428

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE

PORTARIA Nº 227, DE 22 DE MARÇO DE 2020

Ementa: *Suspende por tempo indeterminado a visitação pública nas unidades de conservação federais.* (Processo nº. 02070.002205/2020-83)

O PRESIDENTE DO INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - ICMBio, no uso das competências atribuídas pelo artigo 24 do Decreto nº. 8.974, de 24 de janeiro de 2017, e

Considerando a Portaria nº 188/GM/MS, de 3 de fevereiro de 2020, que declara Emergência em Saúde Pública de importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus (2019-nCoV);

Considerando a condição de transmissão comunitária do coronavírus (covid-19), reconhecida por meio da PORTARIA Nº 454 do Ministério da Saúde, de 20 de março de 2020; e

Considerando o teor do DECRETO LEGISLATIVO Nº 6, de 20 de março de 2020, que reconhece a ocorrência do estado de calamidade pública no Brasil;

RESOLVE:

Art. 1º Fica suspensa a visitação pública nas Unidades de Conservação Federais, por tempo indeterminado, a partir da data de publicação desta Portaria.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 22 de março de 2020

HOMERO DE GEORGE CERQUEIRA
Presidente



Documento assinado eletronicamente por **Homero de George Cerqueira, Presidente**, em 22/03/2020, às 15:09, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.icmbio.gov.br/autenticidade> informando o código verificador **6866428** e o código CRC **114D692A**.

ANEXO E - PORTARIA Nº 890 DE 25 DE AGOSTO DE 2020

05/12/2020

PORTARIA Nº 890, DE 25 DE AGOSTO DE 2020 - PORTARIA Nº 890, DE 25 DE AGOSTO DE 2020 - DOU - Imprensa Nacional

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 26/08/2020 | Edição: 164 | Seção: 1 | Página: 33

Órgão: Ministério do Meio Ambiente/Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

PORTARIA Nº 890, DE 25 DE AGOSTO DE 2020

Permitir a reabertura da visitação pública nas Unidades de Conservação Federais.

O PRESIDENTE SUBSTITUTO DO INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - ICMBio,

no uso das competências atribuídas pelo artigo 24 do Decreto nº 10.234, de 11 de fevereiro de 2020, e pela Portaria nº 451, do Ministério do Meio Ambiente de 19 de julho de 2019, publicada no Diário Oficial de 24 de julho de 2019, e

CONSIDERANDO os termos do art. 196, da Constituição da República Federativa do Brasil que estabelece que "a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação";

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que "Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019";

CONSIDERANDO as Portarias de nº 188/GM/MS, de 4 de fevereiro de 2020 e a Portaria nº 356, de 11 de março de 2020, ambas do Ministério da Saúde que "declara Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), em decorrência da Infecção Humana pelo novo COVID-19" e que "Dispõe sobre a regulamentação e operacionalização do disposto na Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que estabelece as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19) no Brasil", respectivamente;

CONSIDERANDO o fato de a Organização Mundial de Saúde (OMS) ter declarado, em 11 de março de 2020, que a contaminação com o novo coronavírus (COVID-19) caracteriza pandemia;

CONSIDERANDO a condição de transmissão comunitária do coronavírus (COVID-19), reconhecida por meio da Portaria nº 454 do Ministério da Saúde, de 20 de março de 2020;

CONSIDERANDO o teor do Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, que reconhece a ocorrência do estado de calamidade pública no Brasil;

CONSIDERANDO a Portaria ICMBio nº 227/2020, de 22 de março de 2020, que suspendeu a visitação pública em Unidades de Conservação Federais por tempo indeterminado; e

CONSIDERANDO os normativos editados pelos Estados e Municípios que dispõem sobre a possibilidade de retomada do turismo, incluindo a reabertura de unidades de conservação à visitação pública, assim como a retomada das atividades econômicas, mediante a adoção dos protocolos de segurança sanitárias locais, resolve:

Art. 1º Permitir a reabertura das Unidades de Conservação Federais para visitação pública, de forma gradual e monitorada, mediante cumprimento dos protocolos de segurança sanitária estabelecidos pelos estados e municípios em que se encontra localizada a unidade de conservação.

Parágrafo único. A reabertura da Unidade de Conservação deverá respeitar as medidas de prevenção e a retomada das atividades de turismo e atrativos naturais estabelecidos pelos estados e municípios.

Art. 2º Para as Unidades que detenham contrato de concessão de uso público, a reabertura da visitação deverá ser pactuada entre o Poder Concedente e a Concessionária.

05/12/2020

PORTARIA Nº 890, DE 25 DE AGOSTO DE 2020 - PORTARIA Nº 890, DE 25 DE AGOSTO DE 2020 - DOU - Imprensa Nacional

Art. 3º O disposto nesta Portaria se aplica a todos os prestadores de serviços, agências e operadores de turismo que atuam na unidade de conservação.

Art. 4º As atividades de visitação pública nas Unidades de Conservação poderão ser realizadas desde que observadas as seguintes medidas de prevenção, sem prejuízo das diretrizes estabelecida pelos estados e municípios:

I - uso obrigatório de máscara de proteção facial cobrindo a região do nariz e boca, ainda que artesanal, durante todo o período que estiver no interior da unidade de conservação.

II - disponibilizar álcool gel 70% ou produto de higienização para as mãos nas estruturas abertas à visitação e nos transportes terrestres e aquaviários, por meio dos operadores e prestadores de serviços.

III - para os atrativos que constituem a obrigatoriedade de uso de algum equipamento de proteção individual - EPI, estes não poderão ser compartilhados sem antes proceder a higienização e desinfecção dos equipamentos.

IV - manter ambientes bem ventilados, com janelas e portas abertas, sempre que possível.

V - promover com frequência a limpeza e desinfecção dos ambientes de uso comum.

VI - remover jornais, revistas, panfletos e livros dos locais de comum acesso para evitar a transmissão indireta.

VII - estimular e priorizar a venda on-line de ingressos, serviços e/ou agendamentos, ou organizar o atendimento em filas para evitar aglomerações, considerando a marcação no piso com distanciamento de 2 metros entre as pessoas.

VIII - manter o distanciamento mínimo de 2 metros entre os sofás, mesas, cadeiras e bancos dos espaços comuns.

IX - proceder a higienização e desinfecção de objetos (inclusive cardápios) e superfícies comuns, como as mesas e cadeiras após cada utilização.

X - as máquinas de débito e crédito devem estar fixas ou envelopadas com filme plástico e desinfetadas após cada uso.

XI - os transportes terrestres e aquaviário de visitantes deverão priorizar a ventilação natural. Ao final de cada viagem, promover a limpeza e desinfecção dos veículos.

XII - respeitar a capacidade de transporte de cada tipo de veículo e evitar superlotação e/ou aglomeração.

Art. 5º Deverão ser estabelecidos mecanismos que promovam a distribuição do número de visitantes ao longo do tempo e do espaço, tais como o agendamento do horário de entrada e a organização do fluxo dos grupos de visitantes, visando evitar aglomerações e/ou picos de visitação em determinados locais, dias ou horários.

Art. 6º Em atrativos e espaços fechados como abrigos, auditórios, centro de visitantes, lojas de conveniência e souvenirs, o número de visitantes desses locais deverá ser reduzido, de forma que a visitação possa ocorrer respeitando-se o espaçamento mínimo de 2 metros entre as pessoas e as medidas estabelecidas pelos estados e municípios que se encontra localizada a unidade de conservação.

Art. 7º Não será permitida a visitação pública às comunidades quilombolas ou populações tradicionais, onde o contato com os visitantes possa representar risco de contaminação dessas comunidades, até que exista manifestação técnica de viabilidade sanitária, anuência dos municípios nos quais a Unidade de Conservação está inserida e seja realizada consulta às comunidades locais.

Art. 8º Os visitantes deverão ser orientados quanto ao cumprimento das restrições impostas e receber informações referentes aos atrativos disponíveis na Unidade de Conservação.

Art. 9º As Unidades de Conservação Federais reabertas à visitação pública estarão disponíveis no sítio eletrônico: <https://www.icmbio.gov.br/portal/ultimas-noticias/20-geral/11145-conheca-os-parques-que-ja-foram-reabertos>.

05/12/2020

PORTARIA Nº 890, DE 25 DE AGOSTO DE 2020 - PORTARIA Nº 890, DE 25 DE AGOSTO DE 2020 - DOU - Imprensa Nacional

Art. 10 Havendo disposição em contrário quanto ao estabelecido nesta Portaria e nos normativos editados no âmbito estadual ou municipal, deverá prevalecer a norma legal do estado ou município que se encontra localizada a unidade de conservação.

Art. 11 Os casos omissos serão resolvidos pela Coordenação Geral de Uso Público e Negócios - CGEUP.

Art. 12 Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO CESAR LORENCINI

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.

ANEXO F - AUTORIZAÇÃO SISBIO PARA IMAGENS



Ministério do Meio Ambiente - MMA
 Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio
 Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade - SISBIO

Autorização para atividades com finalidade científica

Número: 76527-1	Data da Emissão: 19/10/2020 11:17:16	Data da Revalidação*: 19/10/2021
De acordo com o art. 28 da IN 03/2014, esta autorização tem prazo de validade equivalente ao previsto no cronograma de atividades do projeto, mas deverá ser revalidada anualmente mediante a apresentação do relatório de atividades a ser enviado por meio do Sisbio no prazo de até 30 dias a contar da data do aniversário de sua emissão.		

Dados do titular

Nome: MARIA DA LUZ FARIAS	CPF: 339.243.092-72
Título do Projeto: ASSOCIATIVISMO COMO ESTRATÉGIA DE GOVERNANÇA PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL: O CASO DA ASSOCIAÇÃO ASMORJA NA COMUNIDADE JAMARAQUÁ, FLORESTA NACIONAL DO TAPAJÓS, BRASIL	
Nome da Instituição: UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ	CNPJ: 01.469.655/0001-76

Cronograma de atividades

#	Descrição da atividade	Início (mês/ano)	Fim (mês/ano)
1	Registros fotográficos	10/2020	05/2021

Observações e ressalvas

1	O pesquisador somente poderá realizar atividade de campo após o término do estado de emergência devido à COVID-19, assim declarado por ato da autoridade competente.
2	Em caso de pesquisa em UNIDADE DE CONSERVAÇÃO, o pesquisador titular desta autorização deverá contactar a administração da unidade a fim de CONFIRMAR AS DATAS das expedições, as condições para realização das coletas e de uso da infraestrutura da unidade.
3	O titular de autorização ou de licença permanente, assim como os membros de sua equipe, quando da violação da legislação vigente, ou quando da inadequação, omissão ou falsa descrição de informações relevantes que subsidiaram a expedição do ato, poderá, mediante decisão motivada, ter a autorização ou licença suspensa ou revogada pelo ICMBio, nos termos da legislação brasileira em vigor.
4	Este documento somente poderá ser utilizado para os fins previstos na Instrução Normativa ICMBio nº 03/2014 ou na Instrução Normativa ICMBio nº 10/2010, no que especifica esta Autorização, não podendo ser utilizado para fins comerciais, industriais ou esportivos. O material biológico coletado deverá ser utilizado para atividades científicas ou didáticas no âmbito do ensino superior.
5	As atividades de campo exercidas por pessoa natural ou jurídica estrangeira, em todo o território nacional, que impliquem o deslocamento de recursos humanos e materiais, tendo por objeto coletar dados, materiais, espécimes biológicos e minerais, peças integrantes da cultura nativa e cultura popular, presente e passada, obtidos por meio de recursos e técnicas que se destinem ao estudo, à difusão ou à pesquisa, estão sujeitas a autorização do Ministério de Ciência e Tecnologia.
6	O titular de licença ou autorização e os membros da sua equipe deverão optar por métodos de coleta e instrumentos de captura direcionados, sempre que possível, ao grupo taxonômico de interesse, evitando a morte ou dano significativo a outros grupos; e empregar esforço de coleta ou captura que não comprometa a viabilidade de populações do grupo taxonômico de interesse em condição in situ.
7	Esta autorização NÃO exige o pesquisador titular e os membros de sua equipe da necessidade de obter as anuências previstas em outros instrumentos legais, bem como do consentimento do responsável pela área, pública ou privada, onde será realizada a atividade, inclusive do órgão gestor de terra indígena (FUNAI), da unidade de conservação estadual, distrital ou municipal, ou do proprietário, arrendatário, posseiro ou morador de área dentro dos limites de unidade de conservação federal cujo processo de regularização fundiária encontra-se em curso.
8	Este documento não dispensa o cumprimento da legislação que dispõe sobre acesso a componente do patrimônio genético existente no território nacional, na plataforma continental e na zona econômica exclusiva, ou ao conhecimento tradicional associado ao patrimônio genético, para fins de pesquisa científica, bioprospecção e desenvolvimento tecnológico. Veja maiores informações em www.mma.gov.br/gen .

Este documento foi expedido com base na Instrução Normativa nº 03/2014. Através do código de autenticação abaixo, qualquer cidadão poderá verificar a autenticidade ou regularidade deste documento, por meio da página do Sisbio/ICMBio na Internet (www.icmbio.gov.br/sisbio).

Código de autenticação: 0765270120201019

Página 1/3



Ministério do Meio Ambiente - MMA
 Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio
 Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade - SISBIO

Autorização para atividades com finalidade científica

Número: 76527-1	Data da Emissão: 19/10/2020 11:17:16	Data da Revalidação*: 19/10/2021
De acordo com o art. 28 da IN 03/2014, esta autorização tem prazo de validade equivalente ao previsto no cronograma de atividades do projeto, mas deverá ser revalidada anualmente mediante a apresentação do relatório de atividades a ser enviado por meio do Sisbio no prazo de até 30 dias a contar da data do aniversário de sua emissão.		

Dados do titular

Nome: MARIA DA LUZ FARIAS	CPF: 339.243.092-72
Título do Projeto: ASSOCIATIVISMO COMO ESTRATÉGIA DE GOVERNANÇA PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL: O CASO DA ASSOCIAÇÃO ASMORJA NA COMUNIDADE JAMARAQUÁ, FLORESTA NACIONAL DO TAPAJÓS, BRASIL	
Nome da Instituição: UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ	CNPJ: 01.469.655/0001-76

Outras ressalvas

1	Flona do Tapajós: 1 - Para a realização de pesquisas científicas nas Terras Indígenas com interface territorial com a Flona do Tapajós, o pesquisador deve pedir autorização da Funai/Indígenas e seguir as diretrizes da Instrução Normativa nº 001/PRES/1995. 2 - Caso a pesquisa científica ocorra nos territórios ocupados pelas populações tradicionais da UC, o pesquisador deve buscar autorização destas ou da Federação das Comunidades da Flona do Tapajós (organização que as representa) pelo e-mail: federacao.flona.tapajos@gmail.com; 3 - Caso a pesquisa ocorra na área de manejo florestal sustentável, por questão de segurança, deve-se obter autorização da Coomflona (cooperativa que realiza o manejo) pelo e-mail: coomflona@hotmail.com; 4 - O pesquisador deve solicitar com antecedência de até 5 dias úteis autorização de entrada na UC pelo e-mail: flonatapajos.pa@cmbio.gov.br. 5 - Recomendamos encaminhamento de devolutiva as comunidades caso a pesquisa as envolva. O pesquisador deverá enviar uma versão digital do trabalho/publicação gerado para compor banco de pesquisas da Flona do Tapajós (para o e-mail: flonatapajos.pa@cmbio.gov.br); 6 - Solicitamos que o pesquisador informe ao ICMBio a localização do experimento em coordenadas geográficas ou por arquivo shapefile e/ou kml para evitar sobreposição do experimento com outros usos que possam prejudicar o andamento da pesquisa; 7 - Pesquisas de médio e longo prazo, com estrutura física delimitada em campo e permanentes, devem ter suas áreas de monitoramento (polígonos) mapeadas e os arquivos de georeferenciamento devem ser disponibilizados ao ICMBio para que sua proteção seja garantida.	FLONA do Tapajós
---	---	------------------

Locais onde as atividades de campo serão executadas

#	Descrição do local	Município-UF	Bioma	Caverna?	Tipo
1	Floresta Nacional de Tapajós	PA	Amazônia	Não	Dentro de UC Federal

Atividades

#	Atividade	Grupo de Atividade
1	Pesquisa socioambiental em UC federal	Dentro de UC Federal

Este documento foi expedido com base na Instrução Normativa nº 03/2014. Através do código de autenticação abaixo, qualquer cidadão poderá verificar a autenticidade ou regularidade deste documento, por meio da página do Sisbio/ICMBio na Internet (www.icmbio.gov.br/sisbio).

Código de autenticação: 0765270120201019

Página 2/3

